



Gonçalo Simões Viegas

Licenciado em Ciências de Engenharia Cível

PROPOSTA DE REGENERAÇÃO URBANA -
ISLA DE LA CARTUJA, SEVILHA

MESTRADO EM ENGENHARIA CÍVIL

Universidade NOVA de Lisboa

11, 21

PROPOSTA DE REGENERAÇÃO URBANA - ISLA DE LA CARTUJA, SEVILHA

Gonçalo Simões Viegas
Licenciado em Ciências de Engenharia Cível

Orientador: Doutora Ana Catarina Cruz Lopes, Professora
Auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Lisboa

Júri:

Presidente: Doutor João Carlos Gomes Rocha de Almeida, Professor
Associado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Uni-
versidade de Lisboa

Vogais: Doutor Rui Noel A. Vera-Cruz, Professor Auxiliar da Facul-
dade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Lisboa
Doutora Ana Catarina Cruz Lopes, Professora Auxiliar da
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de
Lisboa

MESTRADO EM ENGENHARIA CÍVIL

Universidade NOVA de Lisboa
11, 21

Copyright © Gonçalo Simões Viegas, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade NOVA de Lisboa.

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade NOVA de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

AGRADECIMENTOS

Neste capítulo gostaria de agradecer à professora Ana Cruz Lopes por todo o apoio prestado ao longo destes anos.

Quero agradecer aos meus pais por me terem proporcionado a oportunidade de me formar superiormente e por todo o apoio. A toda a minha família.

Aos meus colegas e amigos Pedro, Miguel, João, Tiago, Arnaud, Bernardo, e a todos os outros que me acompanharam ao longo deste percurso e me ajudaram direta ou indiretamente

Obrigado à Carina por todo o apoio durante estes anos.

Um enorme obrigado à senhora Maria Vitoria da Gerência Municipal de Urbanismo de Sevilha, que foi incrível no apoio prestado e em toda a ajuda que me deu.

E um obrigado a uma pessoa muito especial, a ti Cheila, por toda a ajuda, esforço e apoio que me deste. Sem ti seria impossível.

RESUMO

A reflexão acerca dos lugares em situação de declínio e o impacto dos mesmos no desenho consolidado do tecido urbano materializa-se, cada vez mais, como um tema recorrente no discurso crítico acerca da construção da cidade.

A sua presença numa cidade que embora em constante evolução, se manifesta através de uma malha urbana predominantemente consolidada, gera momentos de conflito e tensão. Momentos esses que revelam descontinuidades que impõem uma discussão, não só pelo impacto a nível físico no desenho da cidade como pelas repercussões a nível social, cultural, económico e político que geram.

Por este motivo, é proposta uma reflexão crítica acerca do significado que estes espaços materializam na cidade, das motivações que facilitaram a sua proliferação, bem como das operações de intervenção urbana que surgiram, ao longo do tempo, como resposta ao desafio colocado pela presença de semelhantes lugares no contexto da cidade.

O presente trabalho assume, assim, como objeto de estudo a Isla de La Cartuja, envolvida pelo contexto urbano da cidade de Sevilha, que acolheu a Exposição Internacional de 1992, e a intenção de, através de uma estratégia de planeamento urbano, regenerar um lugar em declínio e permitir a reconciliação deste momento de tensão no tecido com toda a sua envolvente.

Termos-chave: declínio urbano, regeneração urbana, exposição universal, Isla de la Cartuja

ABSTRACT

The reflection on places in a situation of decline and their impact on the consolidated design of the urban fabric increasingly materializes as a recurrent theme in the critical discourse about the construction of the city.

Its presence in a city, which, although in constant evolution, manifests itself through a predominantly consolidated urban fabric, generates moments of conflict and tension. These moments reveal discontinuities, which impose a discussion, not only for the physical impact on the city's design, but also for the social, cultural, economic and political repercussions they generate.

For this reason, it is proposed a critical reflection on the meaning that these spaces embody in the city, the motivations that facilitated their proliferation, as well as the urban intervention operations that emerged over time, in response to the challenge posed by the presence of similar places in the context of the city.

The present work takes as its object of study the Isla de La Cartuja, surrounded by the urban context of the city of Seville, which hosted the 1992 universal exposition, and the intention, through an urban planning strategy, to regenerate a place in decline and allow the reconciliation of this moment of tension in the fabric with all its surroundings.

Key words: urban decline, urban regeneration, universal exposition, Isla de la Cartuja

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	VI
RESUMO	VII
ABSTRACT	IX
ÍNDICE.....	XI
ÍNDICE DE FIGURAS	XIV
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	XVIII
1. INTRODUÇÃO.....	19
1.1 ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS	19
1.2 METODOLOGIA	21
1.3 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	22
2. REGENERAÇÃO URBANA.....	23
2.1 ENQUADRAMENTO.....	23
2.1.1 <i>Causas do Declínio Urbano</i>	27
2.1.2 <i>Boas Práticas</i>	32
2.2 CONCEITO DE REGENERAÇÃO URBANA.....	33
2.3 REGENERAÇÃO URBANA NO CONTEXTO EUROPEU.....	44
2.3.1 <i>Evolução da Regeneração Urbana na Europa</i>	44
2.3.2 <i>Evolução da Regeneração Urbana em Portugal</i>	50
2.4 CONCLUSÃO	55
3. AS EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS (EXPOS).....	57
3.1 CONCEITO.....	57
3.2 CASOS DE ESTUDO.....	64
3.2.1 <i>Exposição Internacional de Sevilha, Expo'92</i>	64
3.2.2 <i>Exposição Internacional de Lisboa, Expo'98</i>	83
3.3 CONCLUSÃO	97
4. PROPOSTA DE REGENERAÇÃO URBANA DA EXPO '92	99
4.1 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO.....	99
4.2 CARACTERIZAÇÃO	106

4.3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	119
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
BIBLIOGRAFIA	136
ANEXO A - PLANOS PORMENOR EXPO 98	139
ANEXO B - COMPLEMENTOS AO TRABALHO.....	147
ANEXO C - PLANTAS PARA A PROPOSTA	167

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 2.1 - ZONA DEVOLUTA (DETROIT).....	30
FIGURA 2.2 - LOCAL ABANDONADO PERTO DA CIDADE DE NAGASAKI. FOTOGRAFIA CHRIS LUCKHARDT.	31
FIGURA 2.3 - DIMENSÕES DA REGENERAÇÃO URBANA: ADAPTADO DE CIP (2011).	34
FIGURA 2.4 - PALERMO, DISTRITO Z.E.N ANTES E DEPOIS DO SEU PROJETO DE RU.....	35
FIGURA 2.5 - VISTA DO PORTO VELL (S.D). PROJECTO DE RU. (BRUTOMESSO, 1991).....	36
FIGURA 2.6 - VISTA DO PORTO VELL (2020). PROJECTO DE RU.	36
FIGURA 2.7 - A VISÃO DE ROBERTS (2000) SOBRE A RU.....	37
FIGURA 2.8 - RU (ROBERTS & SYKES, 2000).....	40
FIGURA 2.9 - BILBAO, ANTES E DEPOIS DA INTERVENÇÃO DE RENOVAÇÃO URBANA.	41
FIGURA 2.10 - MIRADOURO DE SANTA CATARINA ANTES DE INTERVENÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA.	42
FIGURA 2.11 - MIRADOURO DE SANTA CATARINA DEPOIS DE INTERVENÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA.	42
FIGURA 2.12 - PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO URBANA LES BASSINS 1.....	43
FIGURA 2.13 - PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO URBANA LES BASSINS 2.....	43
FIGURA 2.14 - DRESDEN, NO FINAL DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E 70 ANOS DEPOIS.....	44
FIGURA 2.15 - DESENVOLVIMENTO DA AGENDA URBANA DA UE	48
FIGURA 2.16 - RIBEIRA-BARREDO (AGUIAR, 2007).....	51
FIGURA 3.1 - CRYSTAL PALACE, LOCAL ONDE FOI REALIZADA A GREAT EXHIBITION, EM 1851.....	57
FIGURA 3.2 - GREAT EXHIBITION NO INTERIOR DO CRYSTAL PALACE, 1851.	58
FIGURA 3.3 - CERIMÓNIA DE ABERTURA DOS JOGOS OLÍMPICOS DE 2012, EM LONDRES. FOTO: MICHAEL REGAN. HTTPS://WWW.THEWEEK.CO.UK/OLYMPICS/99891/LONDON-BACKED-TO-MAKE-BID-FOR-THE-2036-OLYMPIC-GAMES , CONSULTADO EM 17/09/2019.....	60
FIGURA 3.4 - CONTAGEM DECRESCENTE PARA O MUNDIAL DE FUTEBOL DA FIFA, DE 2018, EM MOSCOVO, NA PRAÇA DE MANEZHNYAYA A 18 DE SETEMBRO DE 2015. FOTO: AFP/KIRILL KUDRYAVTSEV.	60
FIGURA 3.5 - ATOMIUM, PAVILHÃO PRINCIPAL E SÍMBOLO DA EXPO'58.....	62
FIGURA 3.6 - EXPO'70, NO JAPÃO. À ESQUERDA ESTÁ O PAVILHÃO COREANO, NO MEIO O DA ALEMANHA ORIENTAL E À DIREITA O DA ALEMANHA OCIDENTAL.	62
FIGURA 3.7 - MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE LAS CUEVAS, SITUADO NA ILHA DE CARTUJA, EM SEVILLA.	64
FIGURA 3.8 - TERRENO DA ISLA CARTUJA ANTES DA EXPO'92, ONDE É VISÍVEL O MOSTEIRO DA CARTUJA, POR VOLTA DE 1986.....	65

FIGURA 3.9 - ISLA DE LA CARTUJA, COMPARAÇÃO DA ILHA EM 1984 (LADO ESQUERDO) COM 1990 (LADO DIREITO).....	66
FIGURA 3.10 - PROPOSTA DE FERNÁNDEZ-ORDOÑEZ (1986).....	67
FIGURA 3.11 - PROPOSTA DE EMÍLIO AMBASZ (1986).....	69
FIGURA 3.12 - SOBREPOSIÇÃO DAS PROPOSTAS VENCEDORAS (1986).....	70
FIGURA 3.13 - PLANO DO PROJETO DE GRADIENTES DE TEMPERATURA PARA A CARTUJA.....	71
FIGURA 3.14 - ELEMENTO DE ÁGUA NA EXPO '92.....	72
FIGURA 3.15 - PLANO DE PROJETO DE VEGETAÇÃO PARA A CARTUJA.....	72
FIGURA 3.16 - ESFERA BIOCLIMÁTICA NA EXPO '92.....	73
FIGURA 3.17 - PROPOSTA FINAL DA EXPO '92.....	74
FIGURA 3.18 - PLANO DE INFRAESTRUTURAS CRIADAS PARA A EXPO '92.....	75
FIGURA 3.19 - ESTADO ATUAL DO CANAL DOS DESCOBRIMENTOS, ABANDONADO E CHEIO DE RELVA. A SUA ROTA IA DA PUENTE DE LA CARTUJA ATÉ AO LAGO DO PAVILHÃO ESPANHOL.....	76
FIGURA 3.20 - VISÃO DE UM DOS MUITOS CENÁRIOS QUE SERVIRAM PARA APRESENTAÇÕES MUSICAIS E TEATRAIS. LOCALIZADO NA RUA TOMÁS ALBA ÉDISON, ESTÁ EM DESUSO E TOTALMENTE VANDALIZADO.....	78
FIGURA 3.21 - SITUAÇÃO ATUAL DE UMA DAS ESTAÇÕES DE MONOTRILHO NA AVENIDA DE LOS DESCOBRIMENTOS.....	79
FIGURA 3.22 - ESTADO ATUAL DO PAVILHÃO DO MÉXICO, AGORA EM DESUSO.....	80
FIGURA 3.23 - RAMPAS MECÂNICAS DE ACESSO À ESTAÇÃO DE MONOTRILHO ENTRE A RUA TOMÁS ALBA ÉDISON E A AVENIDA DOS DESCOBRIMENTOS.....	81
FIGURA 3.24 - MUITOS POSTES DE LUZ DO RECINTO AINDA ESTÃO DE PÉ, EMBORA EM DESUSO E DESTRUÍDOS PELO TEMPO E ATOS DE VANDALISMO.....	81
FIGURA 3.25 - UMA DAS FONTES DE JARDIM AMÉRICA, NO FUNDO O ADITORIO DE LA CARTUJA, AGORA CHAMADO DE ROCIO JURADO. O ARTISTA FOI CONTRATADO PARA INAUGURÁ-LO COM UM CONCERTO EM 1991.....	82
FIGURA 3.26 - TERRENOS ANTES DA EXPO'98.....	84
FIGURA 3.27 - FAMÍLIA NO DESCAMPADO PERTO DO MATADOURO. (PEREIRA, 2017).....	85
FIGURA 3.28 - PLANO DE URBANIZAÇÃO DA EXPO'98, POR LUÍS VASSALO ROSA. (FIGUEIRA, 2010)....	87
FIGURA 3.29 - ZONA SUL - A. PARQUE DAS NAÇÕES; B. ZONA DE EQUIPAMENTOS, HOSPITAL DA CUF; C. BAIR-RO RESIDENCIAL SUL (DURÃO, 2011).....	92
FIGURA 3.30 - ZONA NORTE: BAIRRO RESIDENCIAL ATÉ À PONTE VASCO DA GAMA. (DURÃO, 2011).....	93
FIGURA 4.1 - GRAVURA DA TORRE DEL TORO, LOCALIZADA NA CIDADE DE SEVILHA, ESPANHA (S.D.) (CIVITATIS, S.D.).....	100
FIGURA 4.2 - TORRE DEL TORO (2017).....	100
FIGURA 4.3 - GRAVURA DE SEVILHA (S.D.).....	101
FIGURA 4.4 - PLANTA DA EXPOSIÇÃO IBERO-AMERICANA DE 1929.....	102
FIGURA 4.5 - PLAZA DE ESPAÑA (2014).....	102
FIGURA 4.6 - PARQUE DE MARIA LUISA (2020).....	103
FIGURA 4.7 - VISTA AÉREA DE SEVILHA (2020).....	103
FIGURA 4.8 - PINTURA DO MOSTEIRO DE SANTA MARÍA DE LAS CUEVAS NOS SEUS PRIMÓRDIOS (S.D.) (LEÓN, 2017).....	104
FIGURA 4.9 - MONASTERIO DE SANTA MARÍA DE LAS CUEVAS (2016).....	105
FIGURA 4.10 - PLANTA BASE - ISLA DE LA CARTUJA.....	106
FIGURA 4.11 - PLANTA DE ANÁLISE DO EDIFICADO PROTEGIDO.....	107
FIGURA 4.12 - PLANTA DE ANÁLISE DE VIAS DE COMUNICAÇÃO.....	108
FIGURA 4.13 - PLANTA DE ANÁLISE PEDONAL-CICLOVIAS.....	109

FIGURA 4.14 - PLANTA DE ANÁLISE DE TRANSPORTES	109
FIGURA 4.15 - PLANTA DE ESTACIONAMENTOS.....	110
FIGURA 4.16 - ESTAÇÃO FERRÓVIARIA DE LA CARTUJA.....	110
FIGURA 4.17 - PLANTA DE ANÁLISE DE PONTES.....	111
FIGURA 4.18 - MAPA DA EXPO'92 SEVILHA - ADAPTADO (EXPO '92 SEVILLA: ARQUITECTURA Y DISEÑO, 1992).....	112
FIGURA 4.19 - PLANTA DE ANÁLISE DE VERDES.....	113
FIGURA 4.20 - PLANTA DE CHEIOS E VAZIOS.....	114
FIGURA 4.21 - PLANTA DE ANÁLISE DE USOS.....	116
FIGURA 4.22 - PLANTA DE ANÁLISE DE SOLOS.....	116
FIGURA 4.23 - ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	117
FIGURA 4.24 - PLANTA DE ANÁLISE DE ALTIMETRIAS.....	117
FIGURA 4.25 - ORTOFOTOGRAFIA ISLA DE LA CARTUJA (2021).....	118
FIGURA 4.26 - PLANTA DE ANÁLISE DE ESPAÇOS VERDES - PROPOSTA	120
FIGURA 4.27 - PLANTA DE ANÁLISE CHEIOS E VAZIOS - PROPOSTA	122
FIGURA 4.28 - PLANTA DE ANÁLISE DE VIAS DE COMUNICAÇÃO - PROPOSTA.....	123
FIGURA 4.29 - PROJECTO SEOULLO SKYGARDEN 1.	124
FIGURA 4.30 PROJECTO SEOULLO SKYGARDEN 2.	124
FIGURA 4.31 - PROJECTO SEOULLO SKYGARDEN 2.	125
FIGURA 4.32 - PLANTA DE ANÁLISE DE USOS - PROPOSTA.....	127
FIGURA 4.33 - PLANTA DE ANÁLISE VERMELHOS E AMARELOS - PROPOSTA	128
FIGURA 4.34 - PLANTA DE ANÁLISE DE ALTIMETRIAS - PROPOSTA	128
FIGURA 4.35 - PROPOSTA DE REGENERAÇÃO URBANA	129
FIGURA A.1 - PP1 - PLANO PORMENOR 1 (EXPO' 98).....	140
FIGURA A.2 - PP2 - PLANO PORMENOR 2 (EXPO' 98).....	141
FIGURA A.3 - PP3 - PLANO PORMENOR 3 (EXPO' 98).....	141
FIGURA A.4 - PP4- PLANO PORMENOR 4 (EXPO' 98).....	142
FIGURA A.5 - PP5 - PLANO PORMENOR 5 (EXPO' 98).....	143
FIGURA A.6 - PP6 - PLANO PORMENOR 6 (EXPO' 98).....	144
FIGURA B.1 - MAPA DE ANDALUCIA (1985).....	148
FIGURA B.2 - ORTOFOTOGRAFIA DE ANLADUCIA	148
FIGURA B.3 - ORTOFOTOGRAFIA ISLA DE LA CARTUJA (1985).....	149
FIGURA B.4 - ORTOFOTOGRAFIA ISLA DE LA CARTUJA (1986).....	150
FIGURA B.5 ORTOFOTOGRAFIA ISLA DE LA CARTUJA (1990).....	151
FIGURA B.6 - ORTOFOTOGRAFIA ISLA DE LA CARTUJA (1995).....	152
FIGURA B.7 - ORTOFOTOGRAFIA ISLA DE LA CARTUJA (1996).....	153
FIGURA B.8 - ORTOFOTOGRAFIA ISLA DE LA CARTUJA (1998).....	154
FIGURA B.9 - ORTOFOTOGRAFIA ISLA DE LA CARTUJA (1999).....	155
FIGURA B.10 - ORTOFOTOGRAFIA ISLA DE LA CARTUJA (2001).....	156
FIGURA B.11 - ORTOFOTOGRAFIA ISLA DE LA CARTUJA (2004).....	157
FIGURA B.12 - ORTOFOTOGRAFIA ISLA DE LA CARTUJA (2004).....	158
FIGURA B.13 - ORTOFOTOGRAFIA ISLA DE LA CARTUJA (2007).....	159
FIGURA B.14 - CARTOGRAFIA DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS DA ANDALUCIA SEVILHA 1	160
FIGURA B.15 - CARTOGRAFIA DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS DA ANDALUCIA SEVILHA 2.....	161

FIGURA B.16 - MAPA TOPOGRÁFICO DE ANDALUCIA.....	162
FIGURA B.17 - ORTOFOTOGRAFIA ISLA DE LA CARTUJA (2011)	163
FIGURA B.18 - ORTOFOTOGRAFIA ISLA DE LA CARTUJA (2013)	164
FIGURA B.19 - ORTOFOTOGRAFIA ISLA DE LA CARTUJA (2016)	165
FIGURA B.20 - ORTOFOTOGRAFIA ISLA DE LA CARTUJA (2016)	166

Lista de Abreviaturas e Siglas

CEE - Comunidade Económica Europeia

CIP - Confederação Empresarial de Portugal

DGOTDU - Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DU - Declínio Urbano

ETRS - Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos

ORLVT - Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo

PDUG - Plano de Desenvolvimento Urbano Geral

PE - Parques Expo

PROSIURB - Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais

RU - Regeneração Urbana

1.1 Enquadramento e objetivos

A qualquer cidade é colocado o desafio de uma necessidade de adaptação a diferenciadas solicitações de transformação que se impõem por diferentes tempos, distintas vontades e formas de fazer cidade. Assim, toda e qualquer cidade assume a possibilidade de ser afetada por processos de transformação profundos do seu tecido urbano que resultam na sua regeneração ou, por outro lado, na sua degradação que se traduz numa dificuldade de adaptação que traça, inevitavelmente, cenários de declínio urbano (DU).

Semelhantes alterações estruturais no tecido urbano geram, assim, um impacto, de maior ou menor intensidade na evolução da cidade, tornando-se fundamental o desenvolvimento de estratégias de intervenção no domínio urbano que permitam contrariar forças que conduzam a situações de declínio no contexto da cidade e que se traduzem em descontinuidades no tecido. É por este motivo que surgem, ao longo do tempo, operações urbanas estratégicas que assumem, como intuito, a intervenção não apenas a nível do desenho físico do espaço, como através de uma abordagem holística, que permite intervir, também, a nível social, cultural e económico.

De facto, se inicialmente semelhantes estratégias se cingiam ao domínio morfológico do espaço, com o decorrer do tempo assimilaram um conceito dotado de uma complexidade que advém da procura de respostas não só ao nível da degradação física, como económica, social e cultural da cidade.

Com o propósito de intervir sobre lugares em degradação a regeneração urbana assume-se como uma política de planeamento urbano holística que possui implícita a noção de transformação do lugar como estratégia de contrariar forças que, num determinado tempo, conduziram ao seu declínio.

Neste sentido, torna-se propósito do presente trabalho o estudo das motivações que conduzem a cenários de declínio no desenho da cidade, bem como das estratégias que surgem, no decorrer do tempo, como resposta à dificuldade imposta à construção da cidade, que por se caracterizar por um processo evolutivo constante, impõe, continuamente, a necessidade de reflexão sobre o seu tecido à luz de questões impostas pelo tempo que lhe é presente. A compreensão de que a cidade é uma construção complexa, nunca finita, à qual é imposta uma necessidade de adaptação a distintos tempos e vontades, torna-se crucial como justificação para o estudo revisitado tanto das motivações que conduzem ao seu declínio, como das estratégias de planeamento urbano que permitem restituir e devolver à cidade os seus lugares expectantes.

Como objeto de estudo foi eleito o contexto urbano da cidade de Sevilha, especificamente a Isla de La Cartuja, banhada pelo rio de Guadalquivir, que acolheu a Exposição Internacional de 1992, concretizando-se como um lugar passível de ser regenerado, através do estudo das motivações que conduziram ao seu declínio e das formas de intervenção que permitem regenerar o seu tecido. Considerando que Cartuja se manifesta como um lugar em DU, é objetivo da presente dissertação, através de uma estratégia de regeneração urbana, restituir a sua atmosfera de lugar de exceção no tecido e torná-lo numa força dinamizadora que potenciará a reconciliação do tecido da Isla com a cidade de Sevilha e toda a sua envolvente.

1.2 Metodologia

A metodologia que serviu de suporte para o presente trabalho de investigação encontra-se, posteriormente, exposta nas seguintes fases.

A primeira fase de trabalho correspondeu ao processo de recolha de informação que permitiu a apreensão de conhecimento para um devido esclarecimento das temáticas abordadas, como o conceito de DU, de regeneração urbana e de exposição internacional, este último explorado como método de potenciar a resolução de situações de declínio, consagrando-se como uma estratégia de regeneração urbana. Uma fase, assim, definida pela recolha e análise de referências bibliográficas (livros, teses, artigos, documentos eletrónicos, ...).

Da segunda fase constou a investigação, eleição e análise de casos de referência que apresentassem um contributo determinante para a reflexão da relação passível de ser estabelecida entre espaços em declínio, estratégias de regeneração urbana e a consagração de eventos como as exposições internacionais como cenários através dos quais se pode proporcionar a regeneração de tecidos. Tendo sido abordadas as Exposições Internacionais de '92, em Sevilha, no contexto espanhol, e a de '98, na cidade de Lisboa, em Portugal, através de um processo de recolha, análise e tratamento de informação (mapas, planos, cartografias, ...).

Da terceira fase constou o enquadramento do objeto de investigação. Nesta fase foi realizada, então, uma leitura do lugar no espaço e no tempo, através de fontes documentais e cartográficas e de projetos de estudo que permitiram a revisão de toda a investigação levada a cabo e o delineamento de uma estratégia de intervenção.

Sendo que a quarta, e última fase, resultou na elaboração de uma proposta de desenho urbano fundamentada pelo conhecimento adquirido ao longo das temáticas abordadas na redação da dissertação.

1.3 Estrutura e organização

O presente trabalho de investigação encontra-se organizado em cinco capítulos que procuram estruturar os conteúdos, facilitando a leitura e compreensão do trabalho.

No primeiro capítulo, é realizada uma introdução à temática na qual se concretiza um enquadramento do tema e se revelam as motivações para o desenvolvimento de uma proposta de regeneração urbana no lugar da Isla de la Cartuja. É ainda explorada a metodologia utilizada para o desenvolvimento da atual dissertação e sintetizada a sua estrutura.

No segundo capítulo, é compreendida uma investigação acerca dos conceitos de DU e de regeneração urbana, nos quais se tornam explícitos os motivos que conduziram a situações de declínio e à necessidade da idealização de estratégias de intervenção urbana, nas quais a regeneração se enquadra, e são apresentadas as perspetivas de distintos autores relativas aos conceitos mencionados. É ainda apresentada uma análise da evolução histórica do conceito de regeneração urbano no contexto europeu e nacional.

No terceiro capítulo é feita uma breve introdução ao conceito das Exposições Internacionais e é, posteriormente, apresentada uma análise suportada por dois casos de estudo escolhidos para fundamentar a presente dissertação. Para ambos os casos, foram analisadas as suas motivações, o seu planeamento e os desafios enfrentados aquando da sua realização e, por fim, reconhecido o seu impacto a nível do desenho da cidade.

No quarto capítulo, é materializada uma proposta de regeneração urbana para o espaço da Isla de la Cartuja fundamentada em conclusões retiradas de anteriores capítulos e em análises realizadas ao lugar que permitiram descobrir as fragilidades e carências do espaço.

Por fim, no quinto capítulo, são sintetizadas as temáticas abordadas e a estreita ligação que estabelecem entre si, a par da exposição de considerações passíveis de serem retiradas com a realização do presente trabalho.

REGENERAÇÃO URBANA

2.1 Enquadramento

Qualquer cidade assume a possibilidade de ser afetada por processos de transformação profundos que resultam em consequências visíveis consoante a sua capacidade de adaptação às mudanças que se impõem (Fol & Cunningham-Sabot, 2010). Desta forma, todas as cidades adotam uma necessidade de se ajustarem a constantes solicitações de transformação, uma vez que os lugares *“are not static settings or scenes but dynamic socially constructed places”* (Lang, 2005), feitos de *“social interaction and perceptions as well as the interrelation with internal and external impetuses”*¹ (Lang, 2005), por isso em contínua evolução.

Assim, as alterações estruturais, em função do tecido em que se inserem, geram um impacto mais, ou menos profundo no desenvolvimento urbano, que pode ser caracterizado por uma regeneração do tecido ou por uma dificuldade de adaptação que irá traduzir-se na construção da cidade, assumindo-se assim, tanto o crescimento como o declínio, como desafios colocados ao planeamento urbano (Fol & Cunningham-Sabot, 2010).

De facto, o DU não é um fenómeno recente muitos estudos analisaram as suas causas e manifestações, em particular nos Estados Unidos, onde o desenvolvimento e declínio das cidades e centros urbanos, desde a Escola de Chicago², têm sido analisados como um processo natural, em que a transformação urbana resulta de um ciclo de vida que se move num declínio inevitável (Lang, 2005). Este fenómeno é, por isso, inseparável da história das cidades

¹ Tradução livre do autor: “(...) não são cenários estáticos, mas lugares dinâmicos socialmente construídos, feitos de interações e percepções sociais, bem como da inter-relação entre impulsos internos e externos (...)”

² A Escola de Chicago foi um movimento que nasceu a partir da observação da cidade de Chicago dos anos 20 e 30 que constituiu um “laboratório natural” de investigação devido ao seu crescimento rápido e desmesurado, o que incentivou o nascimento de novas teorias sobre questões urbanas. (Infopedia, 2020)

(Beauregard, 2003) e alguns autores estabelecem uma ligação entre o DU e a suburbanização³ - Fishman (1987), Jackson (1986) e Downs (1999) -, enquanto outros analisam o impacto da desindustrialização e a perda de destaque de certos centros urbanos, em particular as antigas regiões industriais da Europa, como causas desse declínio - Bradbury et al. (1982) e Gichs (1993) (Fol & Cunningham-Sabot, 2010).

Até às décadas de 70 e 80 é possível afirmar que o DU era um fenómeno quase exclusivamente observado em países considerados desenvolvidos, com particular incidência nos Estados Unidos, no Reino Unido e na Alemanha. No entanto, a partir dos anos 90, este fenómeno assistiu a um crescimento notável, afetando mais de um quarto das cidades que registavam uma população superior a cem mil habitantes, o que contribuiu para um interesse renovado na discussão do tema e para um despertar de diferenciadas investigações em anos recentes (Fol & Cunningham-Sabot, 2010)

Porém, embora o diferente número de reflexões ofereça distintas perspetivas acerca do tema, conseguimos reconhecer, à partida, características comuns como o carácter demográfico, económico e social, e a relação entre estes, como fundamentos para análise de cenários de declínio.

Por outro lado, para além de distintas perspetivas, deparamo-nos também com diferentes definições do conceito. Se por um lado, na história urbana da América, encontramos os termos "*urban decline*"⁴, "*shrinking cities*"⁵ e "*urban shrinkage*"⁶ frequentemente associados a uma abordagem fortemente centrada na dimensão económica através do estudo das consequências da desindustrialização, do impacto da suburbanização no empobrecimento do centro urbano, da ligação entre a expansão urbana, o DU e o ascendente processo de segregação socio-espacial; por outro, vemos surgir na Alemanha, num artigo publicado em 1988, o termo "*schrumpfende Städte*"⁷ empregando, de igual forma, a metáfora americana para "*shrinking cities*" ou "*urban shrinkage*", que não deve ser confundida com a noção de perda de área superficial mas antes de aglomerações urbanas que se espalham pelo tecido. (Fol & Cunningham-Sabot, 2010)

³ A suburbanização é o processo de crescimento de cidades para fora dos seus limites reconhecidos, expandindo-se a outras áreas urbanas. Verifica-se a descentralização de pessoas, indústrias e serviços das áreas centrais da cidade para a periferia, processo esse que traduz o crescimento de subúrbios.

⁴ Tradução livre do autor: "declínio urbano"

⁵ Tradução livre do autor: "cidades em retrocesso"

⁶ Tradução livre do autor: "retrocesso urbano"

⁷ Tradução livre do autor: "cidades em encolhimento"

A par de semelhantes definições, desponta em França o termo “*rétraction urbaine*”⁸ que, novamente, torna explícita uma manifestação física e demográfica. No entanto, de acordo com Fol e Cunningham-Sabot (2010), a abordagem ao conceito de DU deve ser sempre realizada na interligação das suas vertentes demográfica, económica, social e urbana mesmo que estas possam diferir em função do contexto em que são estudadas.

O DU é, então, caracterizado por Ginot (2010) como dificuldades de carácter físico e social vividas no espaço urbano que têm como principal causa os problemas económicos. Enquanto Lang (2005) entende-o como uma contínua redução de emprego em paralelo com uma constante perda de população. Porém, em qualquer das aceções, torna-se relevante referir que qualquer definição, para se encontrar completa, tem que reconhecer tanto o seu domínio demográfico como económico como motivações para os problemas urbanos que possam surgir. Assim:

“Decline at the urban level can be best described in terms of a continuous reduction of employment as well as an enduring loss of population; both processes are interrelating and are accompanied by rising social and physical problems. Often these processes are reflected on a regional level, indicating a regional dimension of causes and impacts.” (Lang, 2005)⁹

Desta forma, declínio aponta sempre para um realidade de transformações que revelam, a par da decadência física (dos tecidos, dos edifícios,...), a falta de atração de que o ambiente envolvente vive, quer seja pela inaptidão em gerar atividade e emprego, quer pela exclusão e segregação social que assume forma em lugares que evidenciam o declínio físico e o agravamento das condições de vida (Lang, 2005).

De modo sucinto, o termo declínio, quando aplicado ao contexto urbano, é utilizado para descrever mudanças indesejáveis, como a perda de trabalho acompanhada pela crescente situação de desemprego, exclusão social, decadência física e agravamento das condições de habitabilidade. O DU é, por este motivo, um problema social que traduz um inquietante impacto a nível do desenho das cidades (Lang, 2005).

No caso da Europa, o fenómeno do DU conheceu um crescimento acentuado, desde 1996 a 2001 cerca de um terço das cidades europeias assistiram a uma perda de população, reconhecendo-se, inclusive, que nos finais dos anos 90, o número de cidades em declínio era já

⁸ Tradução livre do autor: “retração urbana”

⁹ Tradução livre do autor: “O declínio, a nível urbano, pode ser melhor descrito em termos de redução contínua de emprego e perda permanente de população; ambos os processos encontram-se inter-relacionados e são acompanhados por crescentes problemas tanto sociais quanto físicos. Muitas vezes, semelhantes processos são refletidos a nível regional, indicando uma dimensão regional de causas e impactos.”

superior às que manifestavam um crescimento demográfico notório. Este cenário tornou-se mais evidente na Europa Oriental, *“in particular Romania, Bulgaria, the Baltic states and, with more variation depending on the cities, in Hungary, Poland and the Czech Republic. Among the shrinking cities (...) the vast majority are located in Russia, Ukraine, Poland, Romania and Eastern Germany.”*¹⁰ Enquanto a Ocidente a situação assume diferenças acentuadas entre regiões, em particular no Reino Unido, na Alemanha e em França. Já o Sul da Europa é caracterizado por um panorama de contraste entre cidades espanholas e portuguesas de rápido crescimento e as cidades italianas estagnadas ou em recessão (Fol & Cunningham-Sabot, 2010).

No continente europeu, o DU encontra-se particularmente associado à desapropriação do antigo tecido industrial das cidades que assistiram a dificuldades em adaptar-se às consequências da desindustrialização, a par da suburbanização e da reestruturação pós-Soviética que contribuíram para um modelo de declínio sem precedentes na Europa Oriental (Fol & Cunningham-Sabot, 2010).

A par do abandono dos centros urbanos que conduziu ao aumento do número de fogos devolutos que resultaram na degradação dos edifícios, surge uma nova política na qual as indústrias pesadas são gradualmente substituídas por indústrias baseadas em energias limpas e economias de baixo carbono, e as que permanecem são deslocadas para as periferias, o que contribui para o aparecimento de grandes extensões de zonas industriais devolutas e abandonadas, bem como de núcleos populacionais alvo de desemprego e exclusão social (Regan, 2000).

Por estes motivos, a imagem das cidades torna-se pouco atrativa para a população, que migra para habitações mais económicas e atrativas nas periferias, onde existe a possibilidade de acesso a melhores serviços (Roberts & Sykes, 2000) Esta migração conduziu a ambientes sociais e económicos inviáveis e, simultaneamente, registaram-se aumentos da produção de resíduos, dos níveis da poluição e da pressão imposta aos recursos naturais, afetando consequentemente, o meio ambiente.

¹⁰ Tradução livre do autor: “(...) em particular na Roménia, na Bulgária, nos países bálticos e, com maior variação dependendo das cidades, na Hungria, na Polónia e na República Checa. Entre as cidades em retrocesso (...) a grande maioria está localizada na Rússia, Ucrânia, Polónia, Roménia e Alemanha Oriental.”

2.1.1 Causas do Declínio Urbano

Como vimos, o declínio das cidades tem sido uma realidade desde a sua existência. De facto, é nesta linha de pensamento que o DU se encontra associado ao declínio das civilizações ao longo do tempo, Lewis Mumford (1961) defende que tanto as civilizações como as cidades passam por diferentes fases, expondo um prisma baseado numa visão linear de evolução urbana no qual as cidades estão destinadas a crescer, estagnar e cair em decadência, ou até mesmo desaparecer. Por outro lado, Gutkind (1962) defende que o declínio se deve à expansão das cidades devido às novas formas de mobilidade e à ascensão das civilizações tecnológicas (Fol & Cunningham-Sabot, 2010).

Nesta mesma corrente de pensamento, assistimos na década de 80 ao surgimento de estudos que aparentam corroborar semelhante modelo de evolução das cidades, os quais suportam a teoria de que a cidade passa por sucessivas etapas como a urbanização, a suburbanização, a “desurbanização” e, por fim, a “reurbanização”. *“During the first stage, the central city grows faster than its periphery and businesses are concentrated there; in the second phase, suburbanization leads to faster growth of the periphery and the decentralization of businesses and residences, while the metropolitan area continues to expand.”*¹¹ A terceira fase ocorre *“when businesses and residences spread beyond the borders of the metropolitan area, leading to shrinkage of the urban agglomeration as a whole.”*¹² Finalmente, a reurbanização assume-se como a etapa *“in which the city center regains population in absolute or relative terms, but the metropolitan area as a whole continues to lose residents.”*¹³ (Fol & Cunningham-Sabot, 2010).

Já em 2003, Beauregard estabelece uma ligação entre o declínio e as deficiências da vida urbana, tanto físicas (congestão, propagação de bairros de lata,...) quanto sociais (aumento de classes económicas pobres, minorias étnicas, sensação de insegurança,...) (Fol & Cunningham-Sabot, 2010).

Nos estudos acima mencionados, é notória a intenção de remeter para uma inevitabilidade de declínio das cidades, cenário fortemente contestado em anos subsequentes, principalmente por Paul Cheshire que afirma que a partir dos anos 90 as tendências denotadas não serviam

¹¹ Tradução livre do autor: “Durante a etapa inicial, a cidade central cresce mais depressa que sua periferia e os negócios estão ali concentrados; na segunda etapa, a suburbanização leva a um crescimento mais rápido da periferia e à descentralização de empresas e residências, enquanto a região metropolitana continua em expansão.”

¹² Tradução livre do autor: “(...) quando os negócios e residências se espalham além das fronteiras da área metropolitana, levando ao encolhimento da aglomeração urbana como um todo.”

¹³ Tradução livre do autor: “(...) em que o centro da cidade volta a ganhar população em termos absolutos e relativos, mas a área metropolitana como um todo continua a perder residentes.”

uma amostra homogénea que suportasse os estudos anteriores que asseguravam um modelo de evolução comum a todas as cidades (Fol & Cunningham-Sabot, 2010).

Contrariamente à perspetiva abordada, múltiplas investigações apontam para uma associação entre o DU e uma análise que acolhe uma abordagem cíclica em vez de linear, na qual se defende que os bairros urbanos surgem e crescem para mais tarde entrarem em declínio e desaparecerem. Esta conceção assemelha-se à teoria baseada na tese do economista Kondratieff:

“(...) who, when studying the long-term evolution of wholesale and retail prices, shows that these prices follow waves of growth and recession. Each cycle lasts an average of around fifty years and includes an initial phase of sustained growth, reflected in rising prices, followed by a phase of slower growth characterized by price decreases.”¹⁴

De semelhante forma, a evolução das cidades encontra-se sujeita a ciclos de desenvolvimento que abarcam períodos de crescimento acelerado seguidos por períodos de crescimento mais lento. Desta forma, as cidades passam por fases de declínio e de regeneração, associadas, nesta corrente de pensamento, à sua posição económica relativamente ao mercado (Fol & Cunningham-Sabot, 2010).

Não é possível apontar um único motivo como força potenciadora dos problemas urbanos e, neste caso em particular, da motivação para a questão do declínio. No entanto, como vimos anteriormente, as tendências demográficas e sociais de impacto negativo e os fatores económicos são vulgarmente avançados como causas do declínio. Indicadores demográficos, como a perda de população; económicos, como a perda de trabalho; e sociais, como o aumento da pobreza no tecido urbano, e a ligação entre estas distintas dimensões apontam, indubitavelmente, para consequências de uma realidade em declínio (Fol & Cunningham-Sabot, 2010). Todavia, refletindo acerca das motivações de decadência urbana, Cheshire et al. apontam as seguintes causas:

- Processos de desindustrialização;
- Reestruturação industrial com intenção de potencializar lucro;

¹⁴ Tradução livre do autor: “(...) aquele que, ao estudar a evolução a longo prazo dos preços de venda a grosso e a retalho, mostra que os mesmos seguem curvas de crescimento e recessão. Cada ciclo dura em média cerca de cinquenta anos e inclui uma fase inicial de crescimento sustentado, refletida no aumento dos preços, seguida por uma fase de crescimento mais lenta, caracterizada pela redução de preços.”

- Globalização e concentração económica como forças para mudanças estruturais económicas;
- Dificuldade de adaptação a emergentes solicitações de atividades económicas e restrições de fatores (incluindo a disponibilidade de terrenos e edifícios) (Lang, 2005).

Por outro lado, suportados por distintos autores, Sylvie e Emmanuèle (2010) estabelecem uma ligação estreita entre o DU e a suburbanização, sobretudo no contexto americano, associada a um desejo de expansão urbana assente, no entanto, num desenvolvimento caótico e na desintegração das áreas metropolitanas. O processo de suburbanização, de facto, exacerbou os problemas urbanos e acelerou o declínio dos centros das cidades uma vez que o investimento e as políticas urbanas assumidos incitaram o crescimento suburbano em detrimento da valorização dos centros em declínio (Fol & Cunningham-Sabot, 2010).

Afirmam, ainda, que características como a redução da taxa de fecundidade, o balanço dos movimentos migratórios, o envelhecimento da população, o número crescente de famílias - o seu tamanho reduzido e a sua crescente instabilidade, conduziram a uma transformação das estruturas domésticas e da população como um todo, tendo repercussões no espectro urbano que proporcionaram situações de declínio. Porém, torna-se relevante referir que características como o aumento de núcleos familiares com duplo rendimento que decidem permanecer sem filhos durante longos períodos de tempo, bem como o aumento da taxa de mulheres no local de trabalho são vistas atualmente como oportunidades de “reurbanização” do centro da cidade que se torna apelativo através de novas ofertas culturais e de entretenimento (Fol & Cunningham-Sabot, 2010).



Figura 2.1 - Zona Devoluta (Detroit)

Fonte - <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/as-ruinas-do-capitalismo/> consultado a 04/01/2020

Embora a relação de interdependência que se estabelece entre o comportamento demográfico e a transformação do espaço urbano seja avançada como motivação para o declínio, Sylvie e Emmanuèle (2010) consideram que o declínio pode ser, de igual modo, uma manifestação espacial da globalização. Isto é, segundo Castells, “*globalization is characterized by the growing integration of economies and of spaces, while the current transition from the industrial age to the information age leads to the creation of a network society. The traditional space of places is joined by the space of flows*”¹⁵, o que inevitavelmente influencia o desenvolvimento das cidades e contribui para a proliferação de espaços expectantes no processo da globalização. Nesta perspectiva, invariavelmente, as cidades que prosperam são as que reclamam para si um papel decisivo num modelo económico competitivo e que beneficiam, a par de uma posição estratégica na rede económica, de sistemas de inovação e de uma economia baseada no conhecimento. Cidades que usufruem destas características assumem um papel preponderante, tornando-se mais

¹⁵ Tradução livre do autor: “(...) a globalização é caracterizada pela crescente integração de economias e espaços, enquanto a atual transição da era industrial para a era da informação leva à criação de uma sociedade em rede. O espaço tradicional dos lugares junta-se ao espaço dos fluxos.”

atrativas ao investimento e a trabalhadores mais qualificados, enquanto as restantes assistem à perda do seu poder económico, de posições de trabalho, o que resulta, no primeiro caso, na formação de aglomerações, enquanto no segundo na perda de população e consequente abandono dos lugares (Fol & Cunningham-Sabot, 2010).



Figura 2.2 - Local abandonado perto da cidade de Nagasaki. Fotografia Chris Luckhardt.

Fonte - <https://abcnews.go.com/blogs/headlines/2013/03/chris-luckhardts-urban-decay> consultado a 04/01/2020

2.1.2 Boas Práticas

Como estratégia de abordagem a cenários de DU, quer seja por decadência explícita do tecido ou por processos de transformação, surge a reflexão imposta pela regeneração urbana (RU) que implica, diferenciando-se das demais, uma perspetiva holística acerca dos problemas, potencialidades, estratégias e projetos dentro do domínio social ambiental, cultural e económico (Lang, 2005). Assim, a regeneração é vista como uma “*reaction on decay, decline and spatial imbalance in urban áreas*”¹⁶ (Lang, 2005).

Deste modo, de acordo com Lang (2005), a RU refere-se a políticas e estratégias locais para lidar com o declínio, a decadência ou a transformação urbana, que incentivam a implementação de políticas em áreas urbanas existentes, em vez do desenvolvimento de novas urbanizações, através de três áreas de atuação governamental – os conhecidos três R’s de intervenção – a regeneração urbana e rural, a renovação e o desenvolvimento regional.

Couch e Fraser (2003) explicam que este tipo de políticas é gerado pela preocupação da RU em aumentar o crescimento da atividade económica onde esta foi perdida, em restabelecer uma função social ou inclusão social e em restaurar a qualidade ambiental ou equilíbrio ecológico onde este se perdeu.

No entanto, a forma como cada área, cidade ou região é afetada pelo DU é distinta, existindo casos nos quais as cidades e as economias se adaptam às alterações enquanto noutras se podem desenvolver crises profundas (Lang, 2005). E mesmo, no último caso, a promoção de programas de RU pode não se provar eficaz, sobretudo se assentar em medidas preconizadas “de uma forma desgarrada, sem formarem um todo coerente e complementar”, que impedem uma identificação geral dos benefícios que poderão advir (Roberts & Sykes, 2000).

Noon et al. (2000) referem que algumas das formas para combater o DU são: melhorar as infraestruturas dos edifícios; reduzir os custos da recuperação e do desenvolvimento do território através de incentivos e melhorar as perspetivas do mercado de trabalho local, através da aposta na formação especializada dos trabalhadores. Lang (2005) acrescenta ainda que a capacidade de uma dada região em proporcionar oportunidades de emprego é crucial para o desenvolvimento urbano, algo que é potenciado pelo aumento de valências dos trabalhadores.

¹⁶ Tradução livre do autor: “(...) reação à decadência, declínio e desequilíbrio espacial em áreas urbanas.”

2.2 Conceito de Regeneração Urbana

Regenerar, que encontra raízes no latim *regenerare*, funde-se com expressões como tornar a gerar, reconstituir-se, formar-se de novo, reabilitar-se; ou com palavras como reorganizar, restaurar, reformar, melhorar, aperfeiçoar (Infopedia, 2020). Neste contexto, e com a clarificação de um simples vocábulo, compreende-se já que o conceito de regeneração aponta para uma intervenção urbana que deseja recuperar um lugar expectante e reintegrá-lo no tecido consolidado da cidade.

Contrariamente à origem da formação da palavra regenerar, quando aplicado ao discurso da cidade, o conceito de regeneração é relativamente recente, surgindo na década de 1950 nos Estados Unidos da América como estratégia de intervenção nas frentes de água portuárias (Fernandes, 2014). No entanto, apenas em 1975 se vê surgir o termo regeneração num relatório preparado para Merseyside County Council:

“In such a situation on population decline there might come a point when market forces would commence the regeneration of areas of dereliction.” (Couch, Sykes, & Borstinghaus, 2011).¹⁷

Desde então, o conceito de RU tem sofrido constantes mutações, acolhido distintas significações para diversos autores e aplicado em distintos contextos. Roberts (2000) descreve a origem da RU como um resultado da interação entre diversas fontes de influência (física, social, ambiental e económica) e, sobretudo, como uma resposta às oportunidades e desafios que são apresentados pela degeneração num sítio em particular e num momento específico. De uma forma mais concreta, surge de “uma visão e ação abrangente e integrada” que procura resolver problemas urbanos e melhorar, de forma perdurável, as condições económicas, físicas, sociais e ambientais das respetivas zonas transformadas.

A Confederação Empresarial de Portugal (CIP) (2011) acrescenta à definição de Roberts que a RU é uma oportunidade de investimento multidisciplinar que envolve variados agentes e que permite criar emprego, gerar negócios, rentabilizando estruturas existentes que se encontram subaproveitadas. Trata-se de um processo estratégico integrado, que otimiza o capital humano, social, material, cultural e económico (Figura 2.3 - Dimensões da Regeneração Urbana: Adaptado de CIP .

¹⁷ Tradução livre do autor: “Numa situação de declínio populacional, poderá chegar-se a um ponto em que as forças do mercado iniciariam a regeneração de áreas abandonadas”.

Couch et al. (2003), refletindo sobre o tema, expõem a RU como o campo da política pública que se preocupa em fazer crescer novamente a atividade económica, em recuperar a função social e em restabelecer a qualidade ambiental e o equilíbrio ecológico onde estes foram perdidos.

Ginot (2010) atesta as afirmações anteriores, confirmando que a regeneração é um processo holístico e integrado que procura melhorias de condições económicas, sociais e ambientais numa perspetiva estratégica e a longo prazo de uma área ou cidade que foi sujeita a mudanças, tendo como missão pública reduzir a segregação.



Figura 2.3 - Dimensões da Regeneração Urbana: Adaptado de CIP (2011).

De forma sucinta, e de acordo com o Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo - ORLVT, a RU deve, então, ser “entendida nas suas vertentes física, social, económica e ambiental, exige uma forte intervenção na reabilitação do espaço público e do património edificado, bem como na criação e modernização de equipamentos coletivos, essenciais na revitalização de áreas desertificadas, desvitalizadas e desqualificadas das cidades.” Representa, assim, uma intervenção que tem como objetivo principal a reorganização e a melhoria de áreas

existentes nas cidades, nas áreas industriais devolutas ou periféricas em constante declínio (ORLTV, 2015).



Figura 2.4 - Palermo, distrito Z.E.N antes e depois do seu projeto de RU.

Fonte - <https://www.livablecities.org/articles/proposal-urban-regeneration-suburb-zen-palermo-italy> Consultado a 01/04/2020

Refletindo acerca dos desafios que este tipo de intervenção urbana suscita, Roberts (2000) propõe que a sua estratégia deverá:

- Ter como base uma análise detalhada da condição da área urbana;
- Definir objetivos operacionais claros que devem, quando possível, ser quantificados;
- Procurar assegurar um consenso através da participação possível e cooperação de todos os investidores com legítimo interesse na regeneração da área urbana plena;
- Ter como objetivo a adaptação simultânea do tecido físico, das estruturas sociais, das bases económicas e ambientais da área urbana, através da geração e implementação de uma estratégia global e integrada que resolva os problemas de forma equilibrada, ordenada e positiva;
- Assegurar que os programas resultantes de implementação são desenvolvidos de acordo com os objetivos de desenvolvimento sustentável, fazendo o melhor uso possível de recursos naturais, económicos e humanos incluindo terrenos e equipamentos existentes no ambiente construído.

Afirma, ainda, que semelhante processo de intervenção pode ser alcançado:

- Através de parcerias ou outros métodos de trabalho;
- Reconhecendo a importância da avaliação do progresso da estratégia para o alcance dos objetivos específicos definidos e acompanhando a influência das forças internas e externas que agem sobre as áreas urbanas em questão;
- Aceitando a semelhança que os programas iniciais de implementação vão necessitar para serem revistos de acordo com tais mudanças que possam vir a ocorrer;
- Reconhecendo a realidade de que vários elementos de uma estratégia podem progredir a diferentes velocidades. Isto pode necessitar de uma redirecção de recursos ou de provisão de mais recursos, por forma a manter um equilíbrio entre os objetivos abrangidos num esquema de regeneração urbana e permitir o alcance de todos os objetivos estratégicos.



Figura 2.5 – Vista do Porto Vell (s.d). Projecto de RU. (Brutomesso, 1991)



Figura 2.6 - Vista do Porto Vell (2020). Projecto de RU.

Fonte - <https://www.google.pt/maps/search/port+vell/@41.3555277,2.1753075,3476a,35y,38.67t/data=!3m1!1e3?hl=pt-PT> consultado 09-04-2020

Assim, tendo em conta a estratégia de intervenção no tecido urbano anteriormente explicitada, para Roberts (2000) a RU deve ser vista como:

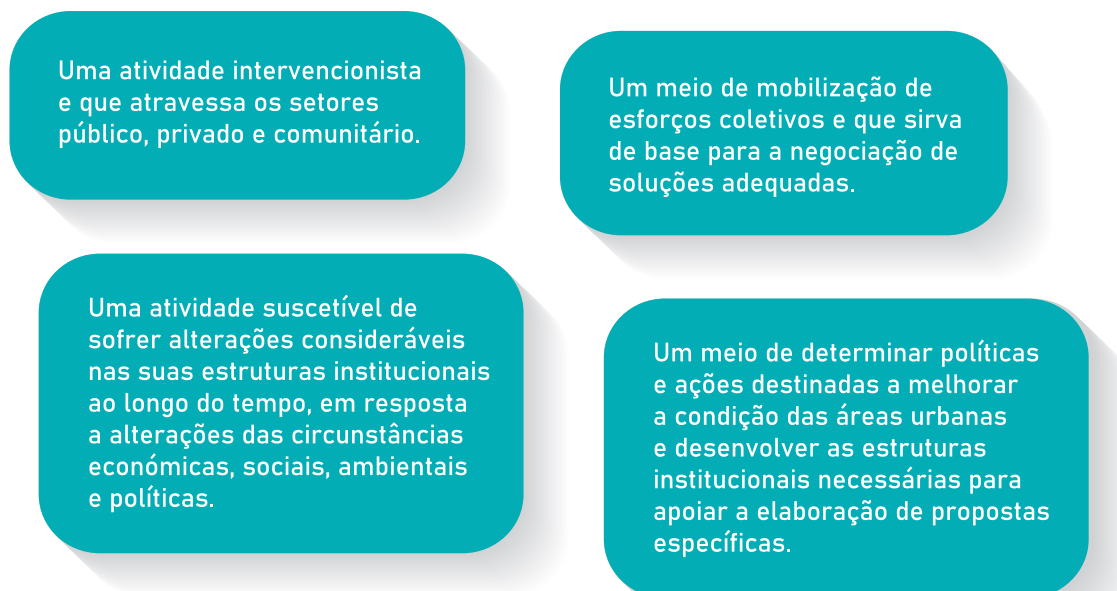


Figura 2.7 - A visão de Roberts (2000) sobre a RU.

Por outro lado, para definir a complexidade característica do processo estratégico de RU, Robson (1988) identificou os quatro principais elementos envolvidos na transformação do contexto urbano:

- A reestruturação industrial na procura da maximização dos retornos;
- A restrição de fatores, incluindo a disponibilidade de terrenos e edifícios;
- A falta de atratividade real ou percebida das áreas urbanas;
- A composição social das áreas urbanas.

Desta forma, para simplificar a intervenção no contexto alargado do tecido urbano, Luís Mendes (2013), traça seis pressupostos que funcionam como princípios que orientam a teoria e a prática do processo de planeamento:

1. Abrangência – a regeneração procura, de forma sistémica, definir procedimentos e medidas de intervenção que afetem de forma positiva todos os setores da área urbana considerada.

2. Integração – toda a área urbana sujeita a uma intervenção é sempre considerada de forma integrada. Os vários espaços, a própria área de intervenção e o no território que a envolve, a gestão dos financiamentos com fundos de diversas fontes, assim como as políticas de diversos ministérios ou departamentos e entre diferentes níveis hierárquicos de administração e a elaboração e implementação do processo de RU que envolve diferentes tipos de atores e agentes, são todos analisados de forma integrada.

3. Estratégia – é uma das mais importantes características da metodologia típica da RU. Esta, ao surgir da necessidade de alteração ou reestruturação funcional de uma determinada área de intervenção, é resultado de uma opção estratégica de aproveitamento de uma determinada oportunidade, que aparece em forma de problema ou desafio. As ações são programadas para longo e médio prazo e feitas em função de resultados desejados e objetivos claros previamente definidos que podem ser alvo de alteração, considerados numa escala de prioridade flexível, em função do contexto.

4. Flexibilidade/resiliência – para alcançar os objetivos estratégicos traçados, as formas de intervenção definidas provêm de mecanismos de readaptação durante o processo de implementação e de possíveis alterações ao cenário previsto, de acordo com o diagnóstico inicial. A ideia de resiliência está subjacente à flexibilidade do processo da RU, isto é, a capacidade de resistir de forma positiva a choques e mudanças e a ideia de diminuir a probabilidade de a eficácia ficar comprometida ou refém de incapacidades de adaptação a acontecimentos que facilmente podem ser acautelados.

5. Apoio em parcerias – a mobilização do esforço coletivo é privilegiada. Primeiro, porque providencia a base para que a tomada de decisões estratégicas seja participada e negociada, devido também à crescente exigência de participação por parte das populações na definição de soluções mais indicadas para os desafios locais. Segundo, porque a RU envolve quase sempre grandes investimentos que dificilmente podem ser suportados por uma única entidade, seja ela pública ou privada. As parcerias permitem uma maior coordenação e complementaridade entre diferentes competências de diferentes agentes e conseguindo desta forma, ultrapassar as tradicionais barreiras institucionais.

6. Sustentabilidade – a RU, nas suas várias intervenções levadas a cabo no espaço urbano assim como na capacidade do próprio processo se sustentar, deverá procurar responder a critérios de sustentabilidade ambiental.



Figura 2.8 - Fotografia área do Arsenal da Marinha. Autor desconhecido, (s.d.).
Fonte - https://paixaoporlisboa.blogs.sapo.pt/ribeira-das-naus-arsenal-da-marinha-22987?fbclid=IwAR1KGwX3TZ4aTXO4Svun9J_pSQAyFWtX39x2ueQEFaB9v3p5SELEP-RimBo consultado 13-09-2019



Figura 2.9 - Ribeira das Naus depois do projecto de RU.
Fonte - <http://www.gap.pt/project/ribeira-das-naus/> consultado a 13-09-2019

Como forma de conclusão, compreendemos que a RU se insere no conjunto de políticas de planeamento urbano que surgem como resposta aos desafios de intervenção urbana no contexto alargado do tecido da cidade. A regeneração aponta para um conceito fortemente marcado pelo seu carácter holístico, que integra uma visão da cidade em todo o seu domínio, físico, económico, social e ambiental (**Figura 2.8**) incide, de forma estratégica, sobre lugares que, por qualquer motivo, suscitem descontinuidades no tecido urbano, expondo áreas em declínio.

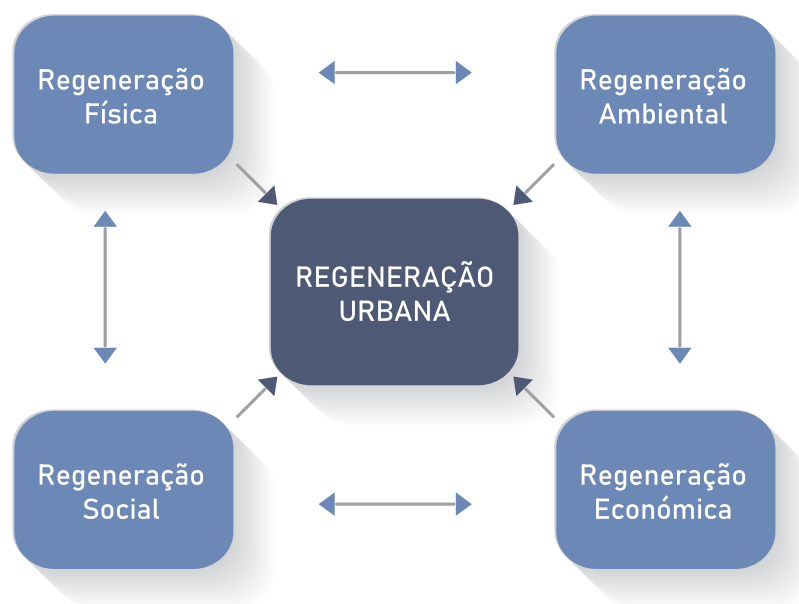


Figura 2.8 - RU (Roberts & Sykes, 2000).

Para além disso, Roberts (2000) refere, ainda, que um processo de RU deverá refletir as circunstâncias e requisitos da região onde será aplicada, sendo por isso vital reconhecer e aceitar a singularidade de cada espaço, que deverá ser reconhecida na operação urbana.

Desta forma, a regeneração assume-se como distinta da operação de renovação urbana exatamente pelo exercício de uma visão integrada e de uma ação abrangente na resolução de problemas multifacetados de áreas urbanas desfavorecidas (Ercan, 2010), enquanto a renovação é definida pelo processo de remoção de locais pobres e seu desenvolvimento (Couch, Sykes, & Borstinghaus, 2011)

Assim, também a renovação urbana tem sido considerada uma abordagem eficaz na promoção dos valores históricos do lugar e na melhoria da qualidade ambiental (Adams & Hastings, 2001); na retificação do problema de degradação urbana e na atenção concedida a vários objetivos socioeconómicos (Lee & Chan, 2008a); e na melhoria das redes sociais existentes,

através da inclusão de grupos vulneráveis e mudanças nos impactos adversos no ambiente (Chan & Yung, 2004).

Em resumo, a renovação urbana visa melhorar o desempenho físico, os aspetos socioeconómicos e ecológicos das áreas urbanas através de várias ações, incluindo a revitalização, a reabilitação e a preservação do património existente (Couch, Sykes, & Borstinghaus, 2011)



Figura 2.9 - Bilbao, antes e depois da intervenção de renovação urbana.

Fonte - <https://www.leekuaneyeworldcityprize.com.sg/resources/case-studies/bilbao-ria-2000/> consultado a 01/04/2020

Por outro lado, a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU, 2009) distingue, ainda, a reabilitação urbana como “uma forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição de edifícios.”



Figura 2.10 - Miradouro de Santa Catarina antes de intervenção de reabilitação urbana.

Fonte - <http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/miradouro-de-santa-catarina/> consultado a 10-03-2020



Figura 2.11 - Miradouro de Santa Catarina depois de intervenção de reabilitação urbana.

Fonte - <http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/miradouro-de-santa-catarina/> consultado a 10-03-2020

Por outro lado, a reestruturação urbana é “uma forma de intervenção no tecido urbano existente que tem por objetivo a introdução de novos elementos estruturantes do aglomerado urbano ou de uma área urbana.” (DGOTDU, 2009)



Figura 2.12 - Projeto de reestruturação urbana Les Bassins 1.
Fonte - <https://www.google.pt/maps> consultado a 09-04-2021



Figura 2.13 - Projeto de reestruturação urbana Les Bassins 2.
Fonte - https://www.archdaily.com.br/br/770307/les-bassins-a-flot-housing-anma?ad_medium=gallery consultado a 09-04-2021

2.3 Regeneração Urbana no Contexto Europeu

2.3.1 Evolução da Regeneração Urbana na Europa

A segunda metade do século XX assistiu a um crescimento económico e urbano particularmente elevado na Europa, uma vez que a política urbana, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), caracterizou-se por um período de reconstrução em toda a Europa Ocidental, seguido de uma modernização dos centros urbanos e respetivas infraestruturas (Couch, Sykes, & Borstinghaus, 2011)



Figura 2.14 - Dresden, no final da Segunda Guerra Mundial e 70 anos depois.

Fonte - <http://stationedgermany.com/travel/six-amazing-world-war-two-before-and-afters/2/> consultado a 20/01/2020

As cidades começaram a competir cada vez mais pela preferência do consumidor e a identidade específica de cada cidade passou a ser de importância crucial. Tal porque, a identidade histórica constitui o contraponto para a influência dominante de uma cultura, sendo a preservação do património cultural o mais popular. Para a população é relevante como a área do antigo centro urbano se tornou e não como era. Partindo deste pressuposto, muitas cidades europeias fizeram planos para restaurar e manter o património cultural, todos eles integrados em planos de transformação para partes do interior da cidade (Fidalgo, 2012).

Estes processos de decisão de transformações no interior das cidades são baseados em interesses económicos dos participantes públicos, privados e locais. Para uma maior compreensão dos atuais modelos de RU, será analisado em maior detalhe o padrão de evolução da política urbana, os mais importantes eventos históricos e as políticas e programas urbanos europeus desde os anos 1950 até à atualidade, juntamente com as características de cada era política, ao longo do último meio século (Gonçalves, 2006).

A RU foi, então, um termo com alguma ressonância, em meados do século XX, definido por muitos dicionários como o processo de reconstrução física da remoção de bairros de lata de uma área urbana. No entanto, começou a surgir a necessidade de uma nova forma de intervenção política que ultrapassasse esta abordagem tradicional e limitada de remoção de bairros de lata e reabilitação física e que passasse a abordar também as questões sociais e económicas de uma forma mais ampla – a regeneração urbana (Couch, Sykes, & Borstinghaus, 2011)

A partir de 1945, imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, uma das prioridades de alguns países europeus foi a reparação dos danos causados durante a guerra e a reconstrução do tecido das cidades (Roberts & Sykes, 2000). Deste modo, as décadas de 40 e 50 tiveram ênfase na reconstrução, substituição e erradicação dos problemas do passado, que levaram à adoção de técnicas de construção industrializadas e edifícios habitacionais (Couch, 1990).

Em 1957, o Tratado de Roma¹⁸ instituiu a Comunidade Económica Europeia (CEE) que permitiu que os membros da União Europeia (UE) tivessem liberdade para movimentar bens, serviços, capital e pessoas através de um mercado comum, com o objetivo de transformar o comércio, a indústria e a produção na CEE e trabalhar para uma Europa mais unida (Allen, 2017). Esta ideia de promover um “desenvolvimento harmonioso do conjunto da União”, veio contribuir para uma menor disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões mais desfavorecidas (Rodrigues, 2017).

Deste modo, muitos estudos e relatórios no final da década de 1960 e início dos anos 1970 chamaram a atenção para a situação das áreas urbanas nalguns países da Europa. Começaram a ser criados novos programas e publicadas novas legislações que efetivassem a regeneração urbana (CIP, 2011).

¹⁸ Tratado assinado em 25 de março de 1957 pela Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Alemanha Ocidental. A assinatura deste tratado é o culminar de um processo que surge após a Segunda Guerra Mundial, que deixou a Europa económica e politicamente destruída, e fragilizada face às duas superpotências: Estados Unidos e União Soviética.

Ficou evidenciado desde muito cedo que as cidades experimentaram sinais de declínio devido aos processos de desindustrialização e globalização. A União Monetária¹⁹ em 1969, veio mostrar a questão urbana estava a tornar-se uma questão social, ou seja, as cidades começaram a ser vistas como nós centrais para abordar a questão social emergente e desenvolver novas ações integradas, onde as dimensões sociais, económicas e espaciais poderiam ser apreciadas (Barca, 2012).

Na década de 70, houve uma grande expansão das iniciativas urbanas, assim como várias tentativas para assegurar a coordenação entre as vertentes económicas, sociais e físicas, que anteriormente se encontravam separadas da política (Roberts & Sykes, 2000).

Contudo, esta fase de crescimento foi interrompida pela guerra árabe-israelita de 1973, que impôs a reestruturação radical da base económica de muitas das zonas urbanas mais antigas da Europa. Couch (2011) refere que este fenómeno provocou uma diminuição das indústrias tradicionais e um aumento no setor dos serviços. Estas mudanças colocaram os espaços urbanos sob pressão, segregaram bairros e periferias, esvaziaram centros históricos e, simultaneamente, a infraestrutura física de muitas cidades começou a tornar-se obsoleta e a necessitar de intervenção. Estes acontecimentos levaram a que a reabilitação se tornasse o processo dominante de regeneração no espaço urbano (Mendes L. , 2013)

A coexistência de problemas sociais, económicos e ambientais e a reconceptualização política do centro da cidade que começaram a decorrer na década de 70 (Ward, 1994), tornaram clara a necessidade de uma nova forma de intervenção política nas áreas urbanas. Era necessária uma política que fosse para além da abordagem tradicional e limitada da remoção de bairros de lata e reabilitação física e que abordasse também questões socioeconómicas mais abrangentes (Couch, Sykes, & Borstinghaus, 2011).

Couch (2011) refere que o Governo britânico desenvolveu a sua própria resposta política através da combinação de evidências ligadas aos problemas urbanos com as inovações políticas das principais cidades, como Liverpool, Manchester e outras. A primeira tentativa séria de compreender a natureza e as causas destes problemas na Grã-Bretanha surgiu com o White Paper²⁰ 'Policy for the Inner Cities' (Department of the Environment, 1977), que identificava

¹⁹ Etapa onde ocorre a zona de livre comércio, a união aduaneira e a livre-circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais, juntamente com a moeda comum.

²⁰ Termo originário do Reino Unido para documentos governamentais que descrevem uma política a longo prazo, servindo como linha de ação para um tema de preocupação atual.

que as áreas urbanas internas deveriam ter as suas próprias políticas específicas. Este documento afirma ainda que uma das características das áreas internas é a falta de crescimento e regeneração espontâneos. Por sua vez, a subsequente legislação de 1978, denominada *Inner Urban Areas Act*, juntamente com tantas outras alterações políticas relacionadas, permitiu às autoridades locais liderarem ou serem parceiros em operações de RU, concedendo-lhes os poderes e recursos necessários a esta nova abordagem (Couch, Sykes, & Borstinghaus, 2011).

Nos anos 80 decorre uma crescente especialização e segmentação dos processos de fabrico, devido à divisão internacional do trabalho e à globalização do sistema produtivo. Começa a surgir a tendência de transferir setores industriais intensivos em mão de obra e de baixo valor acrescentado para os países em desenvolvimento, tendo como consequência o aparecimento de muitos terrenos expectantes, em processo de degradação, obsolescência e, por vezes, abandono. Ou seja, esta desindustrialização inicia um processo de declínio (Mendes L. , 2013).

Esta crise das grandes cidades veio trazer uma nova abordagem pós-moderna da política urbana, desenvolvida pelo ocidente, a qual ficou conhecida como “*careful urban renewal*”. Esta nova abordagem procurava encontrar diferentes modos de renovação, através de uma mudança para um desenvolvimento ascendente ou, pelo menos, estável, garantindo as estruturas sociais existentes (Couch, Sykes, & Borstinghaus, 2011)

Apenas em 1989, após a reforma dos Fundos Estruturais e da revisão do Tratado de Roma (com foco na coesão social e económica), as primeiras iniciativas foram lançadas na UE, tal como os projetos-piloto urbanos (1989-1994) do qual o Programa URBAN²¹ (1994-1999) é exemplo.

O início dos anos 90 foi fortemente influenciado pelas ideias e preocupações abordadas pela organização das Nações Unidas. A primeira iniciativa digna de registo é a publicação pela Comissão Europeia do Livro Verde sobre o Ambiente Urbano²² (CCE, 1990), um documento que realiza um primeiro diagnóstico dos problemas ambientais que as cidades euro-

²¹ O programa Urban foi lançado em 1994 como resposta aos desafios enfrentados pelas cidades europeias e tinha como objetivos adotar e incentivar abordagens inovadoras, promover o intercâmbio internacional de conhecimentos e de experiências e trazer novas abordagens e boas práticas para a política nacional e para os programas (Ex-Post Evaluation - Urban Community Initiative (1994-1999), 2003).

²² O Livro verde sobre o ambiente urbano (1990) e o relatório sobre as cidades europeias sustentáveis, promoveram uma abordagem dos problemas urbanos, englobando fatores sociais, económicos e ambientais. Além disso, o Projeto Cidades Sustentáveis (1993-1996) visa incentivar e auxiliar as cidades e vilas a estabelecer e implementar a Agenda Local 21 ou planos de sustentabilidade similares através de políticas, relatórios, troca de experiências, trabalho em rede e divulgação de boas práticas (CE, 1997).

peias enfrentavam, examinando as suas origens e propondo orientações para a política a seguir (Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000, 2000). Este documento defende que as políticas urbanas poderão reforçar a proteção ambiental global ao terem como objetivos principais “a criação ou recreação de cidades que proporcionam um ambiente atrativo para os seus habitantes” e indicando que, as estratégias que salientam o uso misto e o desenvolvimento mais denso, deveriam ser favorecidas (CCE, 1990)

Para além das iniciativas empreendidas pelas instâncias comunitárias, é também fundamental referir as atividades desenvolvidas ao nível dos poderes locais, tendo estas como motivação original a aplicação da Agenda Local 21²³, aprovada em 1992, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (IPAMB 1993) (Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000, 2000). Em 1993, surge o 5º Programa de Ambiente da Comunidade Europeia que dedica, pela primeira vez, atenção aos problemas urbanos, ainda que com uma abordagem muito limitada e com foco na temática do ruído (Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000, 2000).

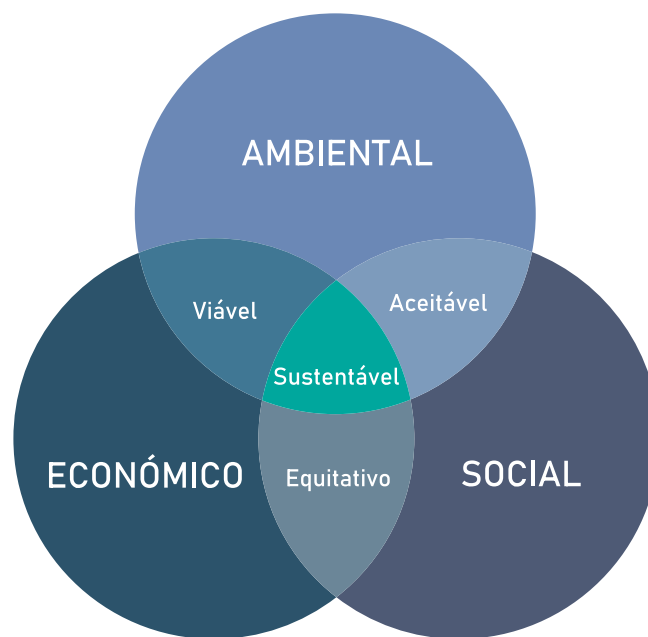


Figura 2.15 - Desenvolvimento da agenda urbana da UE

²³ A Agenda 21 Local (A21L) é um instrumento de política e gestão municipal na área do desenvolvimento sustentável, integrando os aspetos ambientais, sociais, culturais, económicos e de organização espacial. Promove o envolvimento dos principais agentes locais, através de Fóruns de Participação, entrevistas aos principais atores do desenvolvimento, questionários à população e outras formas de interação. A Agenda 21 Local desenvolve-se em áreas territoriais e de foRMA faseada, segundo 3 níveis de intervenção: território, bairros e redes de cidadãos. (in <http://www.cm-lisboa.pt/perguntas-frequentes/participar/agenda-21-local>, consultado a 06/08/2017).

Em 1996, o relatório sobre as Cidades Sustentáveis - promovido pela DG XI Ambiente, Segurança Nuclear e Proteção Civil e Urbanismo e o Grupo de Peritos em Ambiente - referiu a ausência de uma política urbana explícita da UE e, portanto, a ideia da agenda urbana europeia²⁴ surgiu no início dos anos 90. A partir deste ponto, o desenvolvimento da agenda urbana da UE pode ser descrito conforme a **Figura 2.15** - DESENVOLVIMENTO DA AGENDA URBANA DA UE

Em 1998, a Comissão Europeia apresentou uma nova comunicação ao Conselho e ao Parlamento intitulada «Desenvolvimento urbano sustentável na União Europeia: um quadro de Ação» (CE 1998), que resultava de uma análise bastante pormenorizada das incidências urbanas de várias políticas comunitárias, atribuindo considerável importância às questões da economia, do emprego, da igualdade e da inclusão social.

Um ano depois, em finais de 1999, surgiu uma proposta de decisão do Parlamento e do Conselho da Comissão Europeia relativa a um «quadro comunitário de cooperação para o desenvolvimento urbano sustentável» (CE 1999), um documento muito restritivo cujo objetivo era criar, essencialmente, um quadro de apoios às cidades que se pretendam envolver em ações de sensibilização, cooperação e avaliação e controlo (Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000, 2000).

Neste mesmo ano, a Agência Europeia do Ambiente (AEA) mostrou um crescente interesse nas iniciativas das instâncias comunitárias no domínio do ambiente urbano, estabelecendo assim um programa de trabalho que visa evitar sobreposições com iniciativas de outras entidades. De forma sintetizada, podemos assumir cinco principais linhas de orientação da AEA (Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000, 2000).

1. Considerar o ambiente urbano como um nível específico de integração da informação ambiental;
2. Fazer refletir ao nível das instituições locais as atividades da Agência em matéria de caracterização do estado do ambiente;
3. Estabelecer conjuntos de indicadores de ambiente urbano aceites regionalmente;
4. Articular, ligar em rede e coordenar iniciativas de troca de informação e experiência;

²⁴ “A Agenda Urbana da UE reúne a Comissão, os ministérios nacionais, as autoridades municipais e outras partes interessadas, a fim de promover a melhoria da legislação, facilitar o acesso ao financiamento e reforçar a partilha de conhecimentos sobre questões relevantes para as cidades”. (in https://ec.europa.eu/info/eu-regional-and-urban-development/topics/cities-and-urban-development/urban-agenda-eu_pt, consultado a 22/02/2020).

5. Posicionar-se no cruzamento de iniciativas top down, bottom up e transetoriais.

2.3.2 Evolução da Regeneração Urbana em Portugal

Os processos de RU são atualmente uma das principais preocupações das entidades centrais e locais, tanto a nível europeu como a nível nacional. Em Portugal, a RU é atualmente um tema incontornável, quer se fale de conservação e defesa do património, de desenvolvimento sustentável, de ordenamento do território, de qualificação ambiental ou de coesão social.

Após o Congresso Nacional de Arquitetura, em 1948, Lisboa demonstrou uma nova posição relativamente às intervenções estruturais e a partir da década de 50 decorreu o arranque do ciclo dos “Planos de Fomento”²⁵ que visava diminuir o atraso económico e social verificado em Portugal quando comparado com os restantes países da Europa (Silva, 2011). Estes Planos de Fomento Nacional permitiam que Portugal experienciasse uma nova visão do ordenamento e planeamento do território, assim como a defesa de forma justa, integrada e equilibrada dos vários domínios que permitiam o desenvolvimento económico, social e cultural do país (Silva, 2011).

Com a ideia de modernizar a cidade o Porto recebe nos anos 50 e 60 planos de renovação urbana que propõem a demolição da Ribeira-Barredo. Em 1969, Fernando Távora propõe a salvaguarda e recuperação da zona da Ribeira, com base no estudo de renovação urbana de uma área piloto, o Barredo, acabando este por se tornar um estudo precursor do conceito contemporâneo de uma reabilitação urbana integrada (Aguiar, 2007).

²⁵ Em 1948 Portugal assinou o pacto fundador da OECE (Organização para a Cooperação Económica Europeia). A participação na OECE reforçou a necessidade de um planeamento económico que conduziu à elaboração dos “Planos de Fomento” que serviram como instrumento à tomada de iniciativas na política económica portuguesa. No total existiram 5 “Planos de fomento”.



Figura 2.16 - Ribeira-Barredo (Aguiar, 2007)

No entanto, apenas na década de 70 a abordagem de Portugal, tanto a nível de investigação como de políticas urbanas, assume uma mudança real. De facto, até finais dos anos 60, as políticas urbanas eram, ainda, incipientes embora o período do Estado Novo (1933-1974) tenha marcado o início de alguma atividade a nível de planeamento urbanístico de valorização de espaços emblemáticos de algumas cidades portuguesas (Jacinto, 2013).

Entre 1968 e 1973, o III Plano de Fomento veio ditar que as atuações a desenvolver durante o período do Plano seriam orientadas com o objetivo de conseguir o equilíbrio da rede urbana, de modo a prover as populações de equipamentos socioeconómicos mínimos, concentrados a distâncias razoáveis; e de expandir, de forma descentralizada, a indústria e os serviços (Jacinto, 2013).

O ano de 1974 ditou, em Portugal, uma mudança de regime com a queda da ditadura do Estado Novo, imposta durante 41 anos, e a implantação de um regime democrático, o que contribuiu para uma mudança de políticas a nível do panorama nacional. De facto, a recessão e a reestruturação económica, que se seguiu a este ano forneceu um importante elemento para a mudança (Ward, 1994). Assim, posteriormente a 1974, iniciou-se uma gradual descentralização e um novo poder dos municípios e políticas locais, que vieram reforçar a democracia e aproximar as decisões do cidadão.

No ano seguinte, em 1975, na Carta Europeia do Património Arquitetónico surgiu o conceito de Conservação Integrada – um conceito ainda hoje importante para a reabilitação urbana. Este trata-se de um processo de alargamento do conceito de património, passando a abranger monumentos isolados, património urbano e construções vernaculares que tenham adquirido significado cultural ao longo do tempo e da ocorrência de grandes alterações feitas na cidade histórica. Deste modo, a reabilitação deveria ser feita de acordo com os princípios

da conservação integrada, devendo ser um dos aspetos principais a ter em conta no planeamento regional e urbano (Aguiar, 2007).

Desde então, a temática da requalificação urbana e valorização ambiental de cidades, em Portugal, começou a ganhar uma maior atenção, ainda que numa dimensão relativamente modesta (Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000, 2000). Começaram a surgir programas públicos, feitos com recursos nacionais ou comunitários, que pretendiam resolver problemas urbanos. Estes programas tinham como objetivo a erradicação de bairros de lata, a reconversão de áreas de génese ilegal, o desenvolvimento urbano estratégico, a renovação urbana, a qualificação de espaços públicos e a resolução de problemas sociais (Jacinto, 2013).

O primeiro Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) relativo ao período de 1989-1993 e o correspondente Quadro Comunitário de Apoio (QCA) vieram permitir a realização de numerosas infraestruturas, especialmente nos domínios do saneamento básico e das acessibilidades, dando um importante contributo para a qualidade de vida das populações. Contudo, estas intervenções eram alheias a uma estratégia global de requalificação urbana ou de valorização ambiental. O eixo 3 deste PDR consistia na promoção de qualidade de vida e da coesão social e deu, pela primeira vez, origem a uma intervenção operacional dedicada ao Ambiente e Revitalização Urbana, onde se integravam ações como a melhoria da qualidade ambiental nas grandes concentrações urbanas ou a reabilitação de zonas degradadas (Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000, 2000).

Em 1994, foi lançado o Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Diretores Municipais (PROSIURB) que tinha como objetivo reforçar o papel das cidades médias²⁶ no sistema urbano (Ribeiro, 2012).

Um ano depois, em 1995, o Plano Nacional da Política de Ambiente (PNPA) veio demonstrar a necessidade de uma política pública em matéria de ambiente urbano (MARN 1995), dedicando um capítulo à qualidade ambiental das zonas urbanas, em que se preconizam quatro áreas de atuação, designadamente: promoção da qualidade ambiental das zonas urbanas, informação e educação ambiental no espaço urbano e mobilização dos cidadãos, valorização ambiental dos equipamentos escolares e monitorização da qualidade do ambiente urbano e apoio à realização de infraestruturas ambientais (Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000, 2000).

²⁶ Cidades que abrigam entre 100 a 300 mil habitantes.

Outro plano que veio trazer um valor acrescentado à reflexão sobre o papel das cidades no processo de desenvolvimento de Portugal, foi o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES). No documento “Uma visão estratégica para vencer o século XXI” (MEPAT 1998) foi apresentada como uma de cinco ideias fundamentais a de que o elemento estratégico do desenvolvimento são os sistemas urbanos territoriais, enquanto forma de organizar a concentração, promover economias de aglomeração, firmar fatores de competitividade e mobilizar espaços de influência das cidades.

O PNDES propôs como eixo de intervenção a proteção e valorização ambiental do território, onde o ambiente urbano desempenha um papel importante. Este documento refere que a melhoria do ambiente urbano presume intervenções integradas, com participações públicas e privadas, devido às diversas questões setoriais em que se reflete (urbanismo, transportes, energia, habitação, ação social, saúde, telecomunicações). Contudo, o documento destaca como ações prioritárias as que dizem respeito ao controlo da qualidade do ar e do ambiente acústico; à promoção da biodiversidade e melhoria da qualidade ambiental e social nos espaços urbanos e periferias; e à sensibilização da educação ambiental (Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000, 2000).

O terceiro PDR (MEPAT 1999), relativo ao período 2000-2006, criou condições potenciadas pelo facto de estarem, pela primeira vez, reunidas exclusivamente num mesmo ministério as competências em matéria de ambiente e de ordenamento do território que permitiram concretizar um programa ambicioso em matéria de requalificação urbana e valorização ambiental de cidades (Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000, 2000). Neste PDR constam também outras orientações estratégicas, no que respeita ao ordenamento do território e ao ambiente, como:

- Criação de novas centralidades urbanas no interior das áreas metropolitanas;
- Reconstrução e requalificação urbanas, bem como qualificação ambiental dos espaços urbanos e valorização de fatores geradores de novas identidades;
- Reforço e consolidação de um sistema urbano equilibrado em termos nacionais, baseado numa rede de cidades de média dimensão que assegure qualidade de vida e condições ambientais.

Com base num estudo sobre o sistema urbano nacional, promovido pela DGOTDU em 1997, onde é recomendado que se consagre as políticas urbanas como pilares das novas políticas regionais e de ordenamento do território, surge assim o principal objetivo do Programa Pólis, nascido em 2000 (Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000, 2000).

O Programa Pólis aparece como a primeira iniciativa a nível nacional que integra o ambiente nas questões urbanas (Santos, 2000), tendo como objetivo a requalificação e valorização ambiental das cidades através de um conjunto de intervenções consideradas exemplares em vários centros urbanos, podendo servir de referência a outras ações a desenvolver pelas autarquias locais. Segundo Mendes (2001), “o Pólis pretende ser um case study para o resto do país, sendo complementarmente apoiadas outras iniciativas locais com mérito do ponto de vista urbanístico e ambiental”.

De forma mais concreta, o Programa Pólis pretende (Mendes J. , 2001):

1. Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental;
2. Desenvolver ações que contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos, que promovam a multifuncionalidade desses centros e que reforcem o seu papel na região em que se inserem;
3. Apoiar outras ações de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes tais como frentes de rio ou de costa;
4. Apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos.

Deste modo, o Programa Pólis veio demonstrar ser um importante passo dado pela administração central em termos de orientação e incentivo a uma nova política de valorização das cidades, designadamente no domínio do ambiente urbano (Santos, 2000).

2.4 Conclusão

A cidade representa não só uma construção física como simbólica do lugar uma vez que, apesar de exterior a nós, conosco se relaciona, enquanto indivíduos e enquanto sociedade (PROAP - Concursos Perdidos (Arquitectura Paisagista), 2010). Semelhante construção é contada através da acumulação e sobreposição de tecidos que, com o decorrer do tempo, desenharam o lugar. É, por isso, um organismo vivo, em constante mutação, que se subjeta a necessidades próprias de um tempo, reinventando-se à luz de intenções, que se reforçam, ou, por outro lado, anulam ou contradizem. A cidade é, por este motivo, na visão de Victor Reis, a invenção mais complexa do Homem, mas também a sua obra mais incompleta, uma vez que “não existe um resultado final, mas somente uma contínua sucessão de fases.” (Reis, 2007)

Essas fases, por responderem a distintos tempos e diferentes vontades, ditam novas formas de fazer cidade tornando propício o aparecimento de situações de rutura no tecido, que, ou cicatrizam e são absorvidas pela cidade, ou se traduzem em momentos de tensão como consequência de desígnios invertidos, interrompidos, abandonados ou anulados. Como manifestação de semelhantes momentos de tensão no contexto urbano, surgem situações de declínio que traduzem descontinuidades no tecido, caracterizadas pela decadência física, económica, e social do espaço e consequente incapacidade do mesmo para se tornar atrativo ao desenvolvimento da vida quotidiana. O DU representa, assim, um fenómeno que expõe mudanças indesejadas no lugar que se revelam, tanto a nível morfológico como demográfico, económico e social, introduzindo descontinuidades no tecido que se impõem como desafio colocado ao traçado da cidade contemporânea.

Como resposta ao estímulo imposto por momentos de declínio, assistimos à proliferação de novos métodos de abordagem ao contexto urbano, pautados pela diversidade e complexidade características das intervenções urbanas reconhecidas como reabilitação urbana, reestruturação urbana, renovação urbana, e, por fim, RU.

A RU, surge, desta forma, como estratégia de intervenção no contexto urbano, que se insere no conjunto de políticas de planeamento urbano que procuram responder ao desafio imposto pela degeneração do tecido da cidade, distinguindo-se, das demais, pelo seu carácter holístico e integrado que se traduz numa visão da cidade em todos os seus domínios, morfológico, demográfico, económico e social assumindo o desejo de recuperar um lugar expectante e reintegrá-lo no tecido consolidado da cidade, reconhecendo a singularidade que lhe é própria durante o processo de intervenção urbana.

AS EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS (EXPOS)

3.1 Conceito

Três anos após a vaga de revoluções sociais que tiveram lugar na Europa ocidental e central, em 1848²⁷, foi organizada a primeira exposição mundial: a *Great Exhibition*²⁸ de Londres, em 1851. Esta exposição foi planeada pelo Príncipe Albert²⁹, que pretendia mostrar ao mundo que a tecnologia estava a trazer mudanças à sociedade e que a Grã-Bretanha estava na linha da frente neste campo. Deste modo, criou este evento no qual outras nações foram convidadas a participar e a demonstrarem as suas invenções, trabalhos artísticos e artefactos (McNamara, 2019).



Figura 3.1 - Crystal Palace, local onde foi realizada a Great Exhibition, em 1851.

Fonte - <https://www.thoughtco.com/britains-great-exhibition-of-1851-1773797>, consultado 17/09/2019

²⁷ A Revolução de 1848, também chamada de Primavera dos Povos, foi uma série de conflitos que aconteceram em alguns países da Europa. Teve início na França e posteriormente propagou-se pelos grandes centros urbanos. Tinha cunho liberal, nacional e socialista. A insurreição de 1848 foi responsável pelo derrube da monarquia e a instauração da Segunda República Francesa. Consultado em <https://conhecimentocientifico.r7.com/o-que-foi-a-revolucao-de-1848-e-quais-eram-seus-ideais/> a 22/02/2020.

²⁸ Nome oficial: The Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations.

²⁹ Francisco Alberto Augusto Carlos Emanuel foi o marido da rainha Vitória e príncipe consorte do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda desde 1840 até sua morte, em 1861.

Desta forma, e apesar da conseqüente crise desencadeada pelas mencionadas revoluções, a exposição promoveu “crença no progresso tecnológico como garantia para o desenvolvimento e conserto das nações”, sendo um caminho para a reforma do país devido ao reconhecimento do sucesso do Reino Unido como indicador do caminho desejável por todos os outros Estados-Nação (Martins, 2016).

O sucesso da *Great Exhibition* marcou o início do ciclo das exposições internacionais, uma vez demonstrado o seu papel na consolidação de uma imagem de progresso, dando visibilidade ao efeito económico europeu e norte-americano, para além do impacto político (Martins, 2016). Assim, na segunda metade do século XIX, este tipo de exposições universais fundaram a existência de um novo sujeito social que configurou a cidade como lugar da multidão, cujo êxito, de uma forma geral, se mantém até hoje (Carvalhos, 2006).



Figura 3.2 - Great Exhibition no interior do Crystal Palace, 1851.

Fonte - https://99percentinvisible.org/episode/perfect-security/?fbclid=IwAR3_f_OOnWgNBP9Zh1c3qo-kegalmjMgtYofNnru71CQVg8ZN7d5F7_CkDDM, consultado em 17/09/2019

Em Londres, em 1851 e, de seguida, em Paris, em 1855, este fenómeno de exposições universais ofereceu um novo campo para a rivalidade política e económica, reproduzida simbólica e literalmente através das “realizações tecnológicas e industriais, capacidades agrícola e comercial, representações intelectual e artística, na grandeza das possessões ultramarinas e na consolidação e desejo de afirmação das culturas nacionais” (Martins, 2016). Anos depois, em

1867, em Paris, os países reuniram-se para definir regras, surgindo então os pavilhões nacionais que vieram constituir um laboratório de experimentação a nível tecnológico, de novos materiais e novas formas de construir (Carvalhos, 2006).

Até então, a comissão organizadora da cidade de acolhimento tomava todas as decisões que diziam respeito à materialização da exposição. Esta ausência de um padrão uniformizador e de equidade entre exposições originava a repetição de erros e um constante crescimento desregulado em virtude das ambições, orçamentos e ideias que afluíam no deslumbramento das exposições (Martins, 2016). Foi então que, em 1928, após a Convenção Internacional de Paris a 22 de novembro, foi diligenciado um ordenamento institucional que conduziu à criação de um organismo intergovernamental – o Bureau International des Expositions (BIE) – com a capacidade de regulamentar os eventos internacionais e com poderes, competências e instrumentos para garantir a aplicação das normas aprovadas na Convenção de Paris (Martins, 2016).

Não obstante, através das dinâmicas de desenvolvimento ao nível político, cultural e económico, as sociedades geraram uma série de manifestações de grande dimensão e de âmbito internacional, que são geralmente classificadas como grandes eventos, megaeventos, eventos prestigiados ou eventos excecionais³⁰ (Ferreira, 2006).

Estes grandes eventos representam, por um lado, empreendimentos que invocam uma participação social em massa, com milhões de pessoas. A sua organização significa um grande investimento, esforço logístico e uma grande mobilização de recursos do país hospedeiro, podendo estes ser de localização fixa ou itinerante, acontecimentos únicos ou cíclicos. Por outro lado, devido ao seu carácter internacional, estes eventos estão ainda associados à capacidade de captar participantes de diversas regiões e países (Ferreira, 2006).

Deste modo, podemos afirmar que as expos se encontram incluídas nos exemplos típicos de grandes eventos, tais como são os Jogos Olímpicos, os campeonatos internacionais de futebol, as Capitais Europeias da Cultura, as celebrações públicas internacionais de ordem política ou religiosa ou os grandes festivais artísticos de âmbito internacional, entre outros. Estes eventos apresentam traços comuns, apesar da sua variedade de formas e conteúdos (Ferreira, 2006).

³⁰ A abordagem deste tipo de manifestações tem sido desenvolvida sobretudo no quadro das ciências sociais anglo-saxónicas onde são referidas a partir de noções como “mega-events”, “big events” ou “hallmark events”. No caso da literatura francófona, é mais frequente a qualificação como “grands événements” ou “événements exceptionnels”.



Figura 3.3 - Cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos de 2012, em Londres. Foto: Michael Regan. <https://www.theweek.co.uk/olympics/99891/london-backed-to-make-bid-for-the-2036-olympic-games>, consultado em 17/09/2019



Figura 3.4 - Contagem decrescente para o Mundial de Futebol da FIFA, de 2018, em Moscovo, na praça de Manezhnaya a 18 de Setembro de 2015. Foto: AFP/Kirill Kudryavtsev.

Embora, como vimos, exista uma diversidade de formas e conteúdos, estas realizações apresentam pelo menos um traço comum, ou seja, representam manifestações em que a organização e funcionamento são complexas. Esta complexidade não é originada somente pela sua grande dimensão, mas também pela sua multidimensionalidade, pelas escalas de ação e pelo significado com que se articulam entre si (Ferreira, 2006). A nível económico, estes grandes eventos assumem um grande potencial comercial e turístico e dinamizam as economias locais,

assim como o mercado global de oferta especializada de bens e serviços diversos (Ferreira, 2006).

De acordo com as suas diversas áreas programáticas, tais como a oferta cultural, competição e espetáculos desportivos, estes grandes eventos integram uma componente lúdica e podem ser estruturados como festas públicas, através da participação em massa e geradora de um ambiente coletivo de exaltação³¹ (Ferreira, 2006). Ritzer (1999) reconhece, assim, que estes eventos consistem em momentos transitórios de evasão da rotina da vida quotidiana.

Para além destes aspetos, os grandes eventos possuem uma componente antropológica significativa pela forma como são programados, representando funções simbólicas e ideológicas que se orientam para a promoção de identidade e da coesão das comunidades locais. São ocasiões para afirmar projetos coletivos que apelam à adesão emocional dos membros das comunidades onde estão inseridos e para disseminar retóricas que afirmam valores e ideias de cariz igualitário, solidarista e humanista (Ferreira, 2006). As próprias Expo assumem o estatuto de fóruns de cooperação, solidariedade, pacificação e diálogo intercultural entre nações (Galopin, 1997).

De acordo com Roche (2000), os megaeventos como as Expo tiveram um papel histórico na construção da “cultura pública internacional”. Com base na abordagem de Eric Hobsbawm (1983), Roche (2000) afirma que estes megaeventos fomentaram a difusão de imagens sobre as culturas nacionais e promoveram a troca cultural entre as nações, bem como a partilha de experiências e valores entre povos.

³¹ A noção de excitação no sentido que lhe é atribuído por Elias e Dunning (1992), na sua proposta de interpretação teórica dos fenómenos de lazer nas sociedades modernas.



Figura 3.5 - Atomium, pavilhão principal e símbolo da Expo'581.

Fonte - <https://embarquenaviagem.com/2018/09/01/as-33-construcoes-mais-curiosas-do-mundo/> consultado a 06/03/2019.



Figura 3.6 - Expo'70, no Japão. À esquerda está o pavilhão coreano, no meio o da Alemanha Oriental e à direita o da Alemanha Ocidental.

Fonte - <https://morethanrelo.com/en/a-reminder-of-the-time-in-osaka-when-the-world-came-to-visit/osaka-expo-1970/> consultado a 20/05/2019

Os eventos como as expo adquirem um estatuto de momentos referenciais da memória e identidade locais e são associados, geralmente, a projetos de requalificação urbana, com profundas transformações, tanto simbólicas como físicas, no território e nas cidades (Ferreira, 2006).

Handelman (1990), tendo em conta a natureza formal dos acontecimentos públicos, bem como as tecnologias programáticas associadas, diferencia-os em três tipos:

- Os acontecimentos que modelam o mundo, o que representam e demonstram através de uma perspectiva teológica, ao mesmo tempo que lhes é atribuída uma ordem desejável e com sentidos específicos para a sua transformação. Neste caso concreto, tratam-se de “acontecimentos modelo”, projeções de um mundo social que é renovado e influenciado por uma utopia transformadora do local.
- Os acontecimentos que apresentam o mundo vivido, que celebra e reforça de forma simbólica uma ordem social e um *status quo*. São considerados os “acontecimentos espelho”, que representam o mundo com referência à ordem e poder instalados.
- Os acontecimentos que “representam o mundo”, que demonstram versões alternativas do mundo presente e representam a ordem social por meio da inversão e subversão fictícias e da exposição das suas dimensões menos contestadas.

Estas três dimensões representacionais enquadram-se no tipo de grandes eventos que são as Expo. Nelas predominam as duas primeiras dimensões, ainda que possam variar no que respeita ao equilíbrio entre as conjunturas históricas e os objetivos de cada evento.

Podemos concluir que as Expo representam, desde a sua origem, exposições públicas que, embora tenham nascido no século XIX como grandes feiras comerciais e industriais, foram gradualmente convertidas em eventos de natureza cultural, com uma organização com base numa oferta plurifacetada e densa de arte, lazer e entretenimento. São contextos de intermediação cultural, onde a divulgação e oferta cultural se associam a funções simbólicas, sendo o seu principal instrumento de produção e divulgação de imagens e de representações do mundo a programação cultural e lúdica, bem como a representação realizada por especialistas no setor cultural, ou seja, os comissários, produtores e consultores culturais, criativos e arquitetos. Assim, as Expo integram um forte sentido e um poder representacional, sendo eventos modelados por práticas de representação que envolvem os promotores, visitantes, observadores ou comentadores (Ferreira, 2006).

3.2 Casos de Estudo

3.2.1 Exposição Internacional de Sevilha, Expo'92

A Expo '92, em Sevilha, partiu da comemoração de um marco da história colonial europeia, marcando o quingentésimo aniversário da primeira viagem de Colombo às Américas. Nasceu como uma tentativa de afirmar a posição do país na Europa moderna, bem como a sua inequívoca posição de identidade, negociando o seu papel seminal no contexto do desenvolvimento do imperialismo e expansão. No final do século XX, tal exposição ainda era considerada vital para a construção de uma identidade, uma vez que no contexto espanhol seria ainda palpável a existência de regiões mais pobres e atrasadas em detrimento de outras.

A cidade de Sevilha inseria-se neste domínio de cidades espanholas que abrigavam regiões mais desfavorecidas, tornando-se, assim, sede de uma nova administração que reivindicou medidas centrais de reequilíbrio territorial, através da candidatura à celebração da exposição universal de 1992. De facto, até ao ano de 1979, data marcada pela implementação de políticas urbanas de raízes democráticas que conduziram à primeira aplicação urgente de um urbanismo defensivo e paliativo, Sevilha assistia à destruição contínua do património arquitetónico do seu centro histórico (Martín Cantero et al., 1999) e, de acordo com Escolano (1998), a incidência deste projeto na morfologia urbana seria significativa, especialmente devido ao elevado fluxo de investimentos que suscitaria.



Figura 3.7 - Mosteiro de Santa Maria de las Cuevas, situado na Ilha de Cartuja, em Sevilla.

Fonte - <http://lashermandadessevillanas.blogspot.com/2014/06/monasterio-de-la-cartuja.html>, consultado em 21/09/19

Desta forma, dois possíveis locais, em Sevilha, desencadeavam interesse para acolher a exposição. Por um lado, os terrenos do Aeroporto Polígono, por outro, a Isla de La Cartuja. Este último, após as obras na rede hidrográfica do Guadalquivir, em 1980, que transformaram o território quase (conceitualmente) numa ilha, tratava-se de um terreno descampado de mais de 400 hectares entre os dois braços do leito do rio que, não sendo uma área antrópica e tendo proximidade com o centro histórico da cidade, favoreceu a sua eleição como sede da expo dois anos depois, em 1982. Este terreno livre encontrava-se apenas ocupado por um mosteiro em ruínas – o Mosteiro de Santa Maria de las Cuevas (**Figura 3.7** - Mosteiro de Santa Maria de las Cuevas, situado na Ilha de Cartuja, em Sevilla.– no qual, presumivelmente, Cristóvão Colombo preparou a sua primeira viagem para a América (Adía, 2012). A grande vantagem da Isla de la Cartuja concretizava-se no facto de se encontrar longe do trânsito do centro da cidade, mas ao mesmo tempo, dela muito próxima (Bonura, 2016).



Figura 3.8 - Terreno da Isla Cartuja antes da Expo'92, onde é visível o Mosteiro da Cartuja, por volta de 1986.

Foto: Aviotran. <http://www.legadoexposevilla.org/se-inaugura-la-muestra-expo-92-ideas-para-el-recinto-de-la-cartuja/>, consultado a 21/09/2019

Em 1986, surge um novo Plano de Desenvolvimento Urbano Geral (PDUG) que propõe pela primeira vez um equilíbrio entre o centro da cidade de Sevilha e arredores, assim como a proteção do centro histórico como um elemento valioso a ser conservado na sua totalidade

(Gómez & Martiné, 2016). A cidade era considerada lenta, desconfortável, quente e com pouca atividade, sendo que a estratégia passaria por destacar a cidade através de uma celebração (del Junco, Dutschke, & Petrucci, 2008). Surge então a iniciativa do concurso de ideias para a exposição universal da qual nasceram treze projectos dois dos quais vencedores, com propostas opostas: a do engenheiro civil José António Fernández-Ordoñez e a do arquiteto argentino Emílio Ambasz.

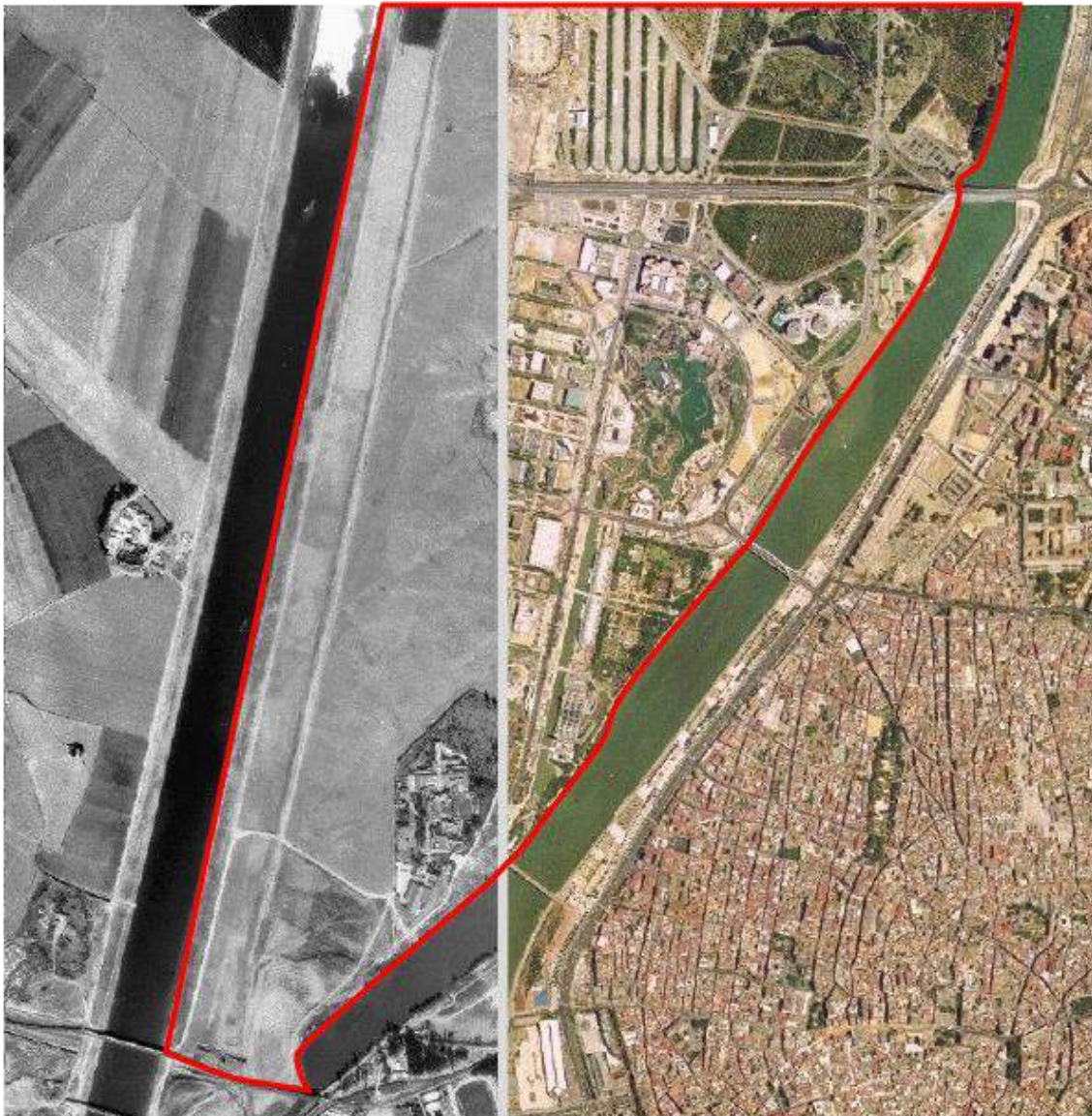


Figura 3.9 - Isla de la Cartuja, comparação da ilha em 1984 (lado esquerdo) com 1990 (lado direito).

Fonte - <https://www.elindependiente.com/tendencias/2017/04/20/la-isla-de-la-cartuja-antes-y-despues-de-la-expo-de-sevilla-de-1992/> consultado a 04-12-2019.

A primeira proposta preocupava-se, essencialmente, em incorporar uma estrutura urbana no território, permitindo uma distribuição segmentada da localização dos pavilhões, à base de sombras, devido ao clima quente e utilizando a água como forma de navegação (Bonura, 2016). Incluía também um marco, a esfera armilar com 92 metros de altura, como símbolo do avanço na astronomia e navegação e que representava a época dos Descobrimentos.

O objetivo de Fernandez-Ordoñez consistia numa melhor estruturação das comunicações, o retículo urbano para o assentamento dos pavilhões, as novas pontes programadas e o estudo das circulações no recinto (Adía, 2012). O projeto dividia a área em duas partes, através do *Camino del Alamillo*, onde na zona Este estava planeada uma área edificada, seguindo a forma dos antigos campos agrícolas e na zona Oeste uma rede de caminhos seguia os eixos do Mosteiro e da Ponte de Chapina (Bonura, 2016). A proposta assumia como centro a própria exposição, com carácter permanente e, por sua vez, com um maior investimento nas infraestruturas. Pretendia contemplar Sevilha e a expo dentro do ambiente metropolitano, com a possibilidade imediata de iniciar a obra sem alterar a vida dos cidadãos ou o tráfego (Martínez, Estudio Evolutivo y Crítico, 2015) e focava-se, sobretudo, nos diversos aspetos ligados a soluções de engenharia, sem grande preocupação com a formação de uma arquitetura ambiental que poderia trazer um futuro legado ao recinto (Adía, 2012).



Figura 3.10 - Proposta de Fernández-Ordoñez (1986).

Fonte <http://juan-adia.blogspot.pt/2012/08/la-expo92-20-anos-despues-emilio-ambasz.html> consultado a 25/02/2018.

Por outro lado, Ambasz criou um projeto arquitetônico sustentável que integrava, de forma harmoniosa, a construção e a natureza, através da otimização dos recursos naturais da Isla de La cartuja, construindo edifícios que produzissem um rendimento máximo com um menor impacto ambiental.

Sabendo que o território era delimitado pelos dois leitos do Rio Guadalquivir e consciente do clima da cidade de Sevilha na época do ano em que a exposição foi realizada, Ambasz teve a água como primazia no ecossistema que projetou (Adía, 2012), sendo a sombra e a água os elementos-chave da sua proposta (Martínez, Estudio Evolutivo y Crítico, 2015). Dando ênfase aos velhos muros da cidade, criou dois muros verdes ao longo dos leitos do rio, que controlavam o fluxo na parte Este da ilha e concebiam barragens naturais na área do mosteiro, na esperança de que a água voltasse ao seu leito, seis meses depois da Exposição (Bonura, 2016).

Ambasz decidiu criar infraestruturas mínimas (como pontes, avenidas...), pelo que a intervenção proposta teria um custo reduzido (Martínez, Estudio Evolutivo y Crítico, 2015). O arquiteto descreveu a estrutura dos pavilhões como “macia”, com pouco betão e asfalto, formados pela “folha de água em que são suportados com palafitas, pavilhões subtis e efémeros, num ambiente verde, arborizado, matizado por grandes sombras em contraste com a luz escaldante”. Com esta linha de pensamento, Ambasz projetou a formação de três grandes lagos que iriam ocupar mais de 60% do território da exposição, gerando pequenas penínsulas verdes, e uniu-os ao caudal do rio que fazia fronteira com o centro urbano, estendendo, assim, o alcance e as fachadas da Expo. Os pavilhões, em palafitas, foram colocados na orla das margens dos lagos, penínsulas e ilhas verdes que seriam, por sua vez, assim geradas. A terra extraída destes lagos seria utilizada para criar pequenas colinas de terra, situada nas fronteiras sul e oeste dos lagos, que seriam povoadas com milhares de árvores e arbustos para criarem sombra natural e um microclima/spray de água sobre a área dos pavilhões de forma a combater o calor a determinadas horas do dia (Adía, 2012).

Ambasz, conhecido antecipador da “arquitetura verde³²”, analisa sempre o seu trabalho de acordo com o meio ambiente e adapta-o de forma que não o prejudique, priorizando a essência do que dispõe. As possibilidades que a grande extensão de água e o próprio leito do rio ofereciam à Expo eram ilimitadas, desde fontes, zonas lúdicas, possíveis desníveis, entre outros. Ainda assim, o projeto do arquiteto argentino tende a preocupar-se menos com obras de

³² Também conhecida como arquitetura sustentável, a arquitetura verde procura conceber o projeto de forma sustentável otimizando os recursos naturais e de edificação de maneira a minimizar o impacto ambiental dos edifícios sobre o meio ambiente.

engenharia de infraestruturas como pontes, calçadas, parques de estacionamento, elementos estes que, para o Arquiteto, não devem sobrecarregar o projeto arquitetónico, resolvendo-se ao longo da execução da obra conforme as necessidades que acabariam por surgir.



Figura 3.11 - Proposta de Emílio Ambasz (1986).

Fonte <http://juan-adia.blogspot.pt/2012/08/la-expo92-20-anos-despues-emilio-ambasz.html> consultado a 25/02/2018.

Ambas as propostas foram premiadas, mas Ambasz acabou por desistir voluntariamente do prémio, por considerar que a sua proposta nada tinha a ver com a de Fernández-Ordoñez e talvez por saber que este último era bastante apoiado pelo poder político. Deste modo, a Oficina Técnica de la Muestra tentou integrar os dois projetos, considerando que a proposta de Ambasz continha “valores paisagísticos e ambientais inevitáveis considerados suficientemente importantes e necessários a manter” e a proposta de Fernández-Ordoñez provavelmente foi considerada devido à sua forte influência no júri.

O comissário da exposição acabou por escolher o Arquiteto espanhol Julio Cano Lasso para dar início à solução da Expo, através da referida proposta “híbrida” (Adía, 2012). Da proposta de Ambasz, permaneceu um dos lagos de dimensão menor e do projeto de Fernández-Ordoñez ficou a retícula na qual os pavilhões estavam imersos e a folha de água alargada. Manteve-se também a disposição das pontes que unem o centro de Sevilha com a Isla de la Cartuja, adicionando-se ainda outras.

Este plano estabeleceu, entre os dois leitos do rio Guadalquivir, uma área de 215 hectares, onde se podiam diferenciar cinco zonas:

- Porto: permitia o acesso ao espaço da Expo através do rio.
- Mosteiro: abrigava o pavilhão real e várias exposições de arte e era composto pelo antigo conjunto religioso.
- Jardins: um grande oásis de um cerco verde.
- Lago de Espanha: um lago em torno do qual estavam os pavilhões autónomos e o pavilhão espanhol.
- Zona internacional: onde estavam a maioria dos pavilhões, com todas as representações dos países.

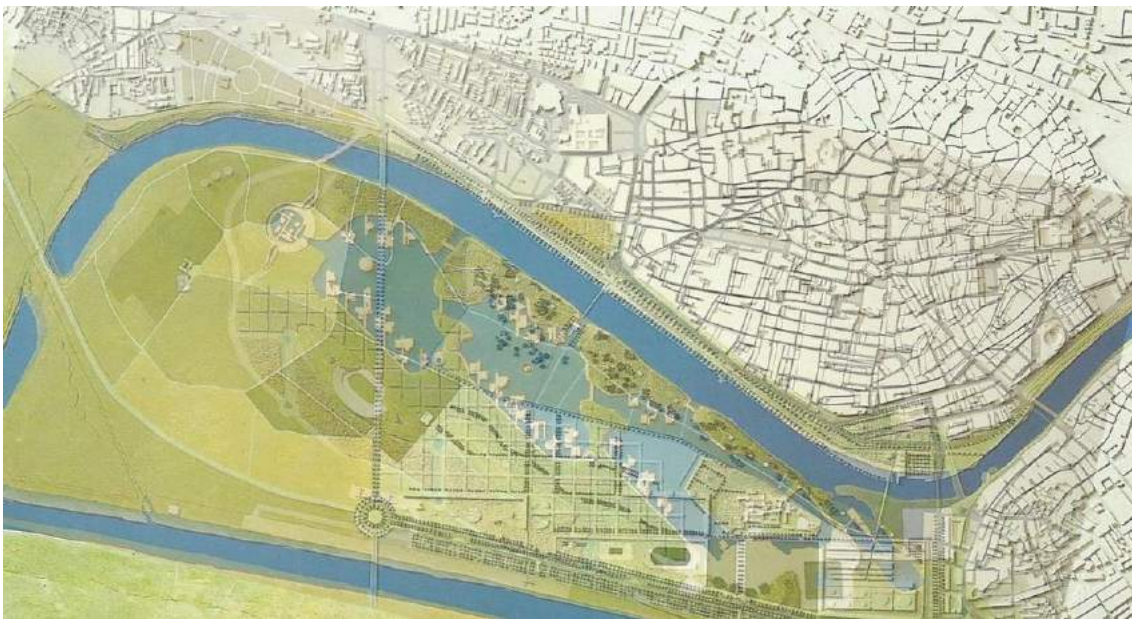


Figura 3.12 - Sobreposição das propostas vencedoras (1986).
Fonte - <https://htca3expo92.wordpress.com/> consultado a 20/03/2018.

No total, reuniram-se em Cartuja cerca de 100 pavilhões e mais de 140 participantes, entre nações, comunidades autónomas, empresas e organizações internacionais. De 1989 a 1990, pouco a pouco, os diversos países e empresas foram apresentando as propostas para os seus edifícios, sendo a Expo '92 a primeira exposição que permitiu a possibilidade de criar pavilhões cuja vocação não era efémera (Qué fue Expo'92?, s.d.). No recinto, podiam destacar-se os pavilhões temáticos promovidos pelo organizador, como era o caso de:

- Praça do Futuro - composta por pavilhões do meio ambiente, energia, telecomunicações e universo;
- Pavilhão da Natureza;

- Pavilhão do Século XV;
- Pavilhão dos Descobrimentos;
- Pavilhão da Navegação.

A temperatura da cidade foi uma das questões que maior reflexão despertou, sendo fundamental que a sensação térmica dos visitantes fosse o mais agradável possível. Para tal, foi planeado um sistema de pavimentos refrigerados, elementos urbanos que ofereciam sombra, água como elemento urbano (como cascatas, canais e água a circular sob pavimento e aspersores sobre superfícies porosas em zonas laterais), assim como um projeto de vegetação abundante que ajudava a reduzir as temperaturas (Martínez, Texturas y Elementos Urbanos, 2015).



Figura 3.13 - Plano do projeto de gradientes de temperatura para a Cartuja.
 Fonte <https://htca3expo92.wordpress.com/> consultado a 20-03-2018



Figura 3.15 - Plano de projeto de vegetação para a Cartuja.
Fonte <https://htca3expo92.wordpress.com/> consultado a 20-03-2018



Figura 3.14 - Elemento de água na Expo '92.
Fonte - <https://htca3expo92.wordpress.com/> consultado a 20-03-2018

Tudo foi organizado em volta de uma grande avenida transversal (o Caminho das Descobertas), a partir do qual surgiam avenidas perpendiculares que continham alguns exemplos de arquitetura paisagística, onde era possível encontrar pérgulas, microclimas, fontes, cenários para teatros e representações, obras de arte ao ar livre e, claro, a esfera bioclimática, um dos símbolos da exposição que pulverizava gotas de água sobre os visitantes sem os encharcar, ajudando a amenizar o intenso calor da cidade. O monotrilho e a gôndola surgiram como meios de transporte internos, assim como várias pontes que se ligavam com a cidade. A nível regional, novas estruturas foram construídas, como estradas (com destaque para a A-92 que liga a Andaluzia em toda a sua extensão), uma nova ferrovia de alta velocidade que comunicaria Córdoba e Sevilha com Madrid a 300km/h, assim como a remodelação de aeroportos e a construção de um novo terminal e a modernização de outras infraestruturas através de rotundas e avenidas, de uma nova estação ferroviária (Santa Justa) e da recuperação de vários espaços históricos (Qué fue Expo'92?, s.d.).

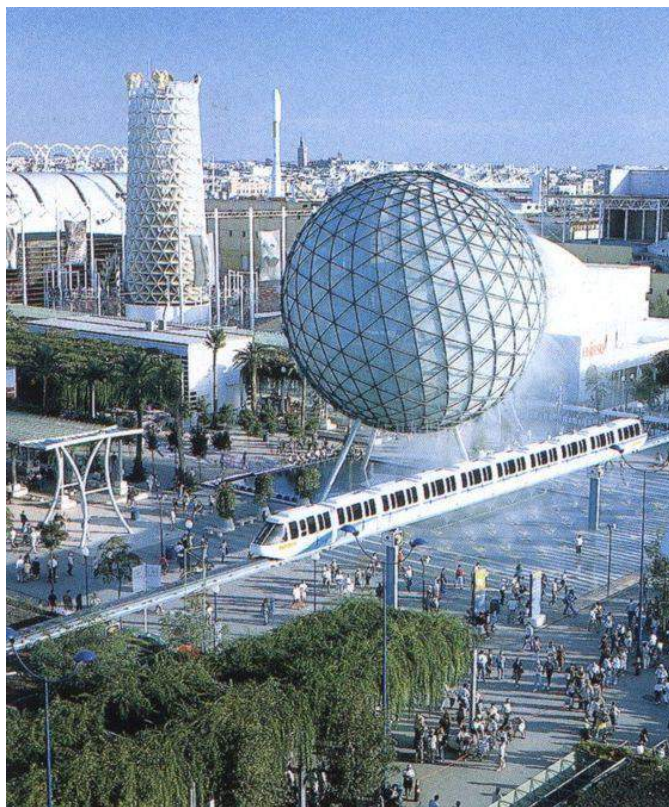


Figura 3.16 - Esfera Bioclimática na Expo '92.
Fonte <https://htca3expo92.wordpress.com/> consultado a 20-03-2018

Até à exposição, Sevilha sofria de uma série de carências que não tinham, até então, tido a possibilidade de serem solucionadas. Anteriormente, Sevilha dispunha apenas de uma rotunda porém, com a Expo '92, foram criadas grandes rotundas que se mantêm até aos dias de hoje e que permitiram redistribuir o tráfego da cidade. Outro benefício que a exposição trouxe à cidade foi a ampliação do aeroporto, cuja infraestrutura era pequena e pouco eficiente. Com o argumento de ser necessário aumentar a afluência de voos para trazer os organizadores e visitantes de outros países à exposição universal, esta obra veio trazer um impulso à cidade, permitindo a chegada de milhões de turistas por ano e todas as vantagens que o turismo proporciona (Martínez, Interpretando a los protagonistas, 2015).

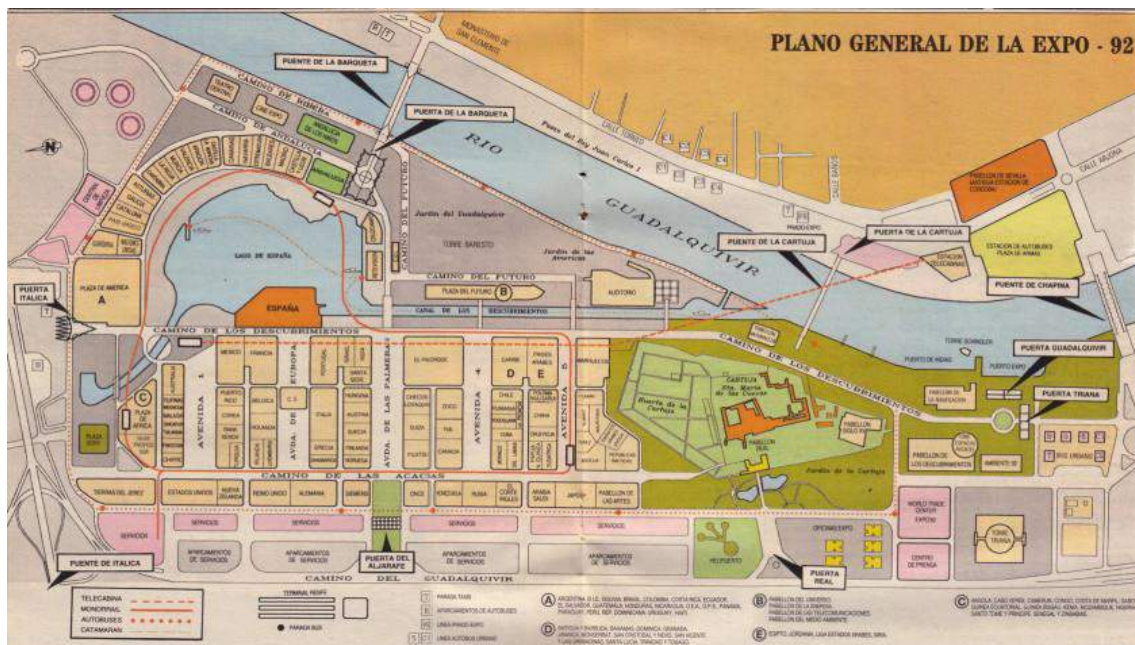


Figura 3.17 - Proposta final da Expo '92.

Fonte - <https://htca3expo92.wordpress.com/> consultado a 20-03-2018

Às três pontes que a cidade possuía até então, a exposição universal acrescentou outras mais, totalizando em dez o número de pontes que ligavam a Isla de La Cartuja ao centro da cidade. Porém, dez anos após a Expo '92 algumas dessas pontes encontravam-se obsoletas e muitas delas não facilitavam o trânsito, às horas de ponta (Martínez, Interpretando a los protagonistas, 2015).

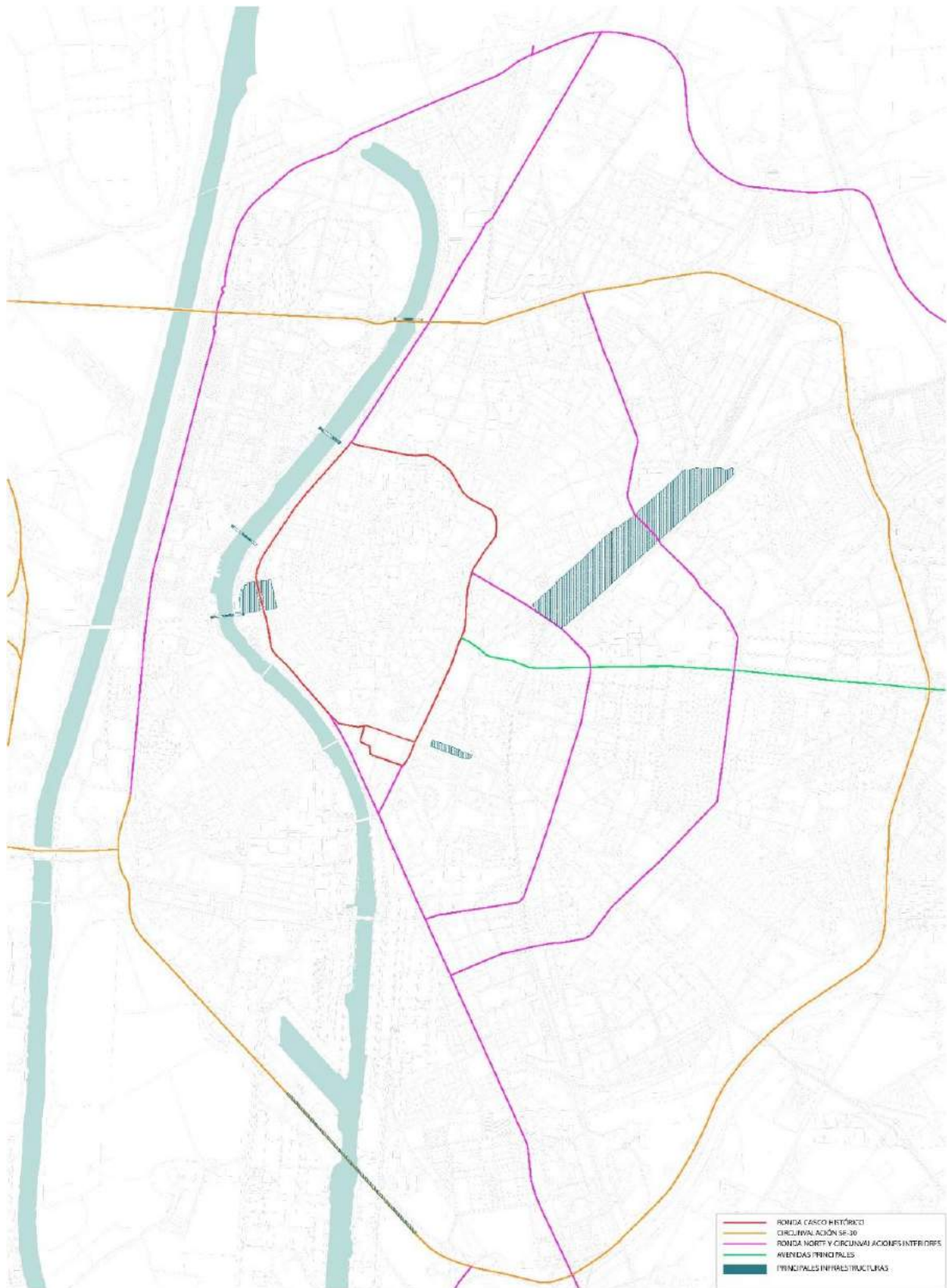


Figura 3.18 - Plano de Infraestructuras criadas para a Expo '92.
 Fonte - <https://htca3expo92.wordpress.com/> consultado a 20-03-2018

Após a conclusão da Exposição, a cidade enfrentou um longo período de estagnação e depressão, comum a muitas cidades que realizaram um grande esforço socioeconómico que se focou num projeto específico. Esta depressão pós-exposição, que se iniciou com o fecho da exposição, em outubro de 1992, coincidiu com o início da relevante crise económica que o país sofreu entre o último trimestre de 1992 e 1995.

A Expo '92, na sua tamanha escala, não tinha sido pensada para o pós-encerramento. O espaço encontrava-se pensado a nível pedonal, para uso universitário, tecnológico e empresarial, mas seria necessária uma rede rodoviária e parques de estacionamento. A expo ficou isolada, não foi integrada na cidade nem por ela absorvida, impunha-se a criação de comunicações com outras áreas da cidade (Martínez, Interpretando a los protagonistas, 2015).

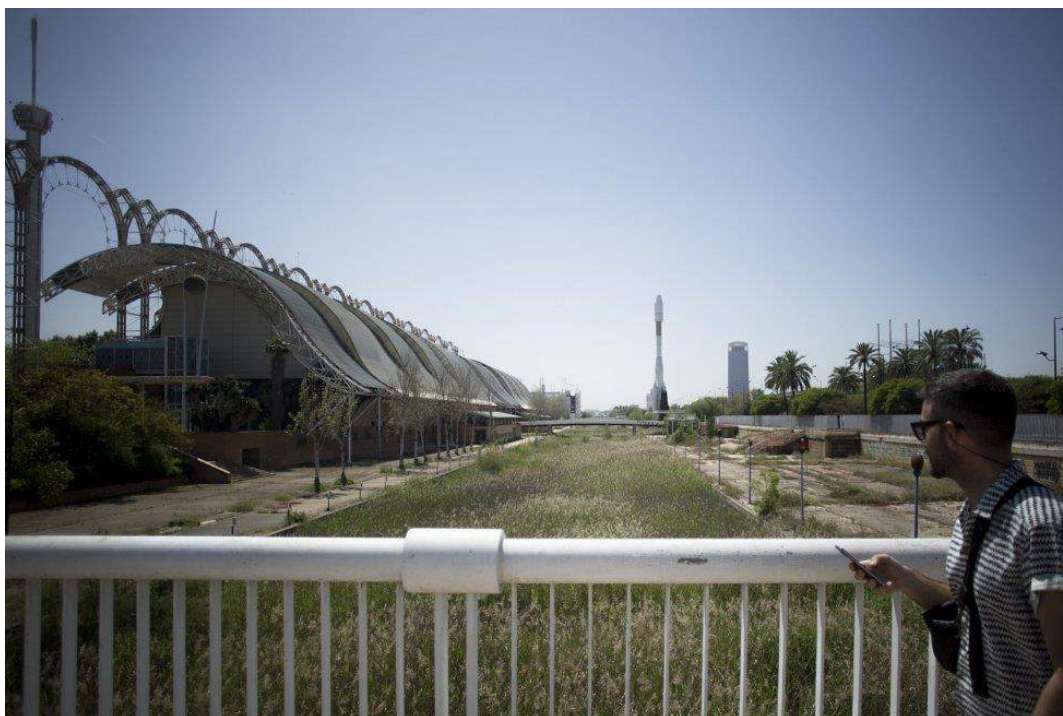


Figura 3.19 - Estado atual do Canal dos Descubrimientos, abandonado e cheio de relva. A sua rota ia da Puente de la Cartuja até ao lago do pavilhão espanhol.

Fonte - https://elpais.com/elpais/2017/04/19/album/1492591679_265464.html#foto_gal_15 consultado a 20/03/2018

Ainda que a exposição não se regesse pelo carácter efémero dos seus pavilhões, alguns foram destruídos (como foi o caso do pavilhão do Japão), mas muitos outros foram preservados, sobretudo porque, a nível financeiro, desmantelá-los seria menos viável do que reconstruí-los novamente e vários países ofereceram o pavilhão a Sevilha antes da sua destruição (Martínez, 2015). Apenas 23 pavilhões dos iniciais 112 foram mantidos, o que demonstra que

o plano principal da exposição foi pensado exclusivamente para o evento e não foi um exemplo de planeamento a longo prazo que poderia criar uma oportunidade de desenvolver melhorias de estratégias urbanas (del Junco, Dutschke, & Petrucci, 2008).

Por estes motivos, em Sevilha, concretizou-se uma profunda reflexão sobre a cidade pós-expo. O projeto para converter a sua maior parte num parque de ciência e tecnologia acusou um excesso de otimismo na política de venda da mesma, como se tratasse de um projeto a curto prazo, quando seria na realidade a médio e longo prazo (Vegara, 2004).

No início do século XXI, foi lançada a elaboração de um novo Plano Geral de Ordenação Urbano (PGOU) e, como resultado da mudança política no governo da cidade, formada por uma coligação do novo Partido da Andaluzia com o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) na Câmara Municipal de Sevilha e na Junta de Andaluzia, trabalharam para a revitalização dos terrenos da Expo'92 (Merinero Rodríguez, 2010). O novo plano propôs uma mudança de prioridades urbanas na competição do espaço público e limitado, uma das quais consistiu em alterar o trânsito a pé no centro histórico da cidade (Ayuntamiento de Sevilla, 2000).

Por outro lado, o Plano Estratégico de Sevilha 2010 tinha como objetivo ambicioso o de transformar a cidade num centro logístico macro e intermodal da região sudoeste da Europa. Entende-se por moderno centro logístico um conjunto de serviços e infraestruturas e garantindo a organização e distribuição intermodal de fluxos de bens, pessoas e informação agregando valor à mercadoria no desenvolvimento das suas operações. Durante a década viu o lançamento de ações que apontavam nessa direção configurando a região urbana de Sevilha como importante centro logístico.

Como conclusão, importa salientar que a relação com o rio é fundamental na história da cidade de Sevilha. Situada nas margens do rio Guadalquivir, no limite superior do trecho navegável do seu estuário para o Atlântico, Sevilha foi em tempos um porto estratégico para a colonização espanhola.



Figura 3.20 - Visão de um dos muitos cenários que serviram para apresentações musicais e teatrais. Localizado na rua Tomás Alba Édison, está em desuso e totalmente vandalizado.

Fonte - https://elpais.com/elpais/2017/04/19/album/1492591679_265464.html#foto_gal_15 consultado a 20/03/2018

Com a escolha de Sevilha como cidade sede, a Expo'92 assumiu a comemoração dos quinhentos anos dos descobrimentos da América por Colombo como o seu tema principal. O rio Guadalquivir adquiria assim um papel simbólico de caminho das embarcações dos descobridores até ao Atlântico. No entanto, as relações existentes entre o rio e a cidade já se tinham alterado substancialmente nesses cinco séculos.

A coincidência do momento da escolha de Sevilha para a exposição universal com a redação do PGOU (1983-1988) alimentou as primeiras diretrizes para o projeto urbanístico da exposição. Assim, ao contrário do que se pretendia em Nova Iorque, Bruxelas ou Osaka, quis-se que a Expo'92 não resultasse num simples parque público mas antes na extensão da malha urbana, induzindo o crescimento da cidade para a outra margem de Guadalquivir e traçando um tecido com capacidade de ser aproveitado pela cidade após a conclusão da exposição.

O dia seguinte ao da exposição foi planeado em conjunto com o projeto do recinto expositivo. Assim, o primeiro plano teve origem no ano de 1987, no qual se propunha a expansão do Parque de Alamillo para a área expositiva.

A maior parte dos estudos foram conduzidos pela Sociedad Cartuja S.A., formada principalmente para gerir o espaço da Expo'92, que realizou um plano de uso do solo, e dividiu a ilha em dois parques: um parque temático que iria abranger a área do lago, os jardins e os pavilhões junto à porta Sul - a Isla Mágica e a área dos pavilhões nacionais e os pavilhões mais a oeste da porta Sul ,que iriam ser reunidos num Parque Tecnológico e Científico, o Cartuja '93. Este último, desprovido de uso habitacional, inclui o conjunto Sevilha-Tecnópolis (Oeste), constituído pelo parque científico-tecnológico, área universitária e zona administrativa (Pedrosa, 2013).

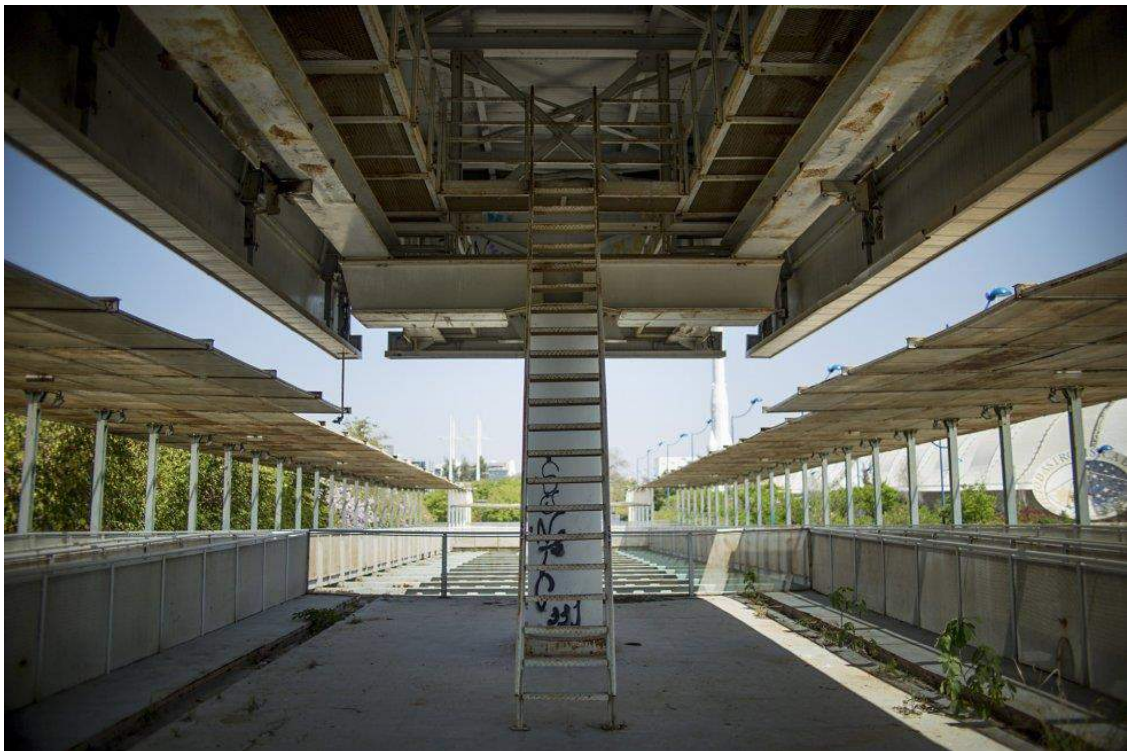


Figura 3.21 - Situação atual de uma das estações de monotrilho na Avenida de los Descubrimientos.
Fonte - https://elpais.com/elpais/2017/04/19/album/1492591679_265464.html#foto_gal_15
consultado a 20/03/2018

Na área do Parque Tecnológico e Científico foi instalado um grande número de empresas que permaneceram nas novas edificações que os substituíram, ou seja, 344 organizações de tecnologia e serviços avançados e 67 grupos de pesquisa distribuídos em diferentes centros públicos (Pérez, 2004)



Figura 3.22 - Estado atual do Pavilhão do México, agora em desuso.

Fonte - https://elpais.com/elpais/2017/04/19/album/1492591679_265464.html#foto_gal_15 consultado a 20/03/2018

Embora a existência destas organizações fosse importante, a insatisfação com a situação da área da Expo'92 manteve-se, o que motivou a que no início de 2004 um grupo de pesquisa da Universidade de Sevilha, o Composite, promovesse o "Seminário Cartuja Vivienda: um Nuevo Centro Urbano para Sevilla".

O arquiteto Francisco Torres, responsável pela elaboração de um plano de reurbanização da área de intervenção, retomou a sua posição inicial que defendia que a Exposição podia criar uma malha urbana integrada com a cidade no outro lado do rio³³. Desta forma, o seu plano recupera a proposta de um maior número de pontes interligadas com uma rede de percursos pré-existent na cidade. As novas edificações com uso misto, habitacional e de serviços, deviam ser construídas igualmente nas áreas desocupadas. A arborização das calçadas e sombras das pontes seriam as medidas tomadas para poder estimular o percurso pedestre.

³³ Fuão, Fernando Freitas. "Sevilha e a Expo 92: duas realidades contrapostas." Projeto.



Figura 3.23 - Rampas mecânicas de acesso à estação de monotrilho entre a Rua Tomás Alba Édison e a Avenida dos Descobrimentos.

Fonte - https://elpais.com/elpais/2017/04/19/album/1492591679_265464.html#foto_gal_15 consultado a 20/03/2018

A introdução de uso habitacional e de serviços de rotina pretendia criar a utilização e a vitalidade frequente dos espaços públicos do antigo recinto expositivo, uma estratégia que atualiza a preocupação dos arquitetos sevilhanos desde o início dos estudos para a Expo'92³⁴.



Figura 3.24 - Muitos postes de luz do recinto ainda estão de pé, embora em desuso e destruídos pelo tempo e atos de vandalismo.

Fonte - https://elpais.com/elpais/2017/04/19/album/1492591679_265464.html#foto_gal_15 consultado a 20/03/2018

³⁴ Azevedo, Ricardo Marques de. "Futuro Passado." Revista AU - Arquitetura e Urbanismo (1991)



Figura 3.25 - Uma das fontes de Jardim América, no fundo o Aditorio de la Cartuja, agora chamado de Rocio Jurado. O artista foi contratado para inaugurá-lo com um concerto em 1991.
Fonte - https://elpais.com/elpais/2017/04/19/album/1492591679_265464.html#foto_gal_15 consultado a 20/03/2018

3.2.2 Exposição Internacional de Lisboa, Expo'98

Tal como Espanha, aquando da candidatura para uma exposição universal em Sevilha, também Portugal expressou o desejo de realizar eventos de grande visibilidade internacional, sobretudo após se tornar membro da CEE em 1986, assim, com o objetivo de transparecer a imagem de um país moderno, Lisboa concorreu como cidade anfitriã à organização da Expo '98, em 1990 (Durão, 2011). Dar a conhecer a realidade de um País moderno, em pleno processo de desenvolvimento e de integração num espaço económico e institucional alargado foi, inclusive, um dos objetivos do programa apresentado ao Comissariado da Expo'98 (Parque Expo'98, S.A., 1999), em 1993. Transcreve-se em seguida um excerto da Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/93, de 8 de março, (que criou o Comissariado da EXPO '98) quando se refere à Exposição:

“A dimensão internacional de tal iniciativa e a relevância que a sua realização assume no plano da projeção de Portugal no mundo [...] conferem a este evento uma importância transcendente. Por outro lado, a realização da EXPO 98 oferece a possibilidade única de intervir, no plano urbanístico, numa zona da cidade de Lisboa que, desde há muito, é das mais degradadas, sendo que esta intervenção, assim como a própria realização da Exposição segundo os mais altos padrões de qualidade e eficácia, exigem uma rigorosa compatibilização de esforços e coordenação de iniciativas” (Resolução do Conselho de Ministros n.º15/93, 1993)

A ideia da candidatura à exposição surgiu por parte da Comissão Nacional com o apoio do Estado Português como forma de comemorar os Descobrimentos Portugueses, iniciados com a primeira viagem marítima à Índia feita por Vasco da Gama, em 1498, e culminando com a comemoração da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, em 1500 (Parque Expo'98, S.A., 1999), sendo a candidatura com o tema “Os Oceanos – Um Património para o Futuro” aceite pelo Bureau International des Expositions (BIE), em 1992.

A decisão de construção da Expo'98 contígua à ribeira surge como resposta à reflexão acerca dos espaços degradados e abandonados do porto de Lisboa que por esta altura se intensificava. Muitos destes espaços obsoletos encontravam-se sem atividade e outros com atividades pouco desejáveis, que não permitiam a aproximação da cidade ao rio (Durão, 2011),

afigurando-se a Expo'98 como força impulsionadora da transformação das áreas industriais e portuárias degradadas, culminando num projeto de desenvolvimento a nível internacional.

A zona ribeirinha oriental, anteriormente definida como a “plataforma logística de Lisboa” (Guimarães, 2007) passou a ser reconhecida como a área da futura Expo'98, até então fortemente marcada pela sua pegada industrial e ocupada por grandes infraestruturas industriais, como a refinaria da Petrolgal e depósitos de produtos petrolíferos, o Matadouro Industrial de Lisboa, o Depósito Geral de Material de Guerra, a Estação de Tratamento de Águas Residuais, o Aterro Sanitário e a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (ETRS) de Beirolas, além de diversas instalações portuárias e atividades afins (Como era o Parque das Nações, 2014). A ocupação industrial intensificou-se e as grandes infraestruturas industriais levaram à progressiva degradação da paisagem e alteração da qualidade de vida, dificultando assim a ligação da cidade com o rio (Figueira, 2010). Ainda em 1993, existiam neste local mais de 100 empresas que empregavam cerca de 3130 pessoas, sobretudo na indústria e armazenagem de petróleo e gás (Pereira, 2017).



Figura 3.26 - Terrenos antes da Expo'98.

Fonte <https://ionline.sapo.pt/especiais/expo-98-um-evento-que-mudou-para-sempre-o-rostro-de-lisboa/> consultado a 14-07-2019

As citadas indústrias que se encontravam instaladas na zona oriental, a sua forma de implantação, a preocupação ambiental ainda incipiente e a falta de controlo de situações de utilização clandestina do solo, como o abandono de lixos e detritos de construção (Como era o Parque das Nações, 2014) contribuíram para o estado de degradação e poluição dessa zona.

A par da descrita paisagem industrial, também o problema da habitação precária e o constante fluxo migratório para os grandes centros urbanos ao longo do século XX, assumiram consequências associadas ao planeamento urbanístico da zona oriental. Assistimos, então, à construção de bairros sociais que para alojar a população operária, como funcionários do Estado e população desfavorecida. Conforme se esgotaram as zonas disponíveis na área central de Lisboa, as escolhas recaíram sobre áreas em expansão que ainda possuíam vastos terrenos para edificação, como as zonas dos Olivais e Chelas. Cerca de 55% da população da zona oriental habitava em bairros municipais de habitação social, enquanto 13% vivia em barracas e cerca de 7% em bairros municipais de construção precária (Martins, 2016).



Figura 3.27 - Família no descampado perto do matadouro. (Pereira, 2017)

Deste modo, a grande disparidade existente entre as zonas ocidental e oriental da cidade de Lisboa, tornava visível uma assimetria em toda a zona ribeirinha, o que gerou a necessidade de uma visão estratégica e um plano de intervenção e reconversão, onde atualmente se

assistia a um conjunto de degradação e abandono, áreas de segregação e isolamento com restrição do rio à cidade (Figueira, 2010). Surgindo, desta forma, a oportunidade da concretização da Expo'98 como método de regenerar a zona ribeirinha oriental de Lisboa, "recuperando uma simetria poente-nascente" de Alcântara (ocidente) a Cabo Ruivo (oriente) (Figueira, 2010). Tal como, em 1940, a Exposição do Mundo Português permitiu criar um impulso para a área ocidental na zona de Belém, segundo Figueira (2010) idealizava-se que a Expo '98 pudesse ter um efeito idêntico sobre uma área degradada.

A zona oriental da cidade de Lisboa eleita para intervenção encontrava-se compreendida entre a Doca dos Olivais e o Depósito Geral de Material de Guerra em Beirolas, acolhendo cerca de cinco quilómetros da frente ribeirinha (Guimarães, 2007). Para esta operação de reabilitação, foi necessária a criação de uma empresa de capitais exclusivamente públicos, devido à dimensão e complexidade da execução do projeto de reconversão urbanística da Zona de Intervenção da Expo'98. Para tal, criou-se a empresa pública Parque Expo S.A. com a missão principal de "desenvolver e implementar um projeto de renovação urbana de requalificação ambiental de uma área de 330 hectares", "dotada de poderes administrativos especiais que concentraram em si, como única entidade, todas as decisões da operação" (Figueira, 2010). Ao Estado ficou assim entregue a tarefa da "coordenação global de todas as ações e empreendimentos envolvidos pela organização da Expo'98 e do projeto de intervenção urbana que lhe vai associado, através da criação, na dependência do Primeiro-Ministro, de um comissariado" (Martins, Da Representação do Mundo: as Exposições Internacionais e a Expo'98, 2016).

Segundo Martins (2016), a operação foi baseada numa visão estratégica apoiada em dois eixos: a "oportunidade de criar uma polarização urbana, através da valorização e singularidade do território" e um "reordenamento sócio produtivo, apostando na melhoria da qualidade de vida e na mobilidade territorial e, portanto, na integração urbana e na sustentabilidade".

A zona oriental seria, assim, palco de "um novo conceito de ocupação do espaço, permitindo (...) devolver à cidade parte da frente da água" (Guimarães, 2007), através de um plano geral de urbanização do arquiteto Vassalo Rosa, aprovado e publicado em 1994, ano em que se iniciaram as obras.

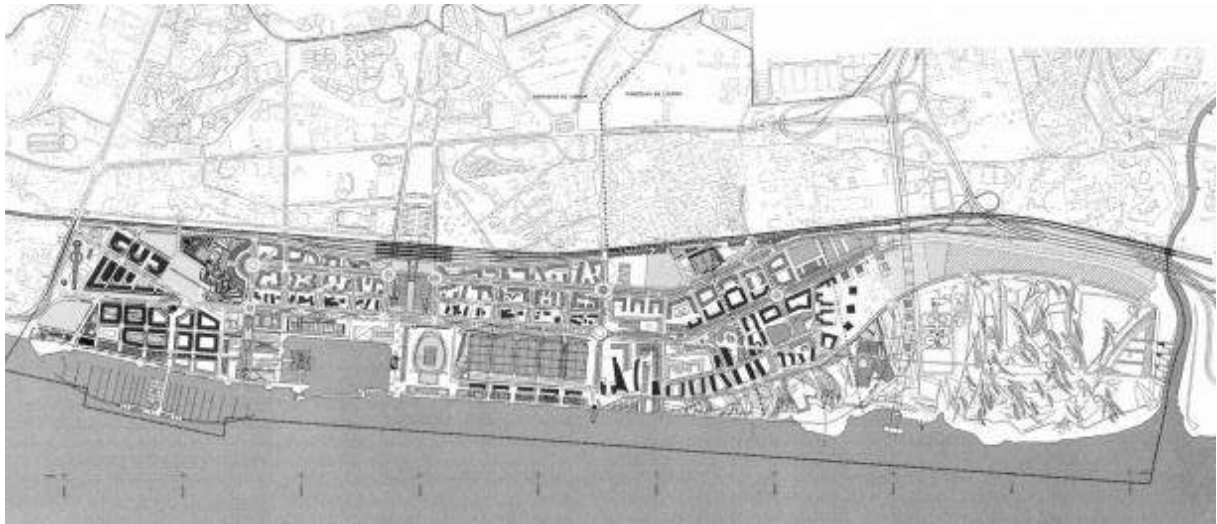


Figura 3.28 - Plano de Urbanização da Expo'98, por Luís Vassalo Rosa. (Figueira, 2010)

Numa primeira fase do projeto da Expo'98, entre 1993 e 1998, Martins (2013) refere que “decorreram as expropriações e demolições, descontaminação de solos, construção de infra-estruturas urbanas na área de intervenção e envolventes, a conceção e execução do espaço público e da exposição, a primeira fase de comercialização de lotes e a construção e desenvolvimento das utilidades públicas”.

A zona de intervenção foi dividida em seis Planos de Pormenor³⁵, desenvolvidos em conformidade com o plano geral de urbanização sob a coordenação do seu autor, que vieram consolidar os vetores da conceção urbana proposta (Parque Expo'98, S.A., 1999):

- PP1, autor Tomás Taveira, Zona central: desenvolvia as morfologias das pré-existências ambientais de Lisboa e propôs-se explorar novas formas ligadas à antropologia cultural meridional;
- PP2, autor Manuel Salgado, Zona do Recinto: procurava articular, segundo a malha urbana modulada da cidade, o efémero com o definitivo da Exposição Mundial, de forma a assegurar a sua identidade visual;
- PP3, autor Troufa Real, Zona Sul: revalorizava as singularidades morfológicas locais e afirmava os modelos urbanos da referência já enraizados na cultura urbanística portuguesa;

³⁵ Os Planos de pormenor encontram-se no Anexo A

- PP4, autor Cabral de Melo, Zona Norte: procurava revalorizar o espaço público, tornando-o diverso e informal, sem, contudo, destruir a sua disciplina global;
- PP5, autor Nuno Teotónio Pereira, Zona de Sacavém: valorava a singularidade dessa localização e enquadramento;
- PP6, autores Hardgraves/João Nunes, Zona do Parque Urbano do Tejo e Trancão: marcava esteticamente a paisagem na frente ribeirinha.

Em maio de 1998, deu-se a inauguração da Exposição Mundial de 1998, contando com a participação de 145 países e 15 organizações internacionais, com uma oferta cultural experienciada por mais de 10 milhões de visitantes, durante 132 dias (Guimarães, 2007).

O recinto da exposição ocupou 50 hectares dos 330 disponíveis, tendo como centro a Doca dos Olivais, onde cerca de metade da superfície construída foi destinada para habitação (Figueira, 2010). O planeamento do espaço afeto à exposição ficou encarregue ao arquiteto Manuel Salgado que afirmou que os espaços públicos tinham que demonstrar generosidade, revelando um desenho urbano baseado num conceito de qualidade ambiental ao mesmo tempo que introduziu intervenções criativas na esfera pública. De acordo com Brandão (2002), o espaço planeado trouxe um valor agregado que consistiu em grandes espaços públicos que atualmente estão disponíveis para os utilizadores.

A exposição ofereceu uma diversidade temática e cultural que se concretizou em pavilhões, como os pavilhões para os países participantes transformados posteriormente na Feira Internacional de Lisboa (FIL), o Oceanário, o Pavilhão de Portugal, o atual Casino de Lisboa (anteriormente Pavilhão do Futuro), o atual Pavilhão do Conhecimento, o atual Altice Arena (anteriormente Pavilhão da Utopia e depois Pavilhão Multiusos), e edifícios como o Teatro Camões e a Torre Vasco da Gama. No domínio público nascem a Alameda dos Oceanos, Vulcões de Água, a Doca dos Olivais e os jardins de Água e Garcia de Orta. A estação do Oriente, a autoestrada do Norte, a Ponte Vasco da Gama, o teleférico e a rede de libertação de frio e de calor e de recolha de resíduos sólidos urbanos são concretizações da altura (Guimarães, 2007).

Assim, o uso de cada pavilhão presente na exposição foi pré-determinado e tanto os espaços públicos quanto as infraestruturas da exposição foram integradas no plano geral de requalificação. Como refere Maria Assunção Gato³⁶, “alguns dos equipamentos mais emblemáticos da exposição (...) foram, desde início, pensados na sua futura reutilização ou reconversão”³⁷ (Martins, 2016).

Em outubro do mesmo ano da inauguração “o recinto de exposições é reaberto ao público e a zona de intervenção passa a ser designada por Parque das Nações, dando continuidade à intervenção urbana” (Guimarães, 2007).

Essa intervenção assumiu como fios condutores a reafirmação da relação perdida entre a cidade e o rio e a integração da zona oriental de Lisboa no tecido consolidado da cidade através da regeneração do território degradado, criando uma nova centralidade. Sempre em sintonia com o conceito de sustentabilidade das cidades, o projeto contemplava um plano global para a energia e o ambiente, baseado no conhecimento de que “as cidades são as principais consumidoras de energia e de recursos naturais e de que os processos de conversão, transporte e uso de energia são hoje a principal causa de disfunções ambientais” (Parque Expo'98, S.A., 1999).

A própria intervenção no espaço que daria origem ao futuro Parque das Nações foi efetuada de forma a tirar o máximo partido da integração das operações de requalificação ambiental que houve necessidade de levar a cabo na zona como demolições/reciclagem de materiais, solos das petrolíferas, transplantes e preparação da terra vegetal. Esta operação equacionada ao nível de projeto resultou em efeitos favoráveis no decorrer da fase de construção, tanto a nível económico, como numa diminuição dos incómodos que uma obra desta envergadura poderia ter junto das populações vizinhas (Projetos Integrados de Requalificação Ambiental, 2018).

A Parque Expo (PE) criou, assim, um Plano de Monitorização Ambiental que permitiu confirmar o sucesso e a dimensão da requalificação ambiental operada no atual Parque das Nações, ao detetar eventuais disfunções ambientais residuais ou inesperadas que possibilitavam o estudo e adoção de medidas necessárias para corrigir ou eliminar essas disfunções em tempo

³⁶ V. GATO, Maria Assunção – *Viver no Parque das Nações: espaços, consumos e identidades*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2014, p. 41. Ver Martins, N. G. (2016). Da Representação do Mundo: as Exposições Internacionais e a Expo'98. Cadernos do Arquivo Municipal, p. 357 - 382.

³⁷ V. GATO, Maria Assunção, op. cit., p. 41. Ver Martins, N. G. (2016). Da Representação do Mundo: as Exposições Internacionais e a Expo'98. Cadernos do Arquivo Municipal, p. 357 - 382.

útil (Projetos Integrados de Requalificação Ambiental, 2018). Este Plano abrangeu inicialmente os seguintes descritores ambientais: qualidade dos solos, águas subterrâneas, águas superficiais e sedimentos, poluição atmosférica, ruído, geotecnia (Projetos Integrados de Requalificação Ambiental, 2018).

Em 1999, foi consolidado o definitivo planeamento urbano pós-Expo onde se criava uma ambiciosa operação de requalificação através da regeneração da área da cidade, juntamente com a exposição que a transformava num novo conjunto residencial, cultural, comercial e de negócios: a zona do Parque das Nações (Martins, Da Representação do Mundo: as Exposições Internacionais e a Expo'98, 2016).

A PE definiu uma estratégia de intervenção no domínio do ambiente que pretendia oferecer aos futuros utentes do Parque das Nações “um enquadramento urbanístico, paisagístico e ambiental favorável ao reencontro com a natureza, nomeadamente na utilização de uma frente rio com cinco quilómetros de extensão” (Estratégia Ambiental, 2014). Com este propósito em vista, a nível de ordenamento paisagístico e urbanístico, salvaguardaram-se as áreas de maior sensibilidade ambiental com total fruição dos espaços verdes e do uso livre da frente ribeirinha. Houve, inclusive, incentivos ao uso de transportes públicos, grande capacidade de estacionamento e os percursos pedonais foram privilegiados (Estratégia Ambiental, 2014).

Na segunda fase de intervenção do projeto, entre 1998 e 2006, segundo Martins (2016), “decorreram a demolição das estruturas modulares da Expo'98, a conclusão dos trabalhos de urbanização e de espaços públicos, a aplicação do projeto de gestão urbana, o termo da comercialização de terrenos e o arranque da segunda fase de promoção mobiliária, e a consolidação das infraestruturas e outras utilidades públicas”.

Ao longo do desenvolvimento do Plano de Urbanização, a PE procurou utilizar infraestruturas inovadoras, que proporcionassem uma elevada eficiência na prestação dos serviços urbanos e que racionalizassem o consumo de energia, tanto pela conceção dos edifícios, como pela exploração do Sistema Centralizado de Distribuição de Frio e de Calor, que se estende, ainda, a todo o Parque das Nações e que utiliza o gás natural como combustível, sendo os seus rendimentos energéticos superiores aos sistemas de climatização clássicos (Estratégia Ambiental, 2014).

Foram implementados outros sistemas inovadores, como o Sistema Automático de Recolha de Resíduos Sólidos, que permitia remover o lixo, evitando a existência de contentores ou o atravessamento da zona por camiões (Estratégia Ambiental, 2014). Implantou-se também uma

galeria técnica, onde ficaram instaladas todas as infraestruturas de telecomunicações, de abastecimento de águas, de gás e as condutas dos sistemas de distribuição de frio e calor e de recolha de lixos para evitar reparações efetuadas na via pública, tal como acontece em outras partes da cidade (Estratégia Ambiental, 2014).

Por fim, a criação de dispositivos para reduzir os ruídos foi feita, não só para implantação nos edifícios, mas também para utilização de materiais adequados, impondo-se assim, a nível dos regulamentos dos Planos de Pormenor, o cumprimento do Regulamento Geral Sobre o Ruído (Estratégia Ambiental, 2014).

O modelo urbano do Parque das Nações privilegiou o centro comercial em detrimento do comércio de bairro, criando assim dois bairros: o Sul (Figura 3.29) e Norte (Figura 3.30) entre os quais se desenvolveu a zona comercial, de serviços e, ao longo do rio, espaços e equipamentos de caráter lúdico (Durão, 2011).



Figura 3.29 - Zona Sul - A. Parque das Nações; B. Zona de equipamentos, Hospital da CUF; C. Bairro residencial Sul (Durão, 2011)



Figura 3.30 - Zona Norte: Bairro residencial até à Ponte Vasco da Gama. (Durão, 2011)

Durão (2011) refere que o desenho urbano do bairro Sul foi inspirado em bairros de Lisboa, de quarteirões com frentes de rua ainda que, ao mesmo tempo, acabassem por contrastar com bairros como o de Alvalade ou Campo de Ourique pelo seu intuito único de residência, sem comércio no seu interior. Por outro lado, o bairro Norte, também organizado em quarteirões, continha pisos térreos que eram, na sua maioria, pisos de estacionamento, estabelecendo-se pouca relação das pessoas com a rua (Durão, 2011). No artigo de Durão (2011) o autor refere ainda que estes modelos de bairros não proporcionam a vivência de bairro, sendo uma das maiores fragilidades do projeto ao nível urbano, a deslocação de carro dentro da cidade, inclusive até ao centro comercial, um espaço de comércio central entre os bairros.

Do ponto de vista do investimento, a proposta de financiamento da Expo'98 passava por executar todo o projeto a "custo zero", sendo as despesas pagas com as receitas do projeto, 60% da venda dos terrenos infraestruturados e 40% da alienação das empresas criadas sob alçada da PE (Pereira, 2017). A sua realização seria autossustentável. Porém, no resumo do último relatório de contas do Grupo Parque Expo afirma-se que, em 2011, o endividamento consolidado do grupo era de 250 milhões de euros, revelando que tal "custo zero" do projeto se revelou uma falácia e a extinção da PE deixou uma dívida considerável ao país (Pereira, 2017)

Em forma de conclusão, podemos afirmar que os princípios que delinearam a estratégia de intervenção foram concretizados, sobretudo no que diz respeito à regeneração da zona oriental desejada para a Expo'98 através da "introdução de usos residenciais e empresariais, disponibilizando diversos serviços de apoio: comércio e restauração, escolas, espaços de lazer, infraestruturas desportivas, hospitais, hotéis e alguns serviços públicos, assim como uma vasta oferta de espaços verdes, espaço público e redes de transporte" (Guimarães, 2007). De facto, os anos anteriores à Expo'98 ditavam uma relação estritamente contemplativa entre a cidade e o rio uma vez que o acesso físico ao Tejo era praticamente inexistente ou restrito, com exceção da Praça do Comércio e área adjacente, local onde o porto industrial de Lisboa nunca foi construído.

O evento da Expo'98 trouxe à cidade a oportunidade mais desejada - reestabelecer uma relação antes interrompida com o estuário e o espaço a ele contíguo, abandonado e obsoleto, foi reinventado. O desenvolvimento da orla da Expo'98 no tempo e no espaço representou a transformação da parte oriental da cidade de Lisboa, as transformações da área portuária lidaram com o tecido urbano antigo, local onde o património histórico, a arqueologia industrial

e o legado emocional estavam intimamente ligados, tornando-se num espaço público que se relaciona com a memória, a arte, a cultura e o contexto histórico.

Embora a realização do Parque das Nações estivesse planeada para vinte anos, de forma que fosse possível consolidar a urbanização e as vivências, o projeto foi, no entanto, feito em cerca de oito a dez anos devido à necessidade de conseguir receitas para diminuir os impactos financeiros negativos, o que adulterou a qualidade pensada inicialmente (Durão, 2011). Ainda assim, o evento que permitiu a sua construção veio criar uma nova área alargada “multifuncional”, seguindo a orientação estratégica inicial de interligar as funções urbanas fundamentais: habitação, serviços, comércio e lazer (Parque Expo'98, S.A., 1999).

Segundo Figueira (2010) “a Expo '98 permitiu reconverter uma área portuária impregnada de lixo industrial, reservatórios e materiais obsoletos, dotando a cidade de novas infraestruturas culturais, comerciais, ferroviárias e de um novo parque habitacional”. Simultaneamente, constituíram-se centros de desporto, infraestruturas para desportos náuticos com a construção de uma marina e uma vasta área para parques, zonas verdes e espaços públicos (Parque Expo'98, S.A., 1999).

De acordo com Salgado (1999), a operação não ficou presa ao efémero de um evento sem cautela, ganhou um parque urbano com bastante sucesso e deixou-nos algumas obras notáveis do ponto de vista de arquitetura, permitindo ainda estabelecer uma relação de lazer com o rio, até agora inexistente. A recuperação da frente ribeirinha gerou a oportunidade de criar uma animação constante, através de áreas para restauração, um passeio junto ao rio e infraestruturas para demonstrações culturais e desportivas (Parque Expo'98, S.A., 1999). Salgado afirma ainda que, a esperança era que a Expo '98, com a força que adquirira, viesse a ser motor do desenvolvimento futuro da própria cidade.

A operação contribuiu para a reorganização geral da infraestrutura viária e ferroviária da Área Metropolitana de Lisboa (Durão, 2011), dotando toda a zona circunvizinha de uma nova rede de acessibilidade, permitindo a conjugação de vários modos de transportes e grandes infraestruturas viárias e ferroviárias (Parque Expo'98, S.A., 1999): a consignação da nova ponte Vasco da Gama, a ligação ferroviária Norte-Sul, a criação da Estação do Oriente e a passagem de comboio pela ponte 25 de Abril, Circular Regional Interior de Lisboa (CRIL), metropolitano e rede viária de Lisboa. Além disso, foram retirados do local refinarias de petróleo, cais de embarque de mercadorias e despoluiu-se o Rio Trancão (afluente do rio Tejo) (Durão, 2011). Segundo Durão (2011) os espaços urbanos ganharam melhor acessibilidade

para as pessoas, ficaram mais bem tratados e com maior dignidade e isto influenciou positivamente a cidade.

De uma área profundamente degradada, nasceu um espaço aprazível que constitui hoje uma nova centralidade e um dos principais polos de atração da cidade (A Rede do Parque das Nações – Informação Técnica, 2018).

De acordo com o discurso veiculado pela PE, “os fatores-chave para o sucesso da intervenção assentaram no conceito versátil e objetivo de centralidade urbana, na escala metropolitana (devido aos equipamentos âncora e a novas acessibilidades), na escala local (pela multifuncionalidade territorial com relevância económica, comercial e lúdica, estendida por áreas residenciais, espaços verdes e de lazer, equipamentos culturais, sociais e desportivos, e áreas empresariais), no modelo institucional, no desenho urbano, na rápida aprovação de projetos, nas infraestruturas técnicas inovadoras, na requalificação ambiental e, por fim, no marketing territorial” (Martins, 2016).

O desafio de obter plena coerência entre o projeto de reabilitação urbanística e o projeto de concretização da Exposição Mundial de Lisboa, assim como a coerência entre este objetivo global e os meios utilizados, foi considerado pela PE como um desafio ganho. “A Expo’98 constituiu o motor de lançamento de uma reabilitação urbana feita com especial celeridade e encarando o conjunto de uma extensa área de território, por seu turno, permitiu criar o enquadramento do modelo” (Parque Expo'98, S.A., 1999).

3.3 Conclusão

As Exposições Internacionais, Universais, Mundiais, ou, como vulgarmente designadas, Expos, são manifestações culturais de grandes dimensões que assumem uma dimensão simbólica e representacional, uma vez que assentam no desejo da construção de uma identidade da nação e da sua afirmação a nível mundial. Semelhantes eventos são dotados de um carácter excepcional e complexo, que se reflete na exigente mobilização de recursos, tanto a nível político e económico como a nível social e cultural. A dimensão simbólica que lhes é característica associa-se a um contexto de intermediação cultural, uma vez que assentam na promoção da cooperação e partilha cultural entre nações e num potencial papel dinamizador da economia, que estimula a procura de investimentos que promovam o desenvolvimento local.

Eventos como as Expos assumem-se, assim, como potenciais momentos dinamizadores de intervenção no contexto urbano, com o desejo de regenerar tecido descontínuo, dotando, ou restituindo, tanto a sua representação física quanto simbólica. Como exemplos de semelhantes intenções, é possível mencionar o caso da Expo '92, em Sevilha, Espanha, que nasce com o propósito de afirmar a posição do país na Europa moderna e da construção de uma identidade, que permitisse a regeneração de regiões mais desfavorecidas, como era o caso da cidade de Sevilha e designadamente da Isla de La Cartuja, no domínio das cidades espanholas.

A par de Espanha, também Portugal expressou o mesmo desejo de realizar um evento de notória exposição internacional que permitisse a construção de uma imagem de um país moderno, em processo de desenvolvimento. Lisboa concorreu, assim, como cidade anfitriã à organização da Expo '98, afigurando-se este evento como força impulsionadora da transformação de lugares desde há muito degradados.

Tanto a Expo '92, em Sevilha, como a Expo '98, em Lisboa, assumiram-se como eventos que proporcionaram a reflexão acerca do papel de lugares expectantes no contexto da cidade e delinearam estratégias de intervenção e reconversão de áreas abandonadas, em situação de segregação e isolamento, que possibilitaram a reafirmação das relações perdidas entre lugares em declínio e o tecido consolidado da cidade através da regeneração do território degradado.

PROPOSTA DE REGENERAÇÃO URBANA DA EXPO '92

4.1 Enquadramento Histórico

A origem de Sevilha permanece pouco clara ainda nos dias que correm, no entanto são várias as lendas que contam a sua história. Em qualquer das versões, a história de Sevilha encontra-se intimamente ligada ao Rio Guadalquivir, que caracterizou a cidade como um porto fluvial e como ponte entre o Oceano Atlântico e o interior de Andaluzia (Spanish & Internship Consultant S.L., s.d.). Ainda no primeiro milénio antes de Cristo, o sítio de Sevilha era já navegável por barcos provenientes do alto mar, proporcionando um excelente lugar para o grande mercado do vale do Rio Guadalquivir (Spanish & Internship Consultant S.L., s.d.).

Originalmente uma cidade ibérica, Sevilha foi fundada pela tribo dos turdetanos que habitavam no vale do rio e que deram o nome de “*Spal*” ou “*Ispal*” à localidade que criaram na ilha do Guadalquivir (Civitatis, s.d.). Mais tarde, foi povoada por fenícios, gregos e cartaginezes, tendo sido usurpada pelos romanos durante a Segunda Guerra Púnica, em 205 a.C. Ocupada por silingos e visigodos, acabou por ser o muçulmano Abd al-Aziz ibn Mussa quem tomou Sevilha no ano 712, alterando o seu nome Hispalis (nome dado por Júlio César) para o nome árabe Isbiliyya. (Civitatis, s.d.). Foi a civilização árabe que concedeu um impulso à cidade, através de programas ambiciosos de construção de onde datam alguns dos maiores esplendores da cidade, como a Torre del Oro (**Figura 4.1** - Gravura da Torre del toro, localizada na cidade de Sevilha, Espanha (s.d.) (Civitatis, s.d.) e a Mesquita Maior (Britannica, s.d.).

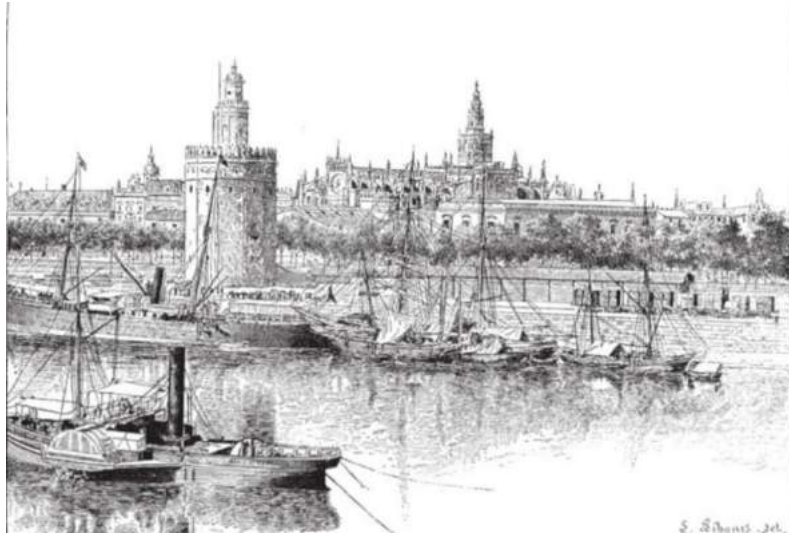


Figura 4.1 - Gravura da Torre del toro, localizada na cidade de Sevilha, Espanha (s.d.) (Civitatis, s.d.)



Figura 4.2 - Torre del toro (2017).
Fonte - <https://veebrant.com/torre-del-oro-seville/> consultado a 14/05/2020

Anos mais tarde, em 1091, a cidade foi invadida pelos Almorávidas e, posteriormente, pelos Almóadas, tornando-se a cidade mais importante de Espanha (Spanish & Internship Consultant S.L., s.d.) e um importante centro cultural e comercial (Civitatis, s.d.)

Em 1248, Sevilha foi conquistada pelo rei castelhano-leonês Fernando III que a tornou numa das capitais do seu reino (Civitatis, s.d.). Espanha entrou assim numa era de expansão e prosperidade e a descoberta das Américas tornou Sevilha uma das cidades mais opulentas do continente europeu (Spanish & Internship Consultant S.L., s.d.).



Figura 4.3 - Gravura de Sevilha (s.d).
Fonte - <https://www.tudosobresevilha.com/historia-sevilha>
consultado a 02/03/2020

Sevilha continuou a ser um grande centro de comunicação até ao século XVII, ainda que a cidade de Madrid tenha sido designada como capital de Espanha em 1561, Sevilha era a cidade comercial mais cosmopolita da Europa. No século XVI, Sevilha era efetivamente a cidade mais rica e populosa de Espanha, com cerca de 150.000 habitantes em 1588. Apesar do crescimento da população, a cidade não conseguiu resistir à competição económica de outros locais, como Florença, Génova ou Lisboa, dado que a prosperidade de Sevilha provinha sobretudo da exploração de colónias e não da indústria local e comércio (Britannica, s.d.).

Em 1649, a peste levou metade da sua população e Sevilha só recuperou, económica e demograficamente, no século XIX no qual foi protagonista das transformações da política nacional (Guerra da Independência, a junta revolucionária de Narváez y Córdoba, o levantamento contra Espartero, os motins pelo golpe de estado de O'Donnell a Revolução de 1868 e as Revoltas Cantorais de 1873) (Civitatis, s.d.).

No século XX Sevilha transformou o seu aspeto ao organizar a exposição Ibero-americana de 1929, da qual datam muitos dos edifícios históricos mais recentes, incluindo a Plaza de España e o Parque de Maria Luísa. O porto foi ampliado e a cidade renasceu como o centro industrial e comercial de outrora (Spanish & Internship Consultant S.L., s.d.)

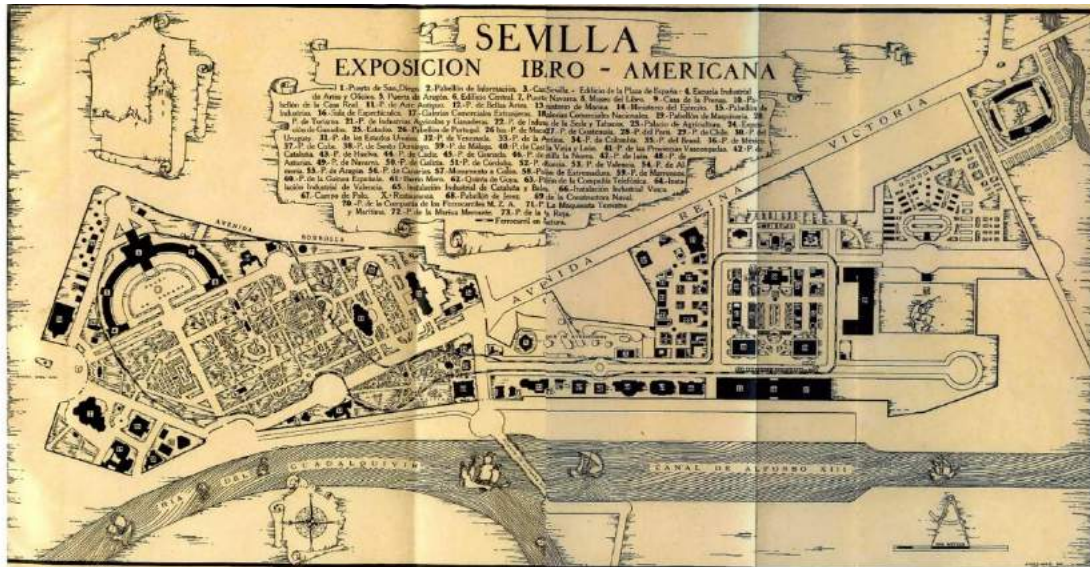


Figura 4.4 - Planta da exposição ibero-americana de 1929.

Fonte - <https://culturaespanhola.com.br/wp-content/uploads/2012/11/Exposicion-Iberoamericana-de-Sevilla-de-1929.jpg> consultado a 02/03/2020



Figura 4.5 - Plaza de España (2014).

Fonte - <https://www.mundodechico.com/2015/05/sevilha/imagem-para-naiade-plaza-de-espana-foto-divulgacao/> Consultado a 02/03/2020



Figura 4.6 - Parque de Maria Luisa (2020).
Fonte - <https://www.google.pt/maps> consultado a 02-03-2020

Durante a Guerra Civil, Sevilha viveu como cidade de retaguarda e, nos anos seguintes, sofreu dois acontecimentos fatídicos, como a explosão do armazém de pólvora de Santa Bárbara (13 de março de 1941) e a grande cheia do 1º de novembro de 1961 (Civitatis, s.d.).



Figura 4.7 - Vista aérea de Sevilha (2020).
Fonte - <https://www.google.pt/maps> consultado a 02-03-2020

Com o Estado das Autonomias, Sevilha converteu-se na capital da Comunidade Autónoma de Andaluzia. Foi então, em 1992, que a Exposição Universal veio proporcionar um avanço à cidade, através da projeção de novas infraestruturas que prepararam Sevilha para a chegada do século XXI (Civitatis, s.d.).

A exposição teve lugar na Isla de La Cartuja, um lugar intimamente ligado ao rio Guadalquivir, que, devido às frequentes inundações que dificultavam a habitabilidade, não existiu realmente até ao ano de 1982. À exceção de pequenas vilas católicas localizadas em terrenos mais elevados e de uma necrópole romana, não há testemunhos pré-históricos da sua habitabilidade.

Ainda que não haja documentação textual ou arqueológica, segundo consta a lenda, em 1400 o bispo espanhol Gonzalo de Mena construiu nessa área o mosteiro de Santa Maria de las Cuevas para homenagear a imagem da virgem Santa Maria de las Cuevas encontrada, anos antes, num poço de extração de argila naquele sítio.

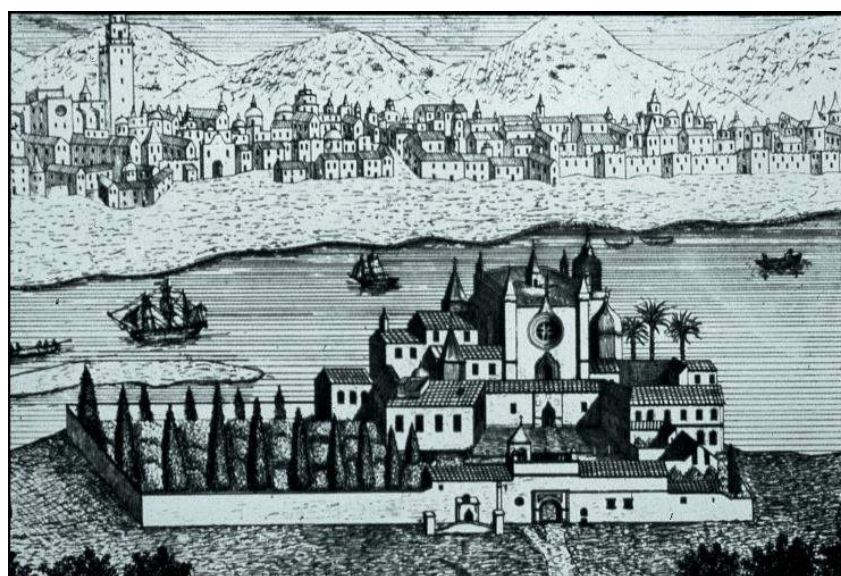


Figura 4.8 - Pintura do mosteiro de Santa María de las Cuevas nos seus primórdios (s.d.) (León, 2017).



Figura 4.9 - Monasterio de Santa María de las Cuevas (2016).

Fonte - <http://meetingbenches.net/al-la-del-guadalquivir-cartuja-monasterio-amato-colombo-diventato-un-museo-darte-contemporanea/> consultado a 02/03/2020

Este lugar tornou-se um centro muito rico, devido, sobretudo, a doações e heranças de grandes linhagens sevilhanas e configurou-se um núcleo de grande importância religiosa e social. Era uma cidade pequena, quase autossuficiente, cerrada pelos seus muros construídos essencialmente para a defender das inundações, mais do que contra possíveis invasores.

4.2 Caracterização

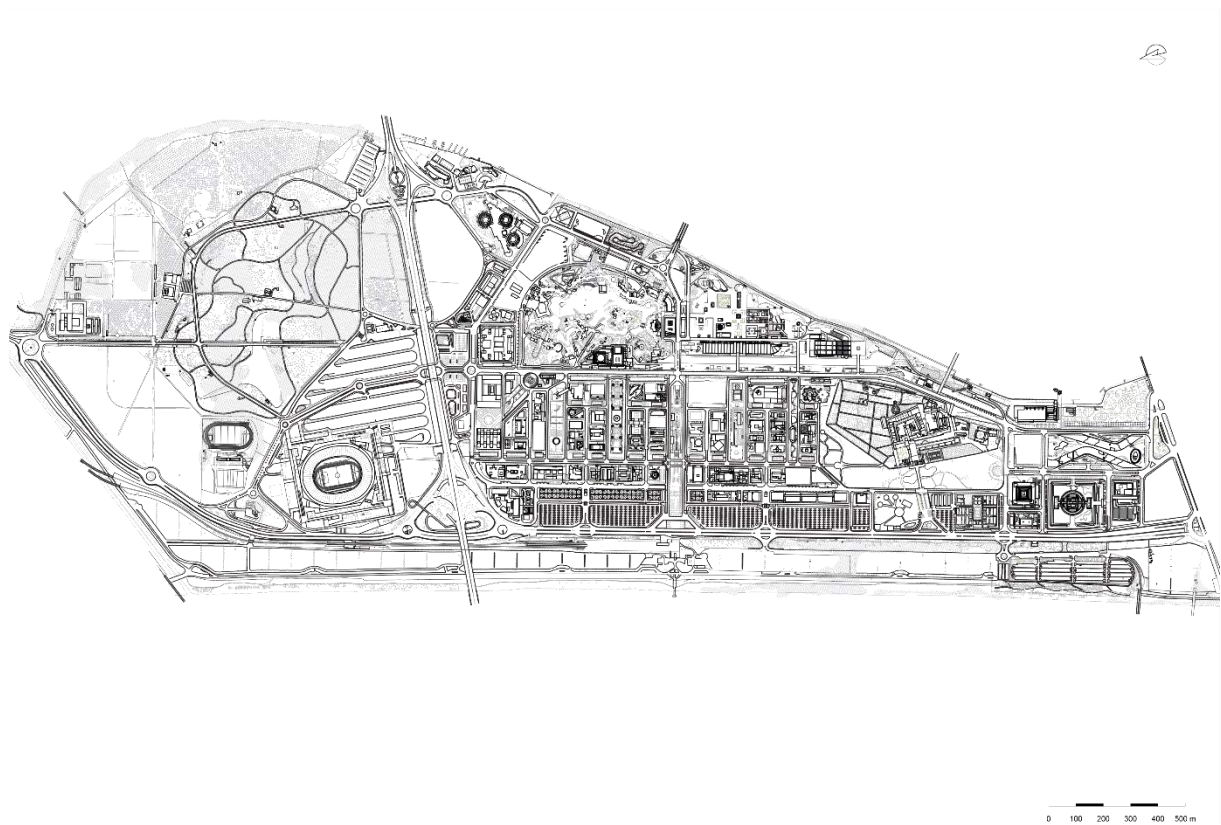


Figura 4.10 - Planta base - Isla de La Cartuja

Desta forma, é-nos possível compreender a atmosfera simbólica e histórica que envolve tanto a cidade de Sevilha, como o lugar de exceção que a Isla de La Cartuja nela traça. De facto, é precisamente, semelhante carga simbólica e histórica que se apresentou como um dos desafios impostos à estratégia de intervenção delineada pela Expo'92.

O lugar da Isla de La Cartuja, para além de se assumir como um espaço de exceção pelo seu carácter simbólico, situa-se a uma curta distância do centro histórico da cidade de Sevilha. Assim, aliado a uma vontade de progresso, não poderia ser descurada a herança cultural no espaço presente. Desta forma, o plano de intervenção manifestou uma visão que assumia como fios condutores tanto o progresso económico e social, como a valorização da ciência, da tecnologia e da investigação, a par de um forte sentido cultural, educacional e lúdico, que integrariam Cartuja no contexto urbano de Sevilha, mas sem mostrar-se indiferente ao tecido herdado (Expo '92 Sevilla: arquitectura y diseño, 1992).

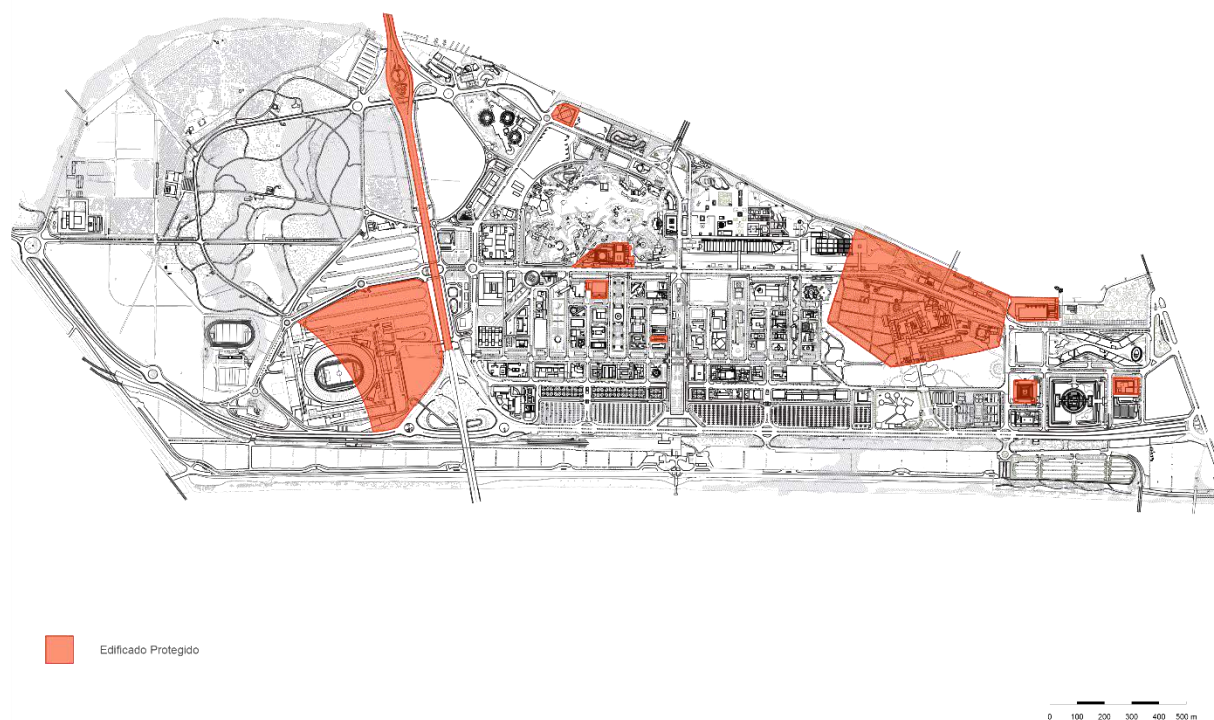


Figura 4.11 - Planta de análise do edificado protegido

Se, por um lado, a situação da Isla de La Cartuja se ofereceu como um desafio, por outro, proporcionou a condição excepcional característica de lugares dotados de um forte carácter histórico, que por se dotarem de história e de memória, apresentam-se como lugares privilegiados no espaço, com uma identidade própria. A eleição do território de Cartuja, na cidade de Sevilha, para acolher a exposição manifestou, desde o início, uma intenção estratégica que, usufruindo da situação de exceção do lugar, permitiria reabilitar o seu centro histórico e reintegrá-lo na cidade, colocando Sevilha a par das notórias cidades europeias e dotando-a de recursos que possibilitassem o seu desenvolvimento político, económico e social.

Assim, é incontornável o facto de que a Expo '92 contribuiu para a reflexão acerca do contexto urbano em que a Isla se inseria e para a transformação do, até então, lugar abandonado, banhado pelo rio de Guadalquivir, proporcionando à cidade de Sevilha novas dinâmicas urbanas.

O traçado das infraestruturas e redes de comunicação assumiu um poderoso e complexo papel na estratégia de intervenção urbana delineada pela Expo '92, tornando-se a sua impor-

tância evidente no desenho do lugar, manifestando uma estratégia política que pretendia reforçar uma ligação Norte-Sul, e gerar um novo centro urbano, através de novas linhas de comunicação que permitiriam não só estruturar o território como dotá-lo de novas formas de diálogo com a envolvente. De facto, o grande investimento a nível da rede de infraestruturas foi um fator decisivo na integração do lugar no complexo território da Andaluzia, sendo reflexo de tal investimento a edificação de equipamentos destinados aos transportes e sistemas de transportes, da qual fazem parte as distintas obras rodoviárias levadas a cabo, a construção de um novo heliporto, as estações rodoviárias, e as novas linhas e estações ferroviárias, bem como a linha ferroviária de alta velocidade (Expo '92 Sevilla: arquitectura y diseño, 1992)

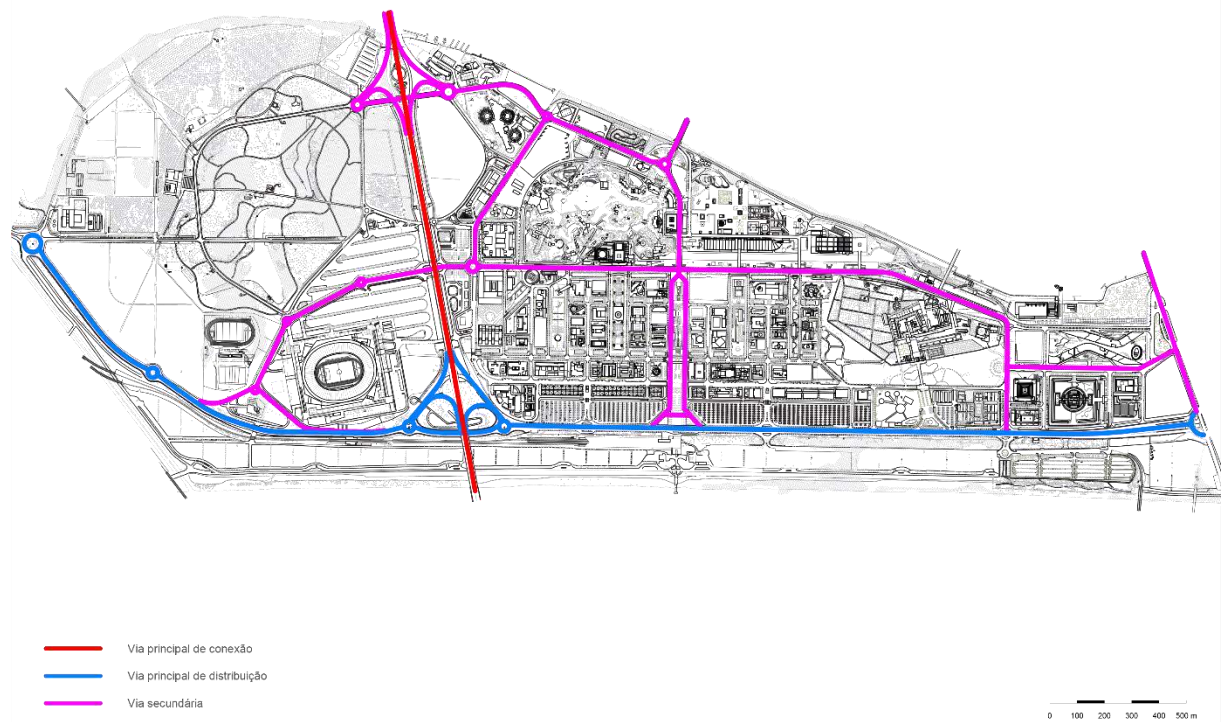


Figura 4.12 - Planta de análise de vias de comunicação

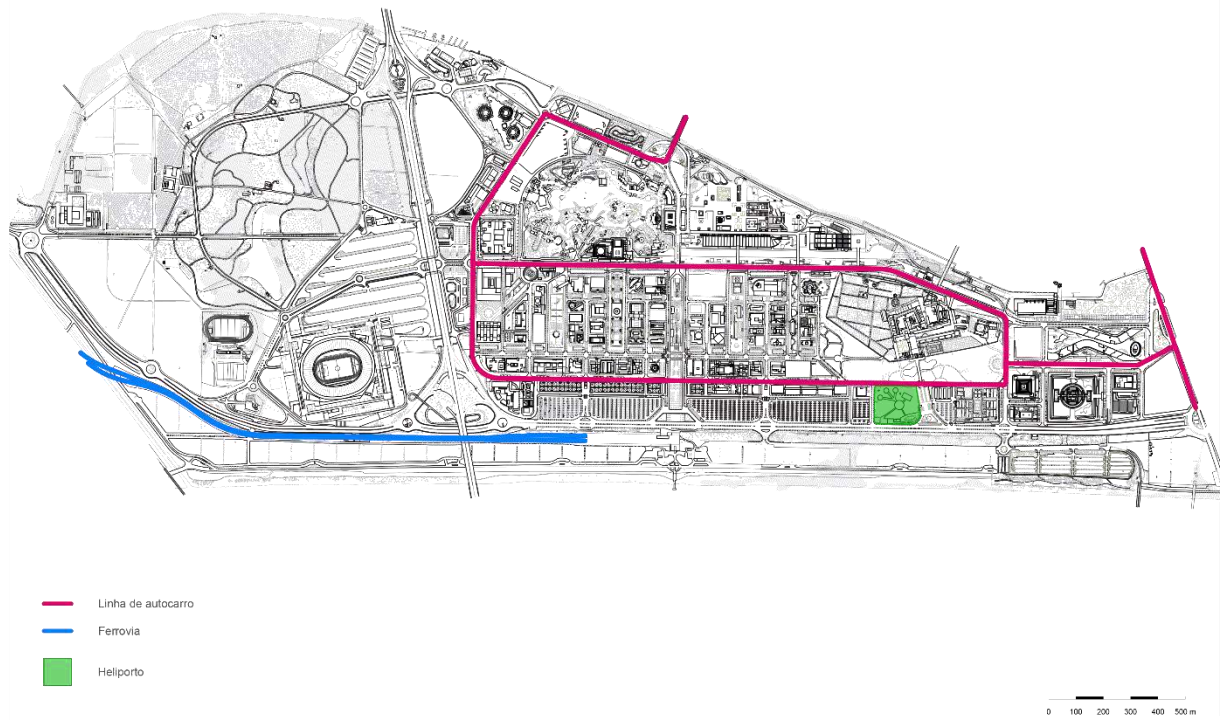


Figura 4.14 - Planta de análise de transportes



Figura 4.13 - Planta de análise pedonal-ciclovias

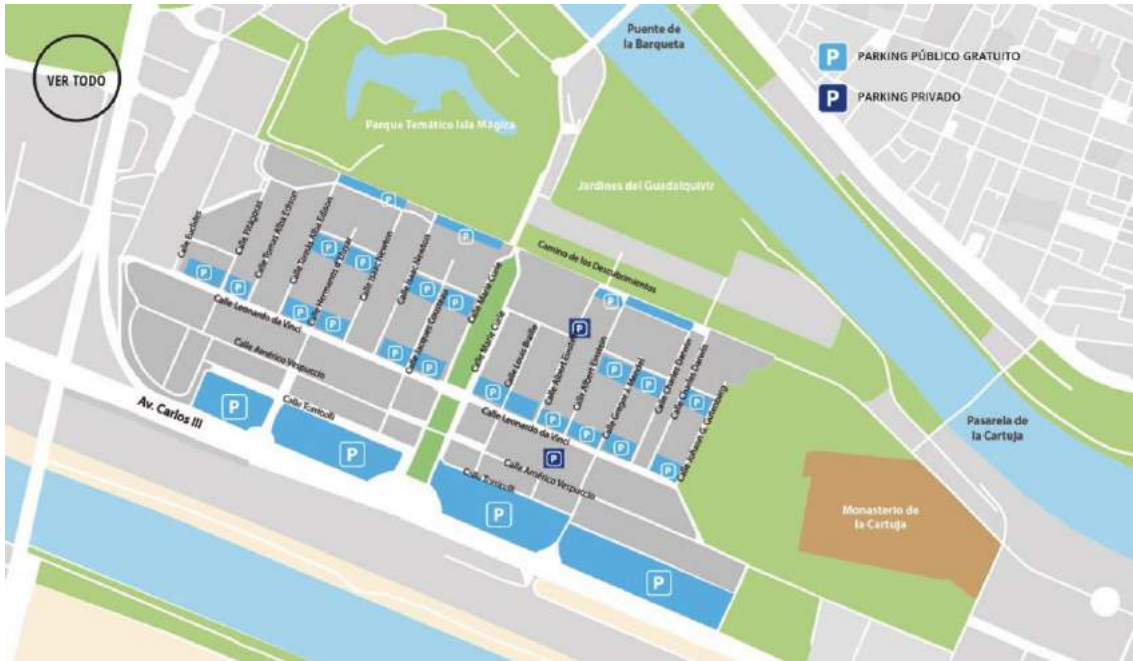


Figura 4.15 - Planta de estacionamentos.
 Fonte - <https://www.pctcartuja.es/mapa-servicios.html> consultado a 08/09/2021



Figura 4.16 - Estação ferroviária de La Cartuja.
 Fonte - <https://legadoexposevilla.org/visita-al-legado-ferroviario-de-la-expo92/> consultado a 08/09/2021

Por outro lado, a manifestação mais evidente do desejo de integração do tecido abandonado de Cartuja no contexto urbano sevilhano que a acolhe traduz-se na concretização de seis novas pontes, acrescentadas às já três existentes, que, para além de permitirem melhorar acessibilidades, correspondem à cristalização de um desígnio político que pretendia dotá-las de uma representação simbólica da Exposição Universal. Desta forma, é facilitada tanto a relação metropolitana como a aproximação da cidade ao rio ao mesmo tempo que é vencida a distância por ele imposta (Expo '92 Sevilla: arquitectura y diseño, 1992)

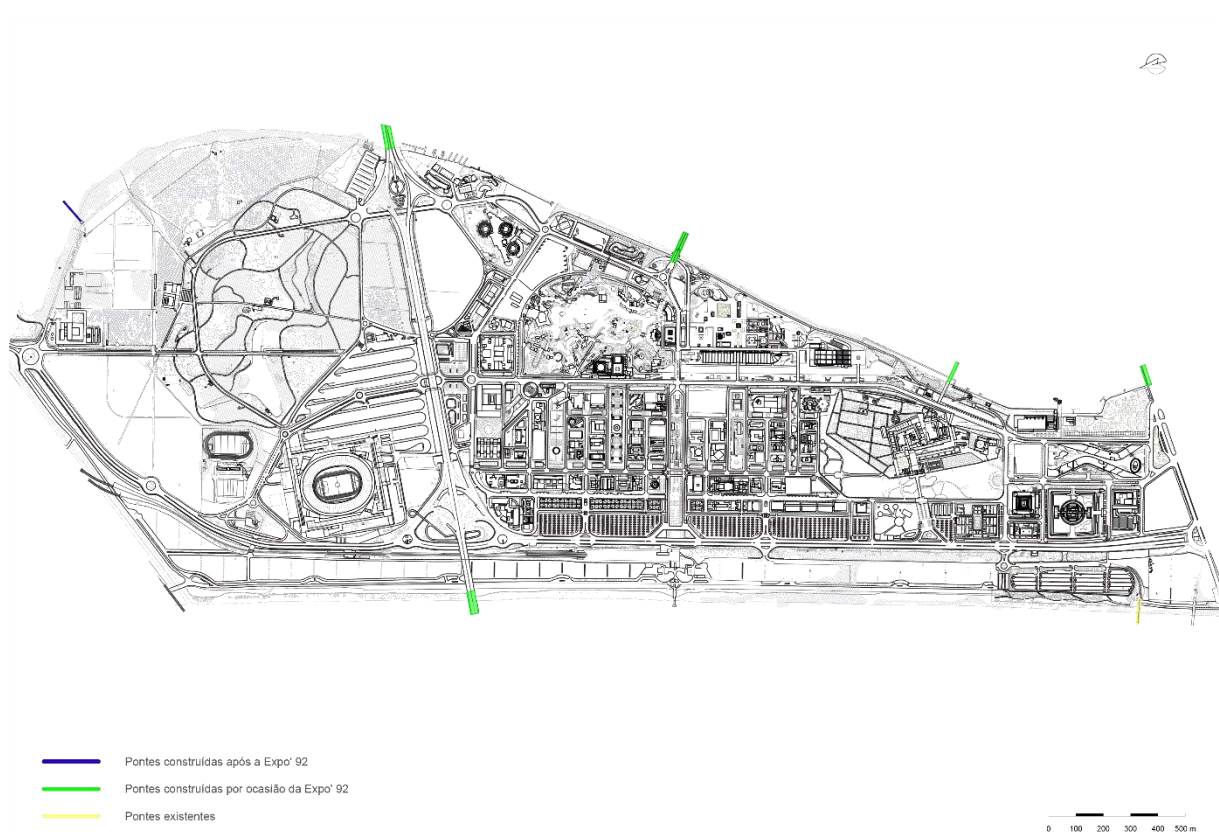


Figura 4.17 - Planta de análise de pontes

Como outro desafio imposto ao planeamento da Expo '92 surge a liberdade criativa que é concedida à conceção dos distintos pavilhões presentes na mesma, que possibilitou a cada nação a idealização e concretização do seu próprio espaço na Exposição, expressando, através da sua plasticidade, a representação da imagem que pretendia dar a conhecer ao mundo. Desta forma, a Exposição foi dotada não só de um desejo de partilha cultural como de uma vontade de atrair interesse internacional e consequentes investimentos que possibilitassem o progresso da cidade de Sevilha e a sua afirmação a uma escala global (Expo '92 Sevilla: arquitectura y diseño, 1992)



- | | | | |
|---|---|------------------------------------|---------------------------------------|
| 1 Puerta itálica | 36 Pasarelas plaza del Agua | 71 Pabellón de Israel | 106 Pabellón de Marruecos |
| 2 Edificio Plaza de América | 37 Edificio Plaza de Africa | 72 Pabellón de la India | 107 Pabellón de Omán |
| 3 Pabellón de las Naciones Unidas | 38 Pabellón de las Islas del Pacífico Sur | 73 Pabellón de la Santa Sede | 108 Pabellón de Kuwait |
| 4 Pabellón de Euskadi | 39 Tierras del Jerez | 74 Pabellón de Hungría | 109 Pabellón de Mauritania |
| 5 Pabellón de Cataluña | 40 Central de Apoyo a Espectáculos | 75 Pabellón de Austria | 110 Pabellón de Túnez |
| 6 Central de Limpieza | 41 Pabellón de Australia | 76 Pabellón de Suecia | 111 Pabellón de Emiratos Arabes unid |
| 7 Pabellón de Galicia | 42 Pabellón de Filipinas e Indonesia | 77 Pabellón de Finlandia | 112 Pabellón de Argelia |
| 8 Pabellón de Asturias | 43 Pabellón de Malasia | 78 Pabellón de Noruega | 113 Pabellón de las Artes |
| 9 Pabellón de Cantabria | 44 Pabellón de Singapur | 79 Pabellón de Siemens | 114 Pabellón de la Naturaleza |
| 10 Pabellón de La Rioja | 45 Pabellón de Tailandia | 80 Avenida de las Palmeras | 115 Puente de La Cartuja |
| 11 Pabellón de Murcia | 46 Pabellón de Pakistán | 81 El Palenque | 116 Puerta Cartuja |
| 12 Pabellón de La Comunidad Valenciana | 47 Pabellón de Chipre | 82 Pabellón de Checoslovaquia | 117 Cartuja de Santa María de las Cue |
| 13 Pabellón de Aragón | 48 Pabellón de Estados Unidos | 83 Pabellón de Suiza | 118 Pabellón del Siglo XV |
| 14 Pabellón de Castilla-La Mancha | 49 Edificios de Servicio | 84 Pabellón de Fujitsu | 119 Parque de La Cartuja |
| 15 Hotel Central Hispano | 50 Avenida 1 | 85 Pabellón de la ONCE | 120 Pabellón de al Navegación |
| 16 Teatro Central Hispano | 51 Pabellón de México | 86 Pabellón de Canadá | 121 Puerta Triana |
| 17 Cine Expo | 52 Pabellón de Perto Rico | 87 Pabellón de Venezuela | 122 Pabellón de los Descubrimientos |
| 18 Pabellón de Canarias | 53 Pabellón de Corea | 88 Avenida 4 | 123 World Trade Center Expo' 92 |
| 19 Pabellón de Navarra | 54 Pabellón de Rank Xerox | 89 Pabellón de Rusia | 124 Centro de Prensa |
| 20 Pabellón de Extremadura | 55 Pabellón de Turquía | 90 Pabellón de Caribe | 125 Torre Triana |
| 21 Pabellón de Baleares | 56 Pabellón de Nueva Zelanda | 91 Pabellón de Chile | 126 Redesa |
| 22 Pabellón de Madrid | 57 Pabellón de Francia | 92 Pabellón de Rumania | 127 Subestaciones eléctricas S1y S3 |
| 23 Pabellón de Castilla y León | 58 Pabellón de Bélgica | 93 Pabellón de Yugoslavia | 138 Puente de La Barqueta-Mapfre |
| 24 Pabellón de Analuía | 59 Pabellón de Holanda | 94 Pabellón de Cuba | |
| 25 Paseo del Lago | 60 Pabellón de Irlanda | 95 Pabellón de Mónaco | |
| 26 Puerta Barqueta | 61 Pabellón de Luxemburgo | 96 Pabellón de Sri Lanka | |
| 27 Esclusa | 62 Pabellón del Reino Unido | 97 Pabellón de Países Arabes | |
| 28 Pabellón de Cruzcampo | 63 Pabellón de España | 98 Pabellón de Polonia y Bulgaria | |
| 29 Pabellón Tecnología de la Televisión | 64 Pabellón de La comunidad Europea | 99 Pabellón de china | |
| 30 Pabellón del COI | 65 Avenida Europa | 100 Pabellón de la Cruz Roja | |
| 31 Pasarela del Lago | 66 Pabellón de Portugal | 101 Pabellón de Papúa Nueva Guinea | |
| 32 Jarín del Guadalquivir | 67 Pabellón de Italia | 102 Pabellón de Sudáfrica | |
| 33 Edificio Plaza del Futuro | 68 Pabellón de Grecia | 103 Pabellón de Arabia Saudí | |
| 34 El Auditprio | 69 Pabellón Dinamarca | 104 Avenida 5 | |
| 35 Plaza del Agua | 70 Pabellón de Alemania | 105 Pabellón de Japón | |

Figura 4.18 - Mapa da Expo'92 Sevilha – Adaptado (Expo '92 Sevilla: arquitectura y diseño, 1992)

Como consequência de semelhante liberdade criativa concedida a cada nação para a conexão da sua representação na Exposição Universal de Sevilha, em 1992, e a diversidade a nível arquitetónico que tal decisão implicaria, foi necessário idealizar um elemento que assumisse o papel unificador entre a diversidade imposta e é neste sentido que o espaço público

ganha uma dimensão notória como questão central da reflexão da proposta para a Expo. Assim, com o intuito de tornar coesas as distintas manifestações culturais, uma das diretrizes assumidas foi a idealização de uma solução que se expressasse como elemento conciliador e unificador. Deste modo, o desenho do espaço público assumiu um papel crucial como fundamento da proposta, através do desenho de espaços comuns, ajardinados, nos quais a água e a vegetação desempenhavam um papel primordial. Assim, tanto as margens do rio como as fontes ou as pérgulas vegetais bem como o vasto plano de arborização, que fornece áreas de sombreamento natural, foram ganhando forma, o que permitiu não só qualificar o espaço público como abordar a questão do clima de Sevilha, que apresenta uma luz intensa e temperaturas elevadas, durante o período do Verão (Expo '92 Sevilla: arquitectura y diseño, 1992).

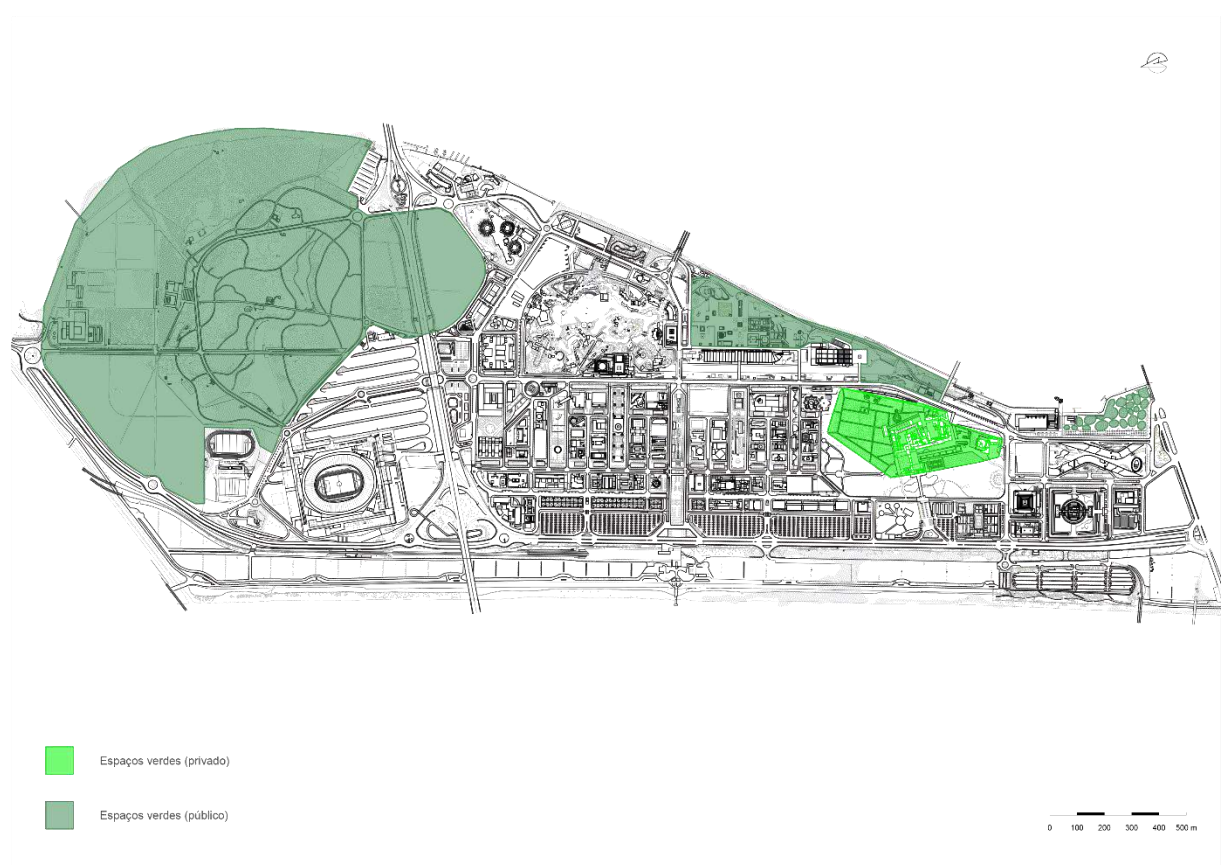


Figura 4.19 - Planta de análise de verdes



Figura 4.20 - Planta de cheios e vazios

Como nos é possível compreender, com o decorrer do tempo, a Isla Cartuja foi sendo deli-
neada até revelar o desenho que, nos dias de hoje, nos chega (Ver anexo B). A Exposição Uni-
versal de 1992 foi, sem dúvida, o estímulo que viabilizou a transformação urbana de um lugar
outrora abandonado que pertencia, até então, a uma Sevilha pequena, meridional e pouco
desenvolvida (Expo '92 Sevilla: arquitectura y diseño, 1992). De facto, para Sevilha, “ (...) *tanto*
la Exposición Iberoamericana de 1929 como la Universal de 1992 han sido las piezas estrategicas con
las que cabe decir que se ha producido todo el dinamismo positivo de transformación de la ciudad a lo
largo del siglo XX” (Expo '92 Sevilla: arquitectura y diseño, 1992) No entanto, mais do que a
Exposição Ibero-Americana para primeira metade do século, “ (...) *la Exposición Universal de*
1992 ha sido (...) la estrategia en la que se ha sustentado la transformación urbana operada a las puertas
del siglo XXI (...)” (Expo '92 Sevilla: arquitectura y diseño, 1992).

Contudo, apesar de a Expo '92 ser vista como o impulso económico e cultural imprescin-
dível ao desenvolvimento de Sevilha e ter sido idealizada como uma situação excecional que
proporcionaria a regeneração do seu tecido, fundamentada numa estratégia de carácter per-
manente, que venceria o tempo para além da celebração, o facto é que a Exposição traçou uma

nova realidade que embora se tenha dedicado à resolução de problemas emergentes próprios do tempo em que se enquadrou, acabou por suscitar tensões territoriais que os anos que se seguiram tiveram, indiscutivelmente, que abordar.

Foram revelados momentos de conflito que tornavam obrigatória uma nova reflexão acerca da integração da nova realidade urbana no tecido histórico que a precedia. Por este motivo, embora a Expo '92 tenha almejado a visão do contexto urbano para lá da Exposição, não é menos verdade que tenha oferecido momentos de tensão que sugerem a efemeridade própria de uma estratégia que não teria considerado o momento pós-encerramento e a revitalização da velha cidade de Sevilha, para a qual a Expo trouxe escassos benefícios.

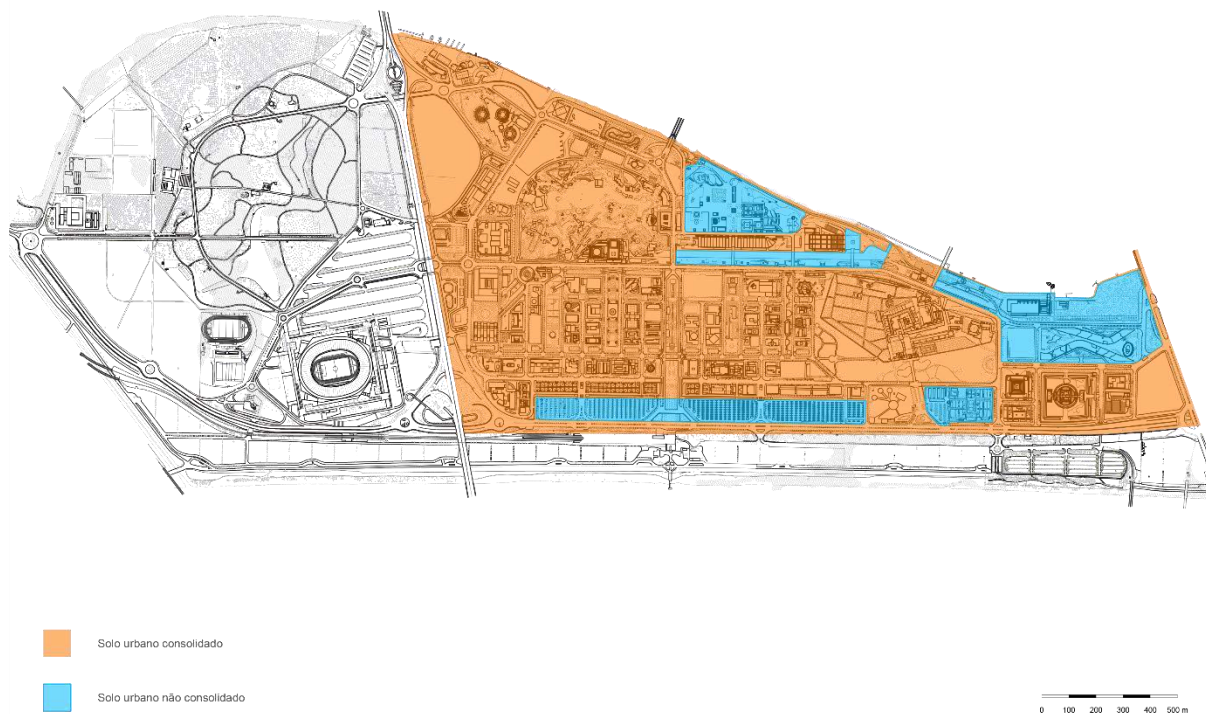


Figura 4.22 - Planta de análise de solos

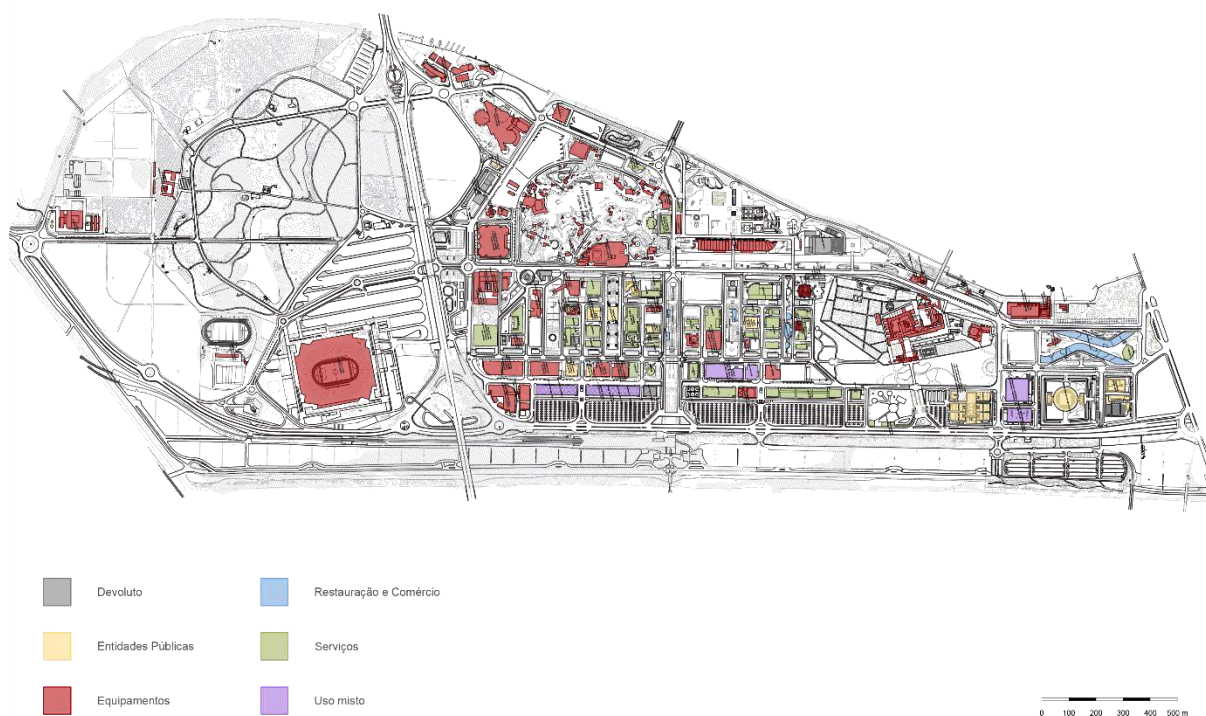


Figura 4.21 - Planta de análise de usos

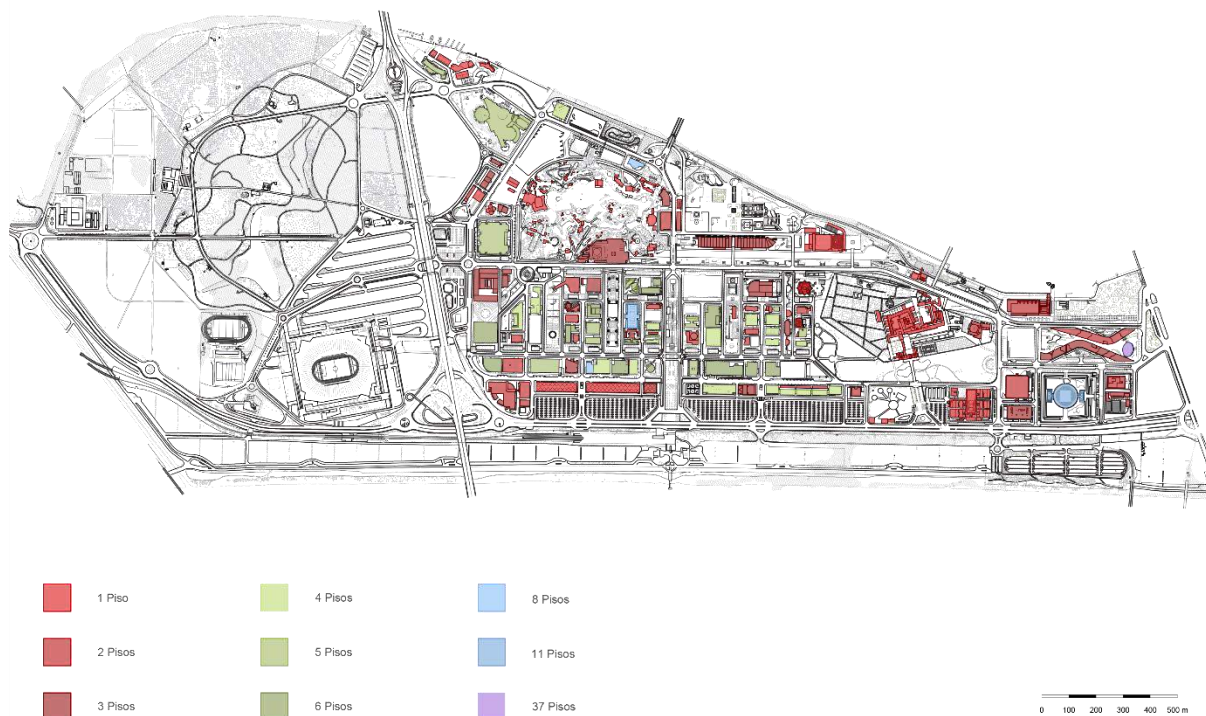


Figura 4.24 - Planta de análise de altimetrias

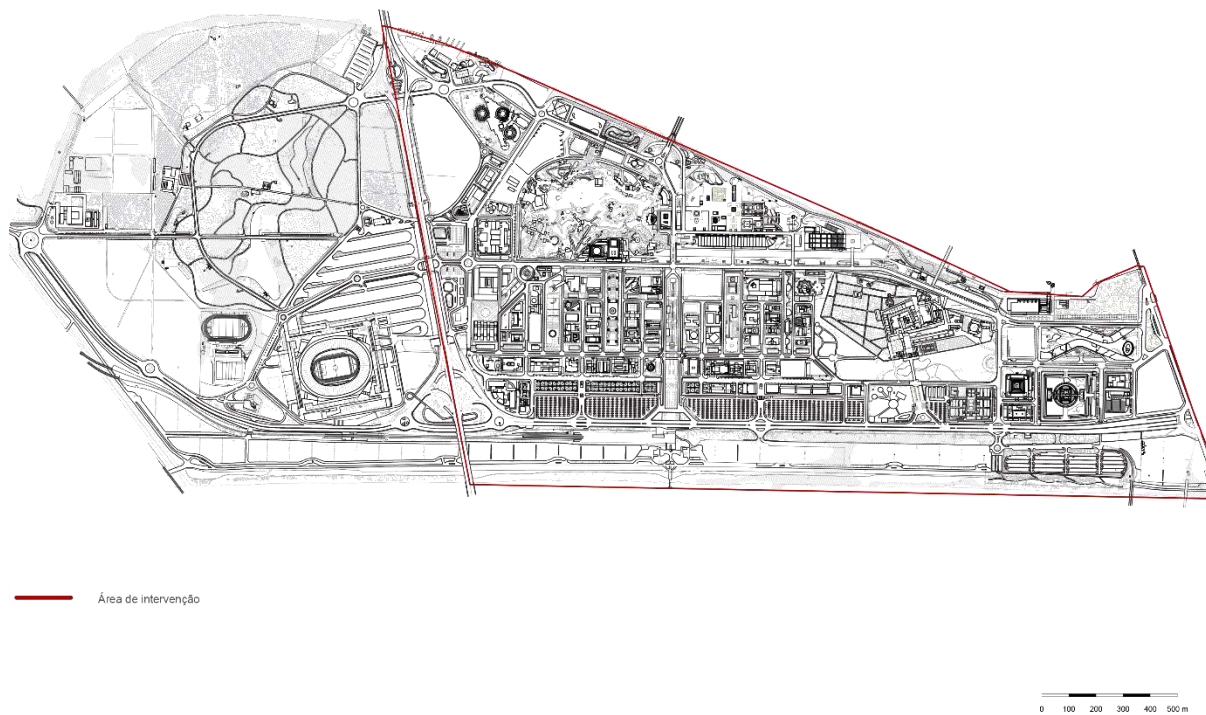


Figura 4.23 - Área de intervenção



Figura 4.25 - Ortofotografia Isla de la Cartuja (2021).
Fonte - <http://maps.google.pt/> consultado a 06/08/2021

4.3 Proposta de intervenção

Através de um discurso crítico no tempo presente, é-nos possível considerar que na visão estratégica delineada pela proposta de regeneração urbana para o lugar da Isla de La Cartuja, foi, desde o início, negligenciado um dos traços característicos desta forma de abordar o contexto urbano, que se traduz numa intervenção sobre o lugar sem esquecer a singularidade que lhe é própria. Embora, tenha sido reconhecida, desde os primórdios, a situação singular que o lugar oferecia, tanto pela sua dimensão simbólica como histórica no domínio da cidade de Sevilha, observamos que a reflexão sobre essas dimensões não se encontra refletida no desenho do lugar. De facto, Cartuja descobre-se um sítio despovoado até ao ano de 1400, data em que assiste à edificação do Mosteiro de Las Cuevas, para acolher os devotos da religião. E assim permaneceu até finais dos anos 80 do século XX, desenhando um lugar de exceção devido à sua situação de isolamento em relação à agitada cidade de Sevilha, que o envolve (**Ver Anexo B - Figura B.5 - Ortofotografia de Anladucia (1985)** Fonte - <https://www.juntadeandalucia.es/institutodeestadisticaycartografia/temas/index-car.htm>). É-nos, assim, possível afirmar que a singularidade de Cartuja se encontra estreitamente associada a uma atmosfera própria de um lugar de recolhimento, reflexão, de isolamento em relação ao exterior.

Sugerimos, por este motivo, através de uma estratégia de RU devolver ao lugar, tanto quanto possível, uma reminiscência da sua atmosfera primitiva como um lugar de exceção na cidade. Desta forma, propomos pensar o lugar como um jardim urbano de grandes dimensões que acolha tanto o edificado existente, bem como o novo proposto, sendo idealizado o traçado de distintos espaços verdes e diferenciados espaços públicos que permitam novas permeabilidades e a introdução de relações dinâmicas entre os edifícios.

Com a intenção de restituir a atmosfera de reclusão que tornou apelativo o lugar de Cartuja como espaço de eleição para a construção do Mosteiro de Las Cuevas, consideramos, protegendo o edificado classificado, dotar o traçado imediato à periferia do Mosteiro de um denso parque verde que permita conservar a quietude do lugar e sirva como um momento de contraponto ao agitado tecido envolvente, permitindo o desenvolvimento de atividades ao ar livre. Em torno do Mosteiro, propomos a edificação de construções pontuais que permitam o desenvolvimento de atividades no espaço, bem como de construções dedicadas ao uso habitacional que não contrariem a atmosfera do lugar, mas que possam facultar novas vivências.

Ainda, suportado por esta conceção de um parque urbano que acolhe as vivências que nele se desenrolam, assumimos o objetivo de aumentar a massa arbórea e densificar a vegetação em torno de toda a Isla, ao longo do rio, para construir esta ideia de lugar de exceção em relação à cidade, de isolamento e de mistério apenas revelado se percorrermos o seu interior. Assumindo, como momentos de exceção, as vias que permitem concretizar uma ligação tanto física, quanto simbólica, entre lugares opostos da ilha que permitam espreitar o rio como pano de fundo. Ainda, ao longo do rio, consideramos o desenvolvimento e a reabilitação de edificado dedicando-o a atividades, sobretudo náuticas, que possam usufruir desta posição privilegiada de proximidade com o rio.



Figura 4.26 - Planta de análise de espaços verdes - Proposta

A par do plano de intensificação da vegetação, que contribui para o aumento das áreas de sombreamento e conseqüente atenuação do intenso calor característico da região, são propostos novos percursos pontuados por instalações de água (fontes, bebedouros,...) que permitam não só qualificar o espaço público como contribuir para a estratégia que pretende suportar as elevadas temperaturas que se fazem sentir. Desta forma, desejamos reforçar a visão estratégica da Expo '92 que se concretizou na intensificação das áreas de sombreamento natural e

solucionar uma das questões centrais no discurso da Exposição que, se encontra, no presente tempo, ainda por resolver: o espaço público.

Consideramos que a liberdade criativa que foi concedida a cada nação para através da concretização do próprio pavilhão, expressar a sua identidade ou pelo menos a identidade através da qual pretendia ser reconhecida, embora assente numa estratégia de partilha cultural e de procura de investimento internacional, traduziu-se numa diversidade arquitetónica gritante que nem o desenho do espaço público permitiu tornar coesa. Deste modo, assumimos, para o lugar de exceção que Cartuja traduz, uma estratégia assente tanto no desenho arquitetónico, e posterior venda ou arrendamento dos edifícios às nações participantes na Exposição, bem como no traçado do espaço público pela entidade que acolhia o evento, se tinha traduzido numa estratégia de intervenção urbana mais capaz que, sem se mostrar indiferente à essência do lugar, permitiria alcançar o tão desejado carácter de permanência, contrariando a efemeridade do evento.

Reconhecemos, por isso, que embora o papel do espaço público tenha sido uma questão central na discussão do traçado da proposta para a Expo '92, tal intenção não se encontra refletida no desenho urbano, uma vez que, apesar de se encontrarem manifestas distintas expressões de espaços comuns, na dimensão atual, a tão característica vivência de Sevilha e das suas ruas não se encontra presente na Isla. Os espaços dispostos são vividos enquanto experiências pontuais, que se traduzem num palco para a realização de movimentos pendulares ou ocasionalmente disfrutados nas pausas laborais ou, ainda, nas alturas em que o parque temático Isla Mágica se concretiza na principal atração turística.

Propomos, assim, evidenciar a expressão do espaço público no tecido urbano, seguindo a visão proposta e concretizada para a Expo '92, na qual a água e a vegetação assumem um papel primordial, mas dotá-lo de uma vivência não concretizada. Vivência essa que consideramos característica tanto na cultura da cidade de Sevilha como na de outras cidades espanholas, que se caracterizam por uma visão do espaço público como o espaço privilegiado para o desenvolvimento da vida quotidiana. Sugerimos, assim, adicionar ao espaço público existente de novos espaços comuns e novas construções como cafés, esplanadas, bares,... que permitam estimular novas formas de o experienciar.



Figura 4.27 - Planta de análise cheios e vazios - Proposta

Embora, como anteriormente afirmado, se pretenda restituir a atmosfera de recolhimento própria do lugar, não nos é possível deixar de assegurar as ligações entre o interior do lugar com a cidade que o envolve, afirmando-se as mesmas vitais para o seu adequado funcionamento. Ligações essas que se afirmam, de resto, a grande concretização da Exposição. É, nesta conceção que consideramos que das intenções idealizadas para a Expo '92, a que se provou eficazmente materializada foi a integração do lugar de Cartuja no tecido urbano que a acolhe, através do traçado da complexa rede de infraestruturas previamente abordada. Nos dias que decorrem é, ainda, notório o impacto que o desenho dessa mesma rede teve no lugar, dotando-o de distintas redes de comunicação, viárias, pedonais e de transportes (rodoviários e ferroviários), que permitiram promover e reforçar o diálogo entre a Isla e a sua envolvente, suprimindo, deste modo, a carência de ligação que a sua situação de isolamento fazia perdurar no tempo. Assim, parece-nos indiscutível que o desejo primordial de integração do território no contexto urbano da cidade de Sevilha e o desenho de uma ligação que aproximasse o território a Norte e a Sul de Andaluzia se encontra refletido no traçado do lugar.

Deste modo, o desenho das vias urbanas prova-se eficaz no domínio da estratégia de planeamento urbano pela Exposição idealizada, propondo-se apenas o redesenho de algumas vias com a intenção de delinear uma malha urbana que permita facilitar a circulação, tanto rodoviária quanto pedonal, e a afirmação de eixos de ligação paralelos à Rua Marie Curie, que é o eixo de força maior no desenho do espaço, para reforçar a ligação entre as margens do rio e contribuir para a organização do espaço.



Figura 4.28 - Planta de análise de vias de comunicação - Proposta

Propomos redesenhar as soluções de estacionamento, para que libertem os lugares singulares à margem do rio, para que se possam usufruir outros usos do mesmo. Para além do redesenho do estacionamento ao ar livre, propomos a construção de silos automóveis que possam acolher a grande afluência ao lugar, bem como estacionamento subterrâneo.

Quanto à expressão das pontes no desenho do lugar, pretendemos reforçar a dimensão simbólica que a Expo '92 cristalizou, como representação da ligação que ambiciona unificar todo o território da Andaluzia. Assim, propomos que as ligações realizadas pelas pontes sejam renovadas de forma que traduzam corredores verdes que nascem no interior da cidade de Sevilha e desembocam em novos jardins na Isla de la Cartuja. Considerámos, por isso, estudar

a possibilidade de reforçar o desígnio das pontes como símbolo da Expo '92, tornando-as passíveis de serem, todas elas, percorriáveis por ciclovias e caminhos pedonais, reaproximando, ainda mais, a envolvente do seu interior. A par do estudo de idêntica possibilidade, sugerimos, à semelhança da idealização do projeto do grupo MVRDV para a cidade de Seul, com o SEOULLO Skygarden, dotar as pontes de elementos verdes que possibilitem harmonizar a transição, dotando-as de momentos de sombreamento e descanso, para que não só de uma mera ligação se tratem mas também de um momento de paragem que ofereça distintas perspetivas sobre o histórico rio Guadalquivir.



Figura 4.29 - Projecto SEOULLO Skygarden 1.

Fonte https://www.archdaily.com.br/br/888239/seoulo-skygarden-mvrdv?ad_medium=gallery consultado a 05/09/2021



Figura 4.31 - Projecto SEOULLO Skygarden 2.
Fonte - https://www.archdaily.com.br/br/888239/seoullo-skygarden-mvrdv?ad_medium=gallery consultado a 05/09/2021



Figura 4.31- Projecto SEOULLO Skygarden 3.
Fonte - https://www.archdaily.com.br/br/888239/seoullo-skygarden-mvrdv?ad_medium=gallery consultado a 05/09/2021

Com o intuito de desenvolver o tecido urbano através de um desígnio maioritariamente concretizado na instalação de um conjunto edificado dedicado ao progresso, à ciência, à tecnologia e à investigação, o evento da Expo '92 possibilitou atrair interesse e investimento económico que, se por um lado, proporcionou o investimento necessário à evolução do lugar através da edificação de construções que servem semelhantes propósitos, por outro, dotou-o, maioritariamente, de atividades laborais que se concretizam na instalação de empresas, de comércio e de serviços, a par de construções para uso educacional, que fizeram com que a Isla Cartuja embora durante o dia se concretize no desenvolvimento de semelhantes atividades, durante a noite, se torne num lugar sem vida sempre que os edifícios vocacionados para os referidos propósitos encerram. A par desta corrente de progresso científico, de investigação e educação, o lugar assumiu também um forte carácter lúdico, sobretudo através da construção do parque temático Isla Mágica, tornando-se num espaço de atração turística que depende das vivências ocasionais daqueles que o visitam.

Por este motivo, embora pretendamos manter esta predisposição do edificado construído voltado para o progresso, a ciência e a tecnologia, concretizada em edifícios de investigação e educação, sugerimos a construção de dois campus que permitam reorganizar o edificado: um dos quais universitário, no qual possam coexistir diferentes ensinamentos com distintos propósitos, e o restante de investigação, dotado não só de empreendimentos para esse fim como de instalações necessárias ao suporte de semelhantes atividades. Assim, sugerimos manter empresas, comércio e serviços que sustentem a proposta programática, bem como introduzir equipamentos que ofereçam uma diversidade tanto a nível da oferta cultural (museus, bibliotecas, livrarias, ...) quanto a nível da oferta lúdica, com a instalação de equipamentos que permitam o desenvolvimento de atividades recreativas e desportivas.

No entanto, para contrariar a tendência da vivência ocasional da Isla sustentada apenas pela necessidade da satisfação de obrigações laborais, educacionais, e, casualmente, lúdicas, pretendemos introduzir edificações que permitam novas vivências, nomeadamente construções orientadas para o turismo (hotéis, hostels, pousadas, ...) e construções que complementem estes espaços, como cafetarias, bares, discotecas,...

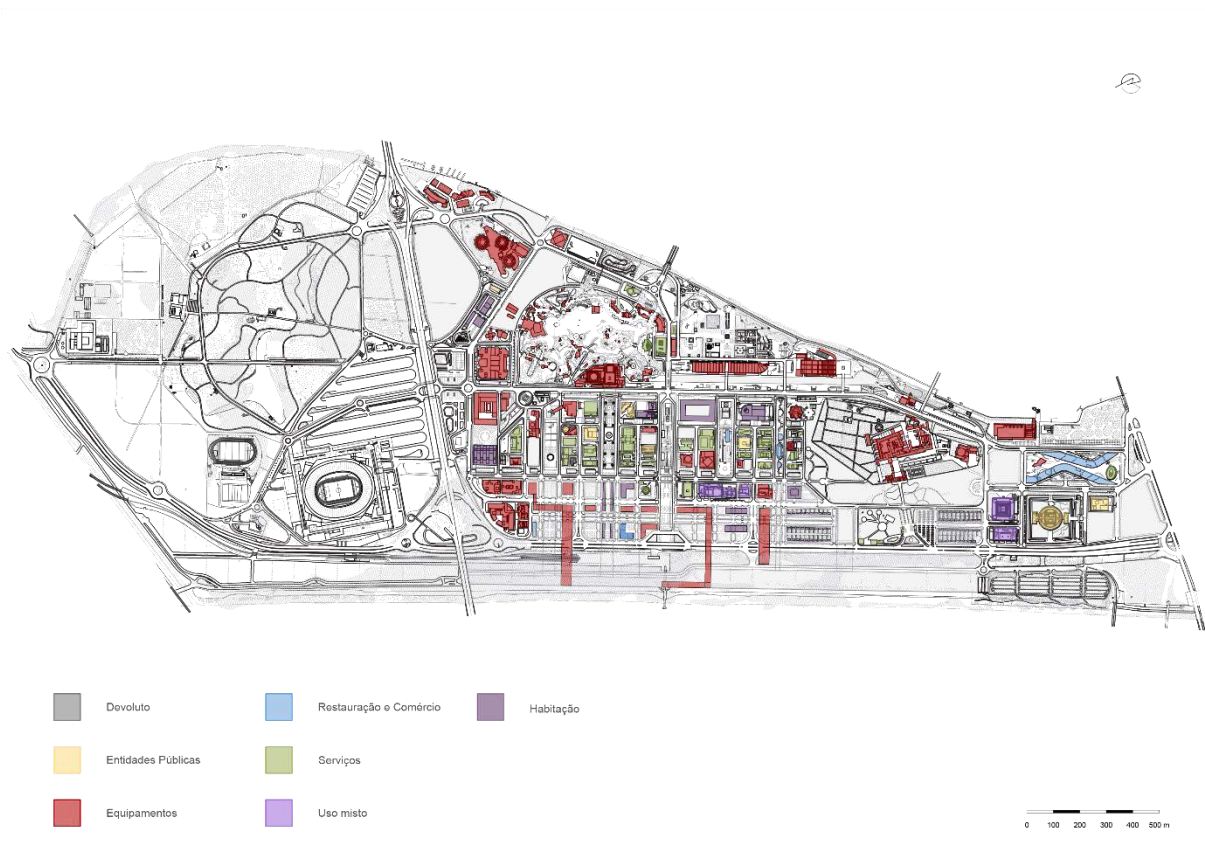


Figura 4.32 - Planta de análise de usos - Proposta

Sugere-se, nesta corrente de pensamento, que parte do edificado seja reabilitado e novas construções sejam desenhadas, para acomodar habitações de distintas tipologias que permitam acolher agregados familiares de diferentes constituições e introduzam uma dinâmica que possibilite novas vivências no espaço para que este seja passível de ser experienciado em todas as ocasiões que o dia oferece e que façam da Isla Cartuja não apenas um lugar de passagem mas um lugar de permanência.

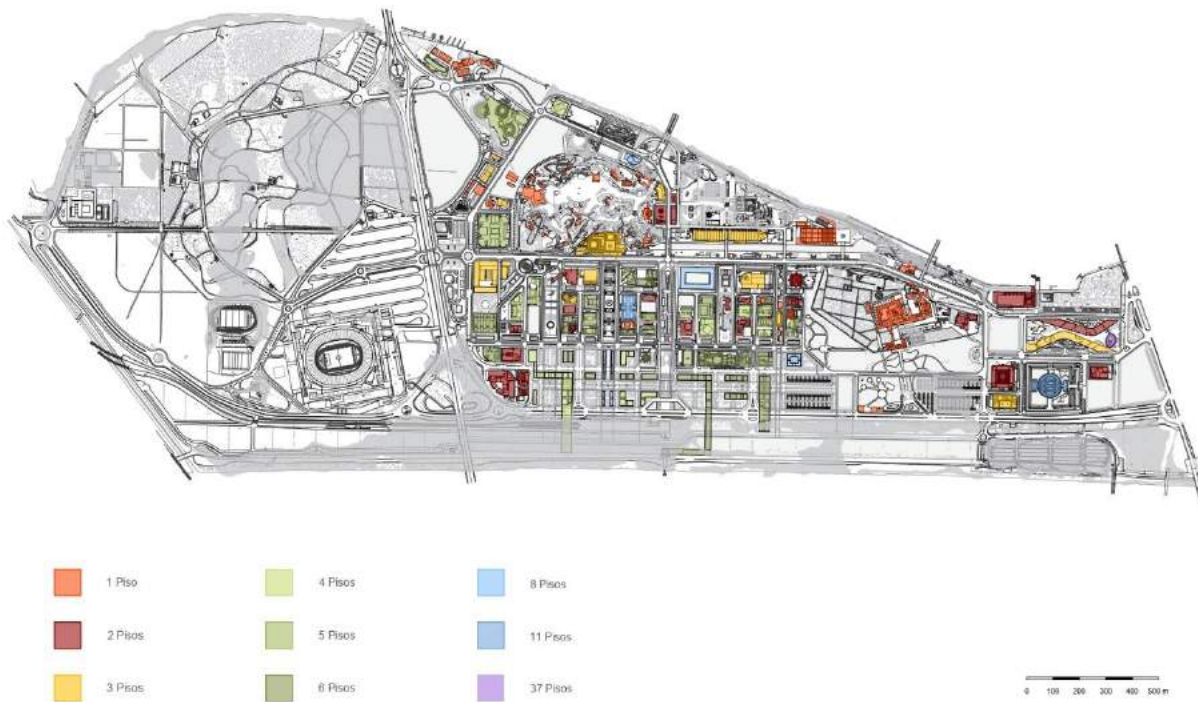


Figura 4.34 - Planta de análise de altimetrias - Proposta

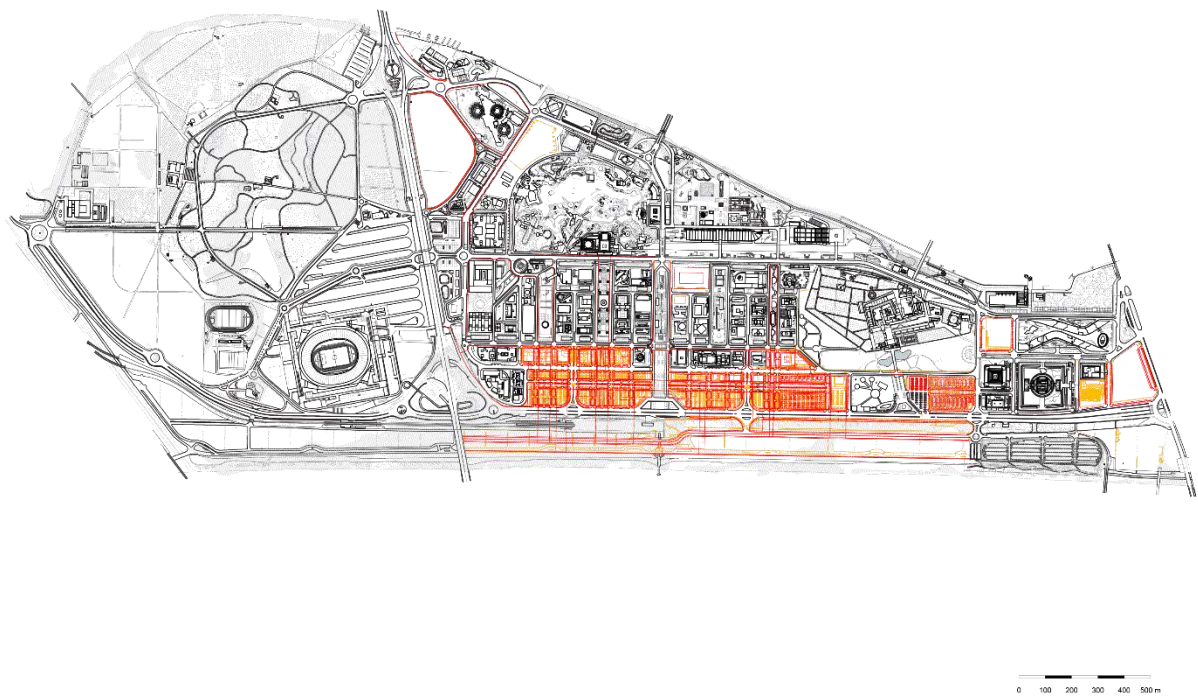


Figura 4.33 - Planta de análise vermelhos e amarelos - Proposta

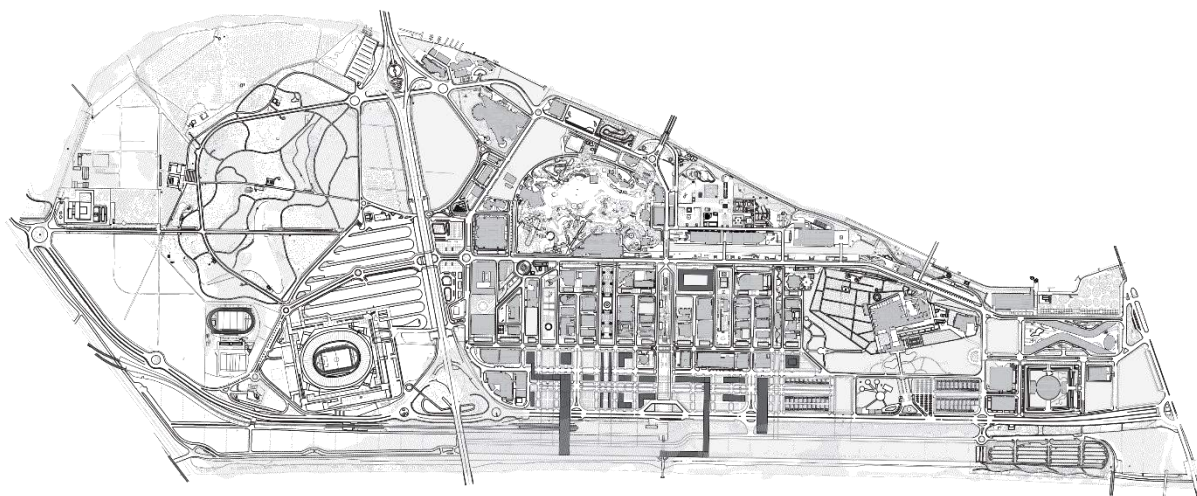


Figura 4.35 - Proposta de regeneração urbana

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como forma de conclusão, é-nos possível afirmar que a cidade é uma construção complexa, caracterizada tanto pela dimensão física do lugar como pela sua dimensão simbólica, uma vez que nela se fazem representar relações por ela determinadas, ao mesmo tempo que as relações que se estabelecem entre indivíduos e entre estes e o espaço a constroem. Para além da complexidade patente nesta dualidade, em que o espaço permite relações ao mesmo tempo que as relações que nele se estabelecem impõem o seu desenho, um fator decisivo na sua construção são as distintas formas de fazer cidade, que são ditadas por um tempo e vontades próprias desse mesmo tempo, que por vezes se reforçam e por vezes se anulam ou contradizem.

O desenho da cidade é um processo nunca finito, e sempre evolutivo que traduz a sobreposição e acumulação de tecidos que responderam a diferentes tempos e distintas vontades e que não respondem, necessariamente, às mesmas carências, uma vez que as exigências de uma geração não correspondem, obrigatoriamente, a vontades de gerações anteriores. Semelhante facto contribui para o aparecimento de momentos de tensão no tecido urbano que, ou são absorvidos pela cidade consolidada ou se colocam como desafio ao planeamento da mesma, traduzidos em lugares expectantes e em descontinuidades, abordados, na presente dissertação, como espaços em declínio que desde o início da construção da cidade, se têm colocado como um desafio ao seu desenho. Tal como nós que nascemos, crescemos, evoluímos, eventualmente entramos em declínio, e morremos também a cidade assume semelhantes fases. Esta afirmação é sustentada pela visão de Mumford, que corrobora que as cidades passam por diferentes fases, através das quais evoluem e, inevitavelmente, caem em decadência.

O DU foi, então, apresentado como a manifestação de transformações indesejadas no contexto urbano, que se traduzem não apenas na sua dimensão urbana, através de descontinuidades no espaço e em lugares abandonados, como numa dimensão demográfica, económica

e social. Um lugar abandonado torna-se incapaz de se tornar atrativo à instalação de atividades e à sua representação como palco para o desenvolvimento das vivências do dia-a-dia.

Nesta perspetiva, foi possível associar uma ligação estreita entre distintos contextos urbanos que conduziram a situações de declínio do espaço e que, de forma sucinta, apontámos como a suburbanização, o desejo de expansão urbana, a perda de relevância de centros urbanos, a desindustrialização e a globalização, que refletem tendências demográficas, económicas e sociais, como a perda de população, a perda de trabalho e o aumento da pobreza, respetivamente.

Como forma de reflexão acerca dos lugares em declínio surgem, ao longo do tempo, novas formas de abordagem ao contexto urbano que se traduzem em operações urbanas e que, pelo seu nível de intervenção e escala de abordagem, se distinguem como as reconhecidas renovação urbana, reestruturação urbana, reabilitação urbana, revitalização urbana e regeneração urbana, esta última assumida, na presente dissertação, como forma eficaz de atuar sobre as situações de declínio.

A regeneração é, desta forma, apresentada como uma estratégia de intervenção urbana dotada de uma complexidade inerente a uma visão holística e integrada de abordar o tecido degenerado, incidindo sobre o mesmo em todas as suas dimensões, tanto morfológicas, como demográficas, económicas e sociais, reconhecendo a singularidade própria de cada lugar, e reintegrando-o na malha urbana consolidada.

Como estratégias que proporcionam a regeneração do tecido urbano, são apresentadas, no presente trabalho, as Exposições Internacionais que se oferecem como eventos culturais de grandes dimensões e que se caracterizam por serem manifestações marcadamente simbólicas e representacionais, assentes num desígnio da representação de uma identidade através da qual as nações se pretendem dar a conhecer. Desta forma, e por se apresentarem como eventos de grandes dimensões e atraírem interesse e investimento internacional, constituem-se como visões estratégicas de regenerar tecidos degradados na cidade tornando-os palco para acolher semelhantes eventos e, desta forma, se transformarem.

Como casos de estudo, foram apresentadas as Exposições de '92, em Sevilha, e a de '98, na cidade de Lisboa, exemplos distintos que culminaram em contextos urbanos, também eles, diferenciados, recorrendo ao mesmo tipo de evento, com o propósito de se fazerem representar como cidades pertencentes a países em situação de desenvolvimento e progresso, que, de forma não fortuita, elegem tecidos com forte carga histórica com a intenção de os colocarem

no centro da reflexão acerca dos espaços obsoletos das cidades, recorrendo às Exposições como força impulsionadora de transformação dessas áreas degradadas.

Assim, a Exposição de '92, na cidade de Sevilha, é reflexo de um desejo de dar a conhecer a imagem de um país em desenvolvimento que elege o lugar da Isla Cartuja como pretexto para intervir sobre um tecido abandonado, a curta distância do centro histórico de Sevilha. O evento traça uma vontade estratégica de abordagem ao contexto urbano que implicou a coordenação entre a plasticidade, que tanto a arquitetura como o planeamento proporcionaram, e a engenharia, que permitiu a concretização de obras hidráulicas que possibilitaram a aproximação da cidade ao rio de Guadalquivir, vencendo novas distâncias e proporcionando um vasto território de que a proposta de intervenção pôde usufruir.

A Expo '92 é reflexo de um desígnio político que pretendia aproximar as regiões a Norte e a Sul do vasto território de Andaluzia, que, como vimos, se provou concretizado com a integração do lugar de Cartuja na cidade que o acolhe e com a comunicação que permitiu estabelecer entre os espaços envolventes. No entanto, e apesar de ter possibilitado a transformação da área banhada pelo rio Guadalquivir, proporcionando a regeneração urbana da cidade e dotando-o de distintos equipamentos e serviços, consideramos que, a longo prazo, revelou momentos de tensão no tecido. Constitui-se, por este motivo, objeto central de reflexão na dissertação apresentada, consagrando-se como a área sobre a qual a proposta de regeneração urbana incide, com o intuito de restituir a sua identidade e devolvê-la ao contexto urbano da cidade de Sevilha, para que possa gerar novas vivências.

Por outro lado, a Exposição Internacional de '98, à qual a cidade de Lisboa concorreu como cidade anfitriã, com a intenção de, através da mesma, transparecer a imagem de um país moderno, provou-se como uma estratégia eficaz, uma vez que a Expo se mostrou como força dinamizadora de estratégias de intervenção de regeneração urbana que permitiram reintegrar o tecido à beira Tejo no contexto da cidade lisboeta. Desta forma, o evento, que elege o lugar contíguo à ribeira como resposta à reflexão acerca dos espaços degradados do porto de Lisboa, potenciou a transformação das áreas industriais e portuárias degradadas, concedendo à cidade de Lisboa a oportunidade de restituir a relação com o rio, antes perdida, e de reinvenção do espaço a ele contíguo, abandonado e obsoleto, culminando na transformação da parte oriental da cidade de Lisboa, que não ficou refém da efemeridade do evento.

Embora nos dias presentes se manifestem, ainda, descontinuidades no tecido resultantes da perda do propósito ancestral dos lugares à beira rio que se revelam como lugares em de-

clínio, a verdade é que a Expo '98 se assumiu como um contributo relevante não só pela transformação de espaços e vivências que proporcionou, como pelo reforço da necessidade de uma reflexão contínua, no tempo, acerca do papel de semelhantes lugares no planeamento da cidade de Lisboa.

Por último, resta-nos afirmar que as grandes Exposições Internacionais idealizadas, inicialmente, como estratégia para estimular a economia, favorecer o comércio e contribuir para o prestígio da nação que as acolhe, acabaram por se manifestar como eventos que se assumem como pretexto para regenerar o tecido degradado da cidade, através do desenvolvimento de projetos internacionais. Desta forma, as cidades que as acolhem oferecem, inevitavelmente, testemunhos, paisagens e estruturas urbanas que contam a sua presença, que se podem traduzir numa memória do que o evento foi ou tornam-se símbolos da cidade, podendo manifestar-se como simples acréscimos ou tornar-se espaços centrais da cidade. No entanto, da mesma forma que as Exposições podem denunciar testemunhos de coesão no tecido, podem oferecer, também, contextos urbanos que, no futuro, denunciem graves tensões.

Compreendemos, assim, que é incontornável o contributo que Exposições de semelhante magnitude oferecem para o desenvolvimento das cidades que as acolhem, no entanto, não é possível descurar a marca inevitável que esse evento traça no desenho da cidade e que, se não for pensado para lá do momento efémero que o evento oferece, no futuro, poderá traduzir-se numa leitura do espaço que revelará um impacto profundo a nível do desenho da cidade.

Não deixa, contudo, de ser crucial referir que as Exposições, tal como qualquer intervenção a nível do contexto urbano, se dedicam à resolução de problemas próprios do tempo em que se inserem, e embora, uma leitura do lugar a partir de uma posição crítica no tempo presente possa denotar dificuldades de integração do território sobre o qual se interveio na cidade contemporânea, tal não anula o papel potenciador da Exposição que, aquando da sua realização, procurou responder às questões que lhe foram impostas, sendo por isso, importante distanciarla e analisa-la através do contributo que concedeu, e de que forma, o tecido atual pode resolver as questões deixadas por responder. Sendo importante referir que, embora possam gerar momentos de tensão e contribuir para situações em declínio, não deixam de ser testemunhos que permitem um renovado interesse no estudo de cenários de declínio na cidade através dos quais é concedido um momento oportuno de cicatrização do tecido urbano.

BIBLIOGRAFIA

- 1992, S. E. (1992). *Expo '92 Sevilla: arquitectura y diseño*. Electa, 1992.
- A Rede do Parque das Nações – Informação Técnica. (13 de Setembro de 2018). Obtido de Climaespaço: http://www.climaespaco.pt/duplo_clima.htm
- Adía, J. (03 de Agosto de 2012). *La Expo '92, 25 Años después: Emilio Ambasz, ... Y la Sevilla que pudo ser*. Obtido em 25 de Fevereiro de 2018, de <http://juan-adia.blogspot.pt/2012/08/la-expo92-20-anos-despues-emilio-ambasz.html>
- Aguiar, J. (2007). Univer(sc)idade. Desafios e propostas de uma candidatura a património da humanidade. *Encontro organizado pelo Gabinete de Candidatura à UNESCO - Universidade de Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra e ICOMOS-Portugal*. Coimbra.
- Allen, E. (24 de March de 2017). What is the Treaty of Rome? *The Telegraph*. Obtido em 25 de Agosto de 2019, de <https://www.telegraph.co.uk/news/0/treaty-rome/>
- Barca, F. (2012). The case for regional development intervention: place-based versus place-neutral approaches. Em F. Barca, P. McCann, & A. Rodríguez-Pose.
- Beauregard, R. (2003). *Positioning Urban Theory*.
- Bonura, C. (2016). Wake up, Cartuja!, (p. 75).
- Britannica, T. E. (s.d.). *Encyclopedia Britannica, Inc*. Obtido de Web site de Encyclopedia Britannica, Inc.: <https://www.britannica.com/place/Sevilla-Spain>
- Brutomesso, R. (1991). *Waterfront: Una Nuova Frontiera Urbana, 30 progetti di riorganizzazione e riuso di aree urbane sul fronte d'acqua*. Genova: Università degli Studi di Genova, Centro Internazionale CITTA' D'AQUA.
- Carvalhos, I. M. (2006). *Os Pavilhões de Portugal e as Exposições Universais*.
- CCE. (1990). *Livro Verde do Ambiente*.
- CIP. (Maio de 2011). Fazer acontecer a Regeneração Urbana - Propostas.
- Civitalis. (s.d.). Obtido de Web Site de Civitalis: <https://www.tudosobresevilha.com/historia-sevilha>
- Como era o Parque das Nações. (2014). Obtido em 13 de Setembro de 2018, de Portal das Nações: <http://www.portaldasnacoes.pt/item/como-era-o-parque-das-nacoes/>
- Couch, C. (1990). *Urban Renewal: Theory and Practice*. Plagrave Macmillan.
- Couch, C., Fraser, C., & Percy, S. (2003). *Urban Regeneration in Europe*.
- Couch, C., Sykes, O., & Borstinghaus, W. (2011). Thirty years of urban regeneration in Britain, Germany and France: The importance of context and path dependency.
- del Junco, J., Dutschke, G., & Petrucci, M. (2008). Pasos. *The Hofstede model in the study of the impact of Sevilla Expo 92*, 6(1), pp. 27-36.
- DGOTDU. (2009). Decreto Regulamentar 9_2009.
- Durão, V. C. (2011). Revista Brasileira de Gestão Urbana. *Megaeventos em Portugal: Expo 98 e Euro 2004 – análise do pós-evento*, pp. 229-243.
- Ercan, M. A. (2010). Challenges and conflicts in achieving sustainable communities in historic neighbourhoods of Istanbul.
- Estratégia Ambiental. (2014). Obtido em 13 de Setembro de 2018, de Portal das Nações: <http://www.portaldasnacoes.pt/item/estrategia-ambiental/>
- Fernandes, A. (2014). Dinâmicas de Revitalização de Frentes Ribeirinhas no Período Pós Industrial: O Arco Ribeirinho Sul do Estuário do Tejo.
- Ferreira, C. C. (2006). *A Expo'98 e os imaginários do Portugal contemporâneo - cultura, celebração e políticas de representação*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Fidalgo, A. V. (2012). As Parcerias para a Regeneração Urbana - Uma análise comparativa.
- Figueira, J. (2010). A Expo 98 de Lisboa: projeto e legado. *ARQTEXTO*, 16, 152-163.
- Fol, S., & Cunningham-Sabot, E. (2010). URBAN DECLINE AND SHRINKING CITIES: A CRITICAL ASSESSMENT OF APPROACHES TO URBAN SHRINKAGE.
- Galopin, M. (1997). *As Exposições Internacionais do século XX e o BIE*. Lisboa: Expo'98.
- Ginot, B. (2010). Urban regeneration in Europe: State of the art and Perspectives.
- Gómez, M. J., & Martiné, E. (2016). Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles. *Sevilla in the first decade of the century: urban transformation for a new urban model*, 70, pp. 527-532.
- Guimarães, J. (2007). *Cidade Portuária, o Porto e as Suas Constantes Mutações*.

- Handelman, D. (1990). *Models and Mirrors. Towards an Anthropology of Public Events*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Infopedia. (9 de 4 de 2020). Obtido de [https://www.infopedia.pt/\\$escola-de-chicago-\(sociologia\)](https://www.infopedia.pt/$escola-de-chicago-(sociologia))
- Jacinto, R. (2013). Cidade e políticas urbanas: intervenções de regeneração na Região Centro de Portugal. *Ciclo internacional de conferências - Cidades e Globalização: Perspectivas a partir do Sul Global*. Cidade da Praia.
- Lang, T. (2005). *Insights in the British Debate about Urban Decline and Urban Regeneration*.
- León, E. N. (2017). Obtido de Junta de Andalucía - Consejería de Cultura y Patrimonio Histórico: <http://www.juntadeandalucia.es/cultura/blog/breve-historia-de-la-cartuja-de-sevilla-i-el-monasterio-de-santa-maria-de-las-cuevas/>
- Martínez, P. G. (2015). *Estudio Evolutivo y Crítico*. Obtido de El Legado de La Expo '92: <https://htca3expo92.wordpress.com/2015/05/14/dos-mundos-un-mismo-lugar/>
- Martínez, P. G. (2015). *Interpretando a los protagonistas*. Obtido de El Legado de La Expo '92: <https://htca3expo92.wordpress.com/2015/05/13/interpretando-a-los-protagonistas/>
- Martínez, P. G. (2015). *Texturas y Elementos Urbanos*. Obtido de El Legado de La Expo '92: <https://htca3expo92.wordpress.com/2015/05/18/texturas-y-elementos-urbanos/>
- Martins, N. G. (janeiro-junho de 2016). Da Representação do Mundo: as Exposições. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 357-382.
- Martins, N. G. (2016). Da Representação do Mundo: as Exposições Internacionais e a Expo'98. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 357 - 382.
- McNamara, R. (23 de Julho de 2019). *Britain's Great Exhibition of 1851*. Obtido de ThoughtCo.: <https://www.thoughtco.com/britains-great-exhibition-of-1851-1773797>
- Mendes, J. (2001). CEDOUA Doutrina. *Programa Polis: programa ou falta de programa para a requalificação das cidades*. Obtido de <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/5730/1/revcedoua7%20art.%205%20JM.pdf?ln=pt-pt>
- Mendes, L. (2013). A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo.
- Noon, D., Smith-Canham, J., & Eagland, M. (2000). Em *Economic Regeneration and Funding*.
- ORLTV, O. R. (2015). *POR Lisboa - Parcerias para a Regeneração Urbana*.
- Parque Expo'98, S.A. (1999). *Exposição Mundial de Lisboa de 1998*. Lisboa: Parque Expo'98, S.A.
- Pedrosa, J. P. (Dezembro de 2013). Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. *Parque das Nações - Abordagem Precursora ao Desenho da Cidade Sustentável*.
- Pereira, P. (Setembro de 2017). Eure. *A transformação da zona ribeirinha oriental de Lisboa: um caso de gentrificação por nova construção*, pp. 47-71.
- Pérez, V. E. (2004). *Sevilla, ciudad contemporánea a impulso de exposiciones. Proyectos Integrados de Requalificação Ambiental*. (13 de Setembro de 2018). Obtido de Portal das Nações: <http://www.portaldasnacoes.pt/item/projetos-integrados-de-requalificacao-ambiental/>
- Qué fue Expo'92?* (s.d.). Obtido em 25 de Fevereiro de 2018, de Asociación Legado ExpoSevilla: <http://www.legadoexposevilla.org/reportajes/que-fue-expo92>
- Regan, S. (2000). *Towards an Urban Renaissance: The Final Report of the Urban Task Force*. The Political Quarterly Publishing Co. Ltd.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000. (2000). *Diário da República nº112/2000, Série I-B de 2000-05-15(26/2000)*, 2106-2143. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Obtido de <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/274224/details/maximized?perPage=100&sort=whenSearchable&sortOrder=ASC%2Fen%2Fen&q=decreto-lei+95-C%2F1997>
- Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000. (15 de Maio de 2000). *Diário da República nº112/2000, Série I-B de 2000-05-15(26/2000)*, pp. 2106-2143. Obtido de <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/274224/details/maximized?perPage=100&sort=whenSearchable&sortOrder=ASC%2Fen%2Fen&q=decreto-lei+95-C%2F1997>
- Resolução do Conselho de Ministros nº15/93. (8 de Março de 1993). *Diário da República, nº 56/1993, Série I-B de 1993-03-08*, pp. 1038-1039. Obtido em 14 de Outubro de 2018, de <https://dre.pt/pesquisa-avancada/-/asearch/628831/details/maximized?perPage=100&anoDR=1993&types=SERIEI&search=Pesquisar>
- Ribeiro, P. C. (2012). A AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REGENERAÇÃO URBANA EM CONTEXTOS INTRAURBANOS.
- Rizter, G. (1999). *Enchanting a Disenchanted World. Revolutionizing the Means of Consumption*. Londres: Sage.
- Roberts, P., & Sykes, H. (2000). *Urban Regeneration: A Handbook*.
- Robson, B. (1988). *Those Inner Cities: Reconciling the Social and Economic Aims of Urban Policy*.

- Roche, M. (2000). *Mega-Events and Modernity. Olympics and Expos in the Growth of Global Culture*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Rodrigues, D. (21 de abril de 2017). Política de Coesão da União Europeia: Processos de negociação e programação. ISCTE: AD&C.
- Salgado, M. (1999). Lisboa. O Rio e a Renovação Urbana. Expo 98. O seu Papel como Catalizador do Rejuvenescimento de Lisboa.
- Santos, Á. (2000). Programa Polis: uma falsa expectativa. *Público*. Obtido de <https://www.publico.pt/2000/06/04/jornal/programa-polis-uma-falsa-expectativa-144782#gs.2nrE5C2D>
- Silva, A. M. (2011). Requalificação Urbana - O Exemplo da intervenção Pólis em Leiria. *Spanish & Internship Consultant S.L.* (s.d.). Obtido de Web site de Spanish & Internship Consultant S.L.: <https://www.sevillatourist.com/brazilian/history.html>
- Ward, S. (1994). *Planning and urban change*.

**ANEXO A -
PLANOS PORMENOR EXPO 98**

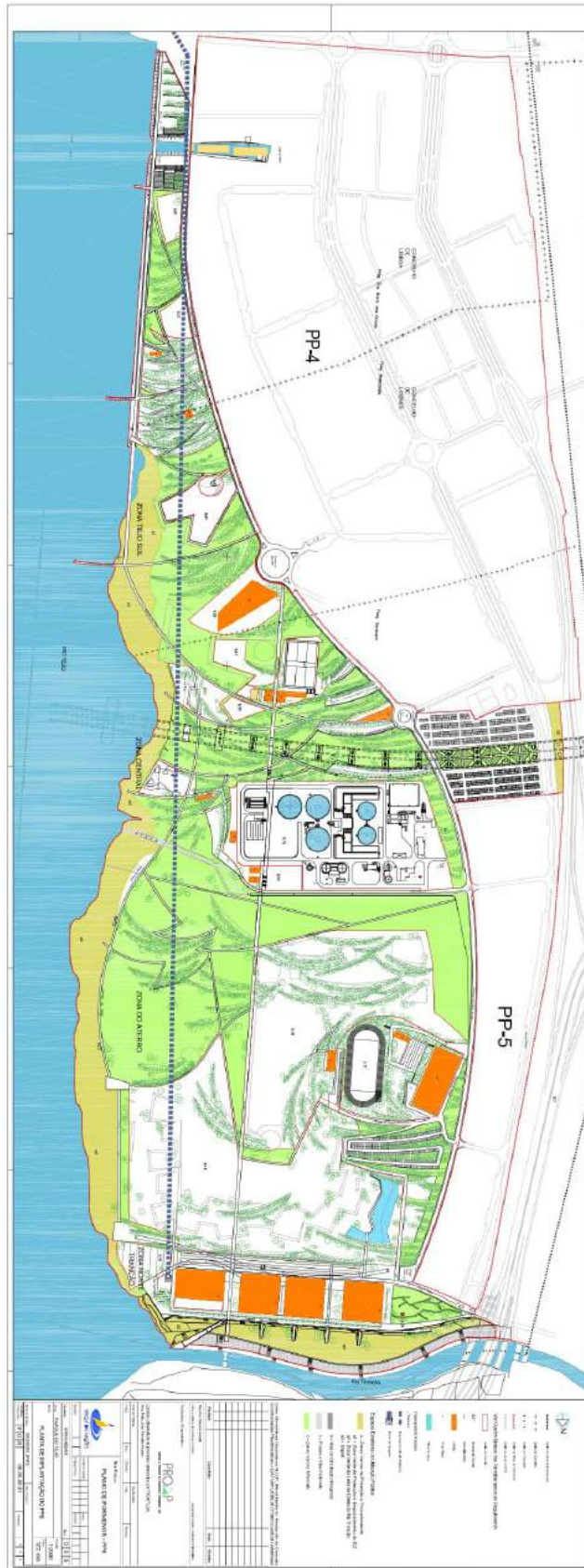


Figura A.6 - PP6 - Plano Pormenor 6 (Expo' 98)

**ANEXO B -
COMPLEMENTOS AO TRABALHO**

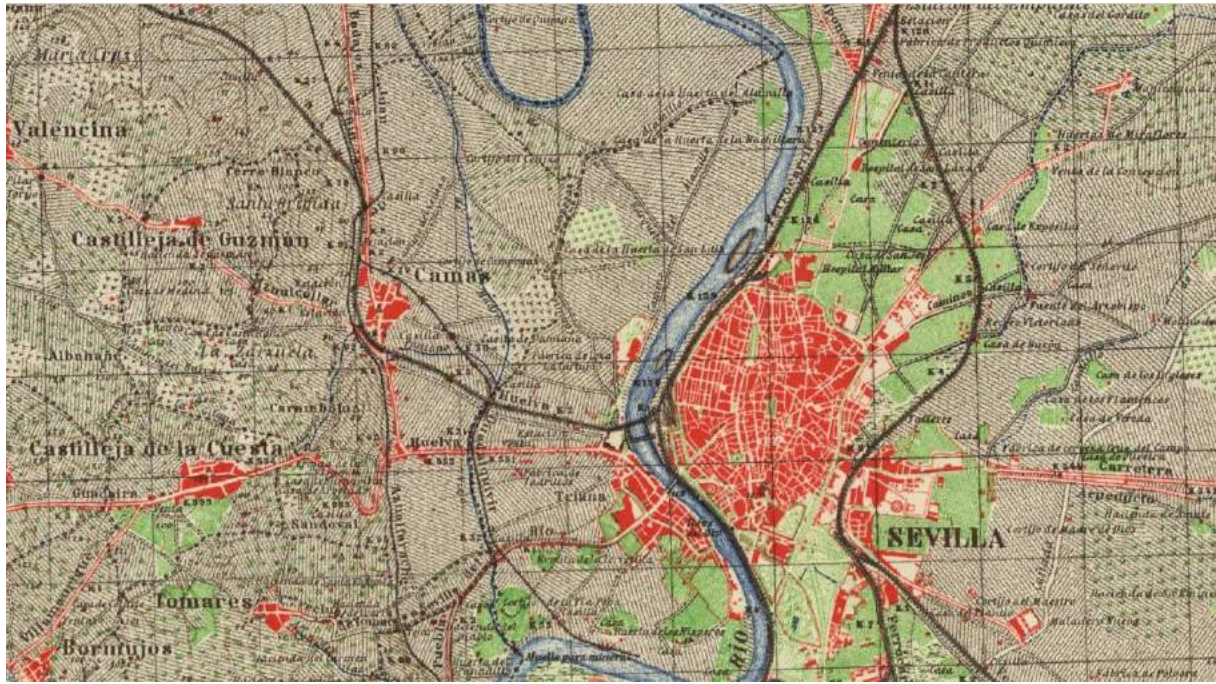


Figura B.1 - Mapa de Andalucía (1940).

Fonte - <https://www.juntadeandalucia.es/institutodeestadisticaycartografia/temas/index-car.htm> consultado a 19-02-2020.



Figura B.2 - Ortofotografía de Andalucía (1985)

Fonte - <https://www.juntadeandalucia.es/institutodeestadisticaycartografia/temas/index-car.htm> consultado a 19-02-2020.



Figura B.3 - Ortofotografía Isla de la Cartuja (1985)
Fonte - http://sig.urbanismosevilla.org/Sevilla.art/VisorKML/Sa_visorVUELOS_GU.aspx consultado a 17/07/2020.



Figura B.4- Ortofotografía Isla de la Cartuja (1986)
Fonte - http://sig.urbanismosevilla.org/Sevilla.art/VisorKML/Sa_visorVUELOS_GU.aspx consultado a 17/07/2020.



Figura B.5 Ortofotografía Isla de la Cartuja (1990)
Fonte - http://sig.urbanismosevilla.org/Sevilla.art/VisorKML/Sa_visorVUELOS_GU.aspx consultado a 17/07/2020.



Figura B.6 - Ortofotografía Isla de la Cartuja (1995)
Fonte - http://sig.urbanismosevilla.org/Sevilla.art/VisorKML/Sa_visorVUELOS_GU.aspx consultado a 17/07/2020.



Figura B.7 - Ortofotografía Isla de la Cartuja (1996)

Fonte - http://sig.urbanismosevilla.org/Sevilla.art/VisorKML/Sa_visorVUELOS_GU.aspx consultado a 17/07/2020.



Figura B.8 - Ortofotografía Isla de la Cartuja (1998)
Fuente - http://sig.urbanismosevilla.org/Sevilla.art/VisorKML/Sa_visorVUELOS_GU.aspx consultado a 17/07/2020.



Figura B.9 - Ortofotografía Isla de la Cartuja (1999)
Fonte - http://sig.urbanismosevilla.org/Sevilla.art/VisorKML/Sa_visorVUELOS_GU.aspx consultado a 17/07/2020.



Figura B.10 - Ortofotografía Isla de la Cartuja (2001)
Fonte - http://sig.urbanismosevilla.org/Sevilla.art/VisorKML/Sa_visorVUELOS_GU.aspx consultado a 17/07/2020.



Figura B.11- Ortofotografía Isla de la Cartuja (2004).

Fonte - <https://www.juntadeandalucia.es/institutodeestadisticaycartografia/prodCartografia/ortofotografias/index.htm> consultado a 19-02-2020.

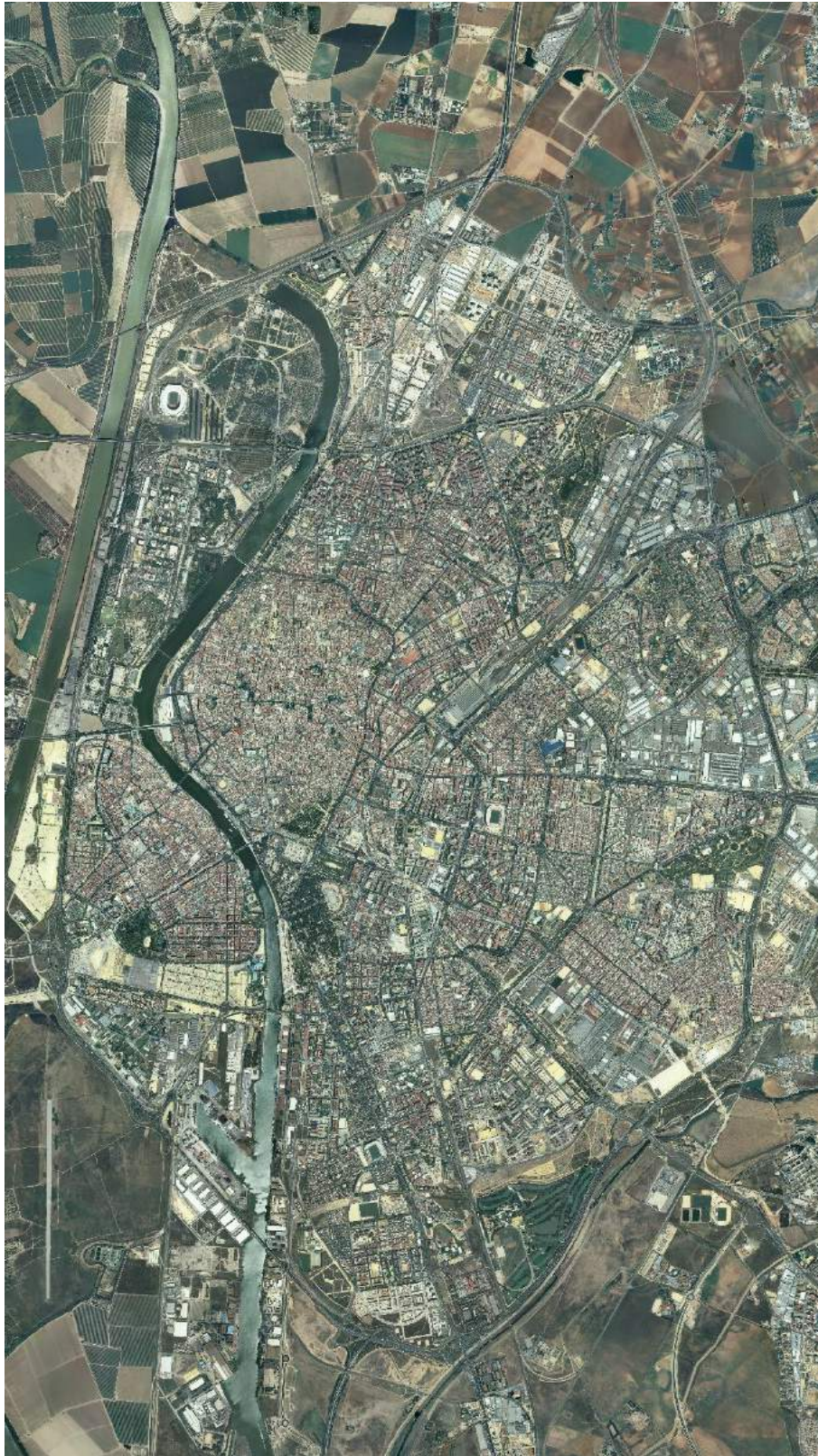


Figura B.12 - Ortofotografía Isla de la Cartuja (2004).

Fonte - <https://www.juntadeandalucia.es/institutodeestadisticaycartografia/prodCartografia/ortofotografias/index.htm> consultado a 19-02-2020.



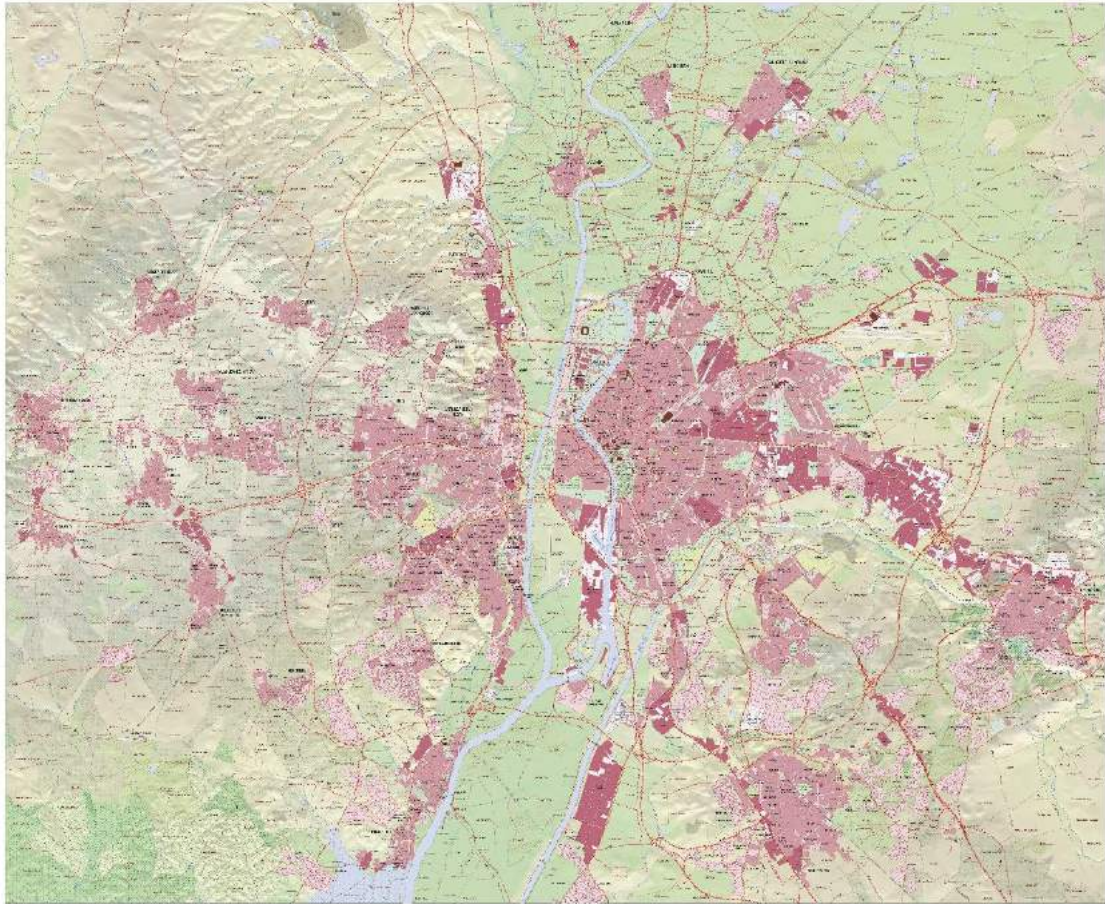
Figura B.13 - Ortofotografía Isla de la Cartuja (2007)

Fonte - http://sig.urbanismosevilla.org/Sevilla.art/VisorKML/Sa_visorVU-ELOS_GU.aspx consultado a 17/07/2020.



Figura B.280 - Cartografia das aglomerações urbanas da Andalucía Sevilha 1.

Fonte - <https://www.juntadeandalucia.es/institutodeestadisticaycartografia/temas/index-car.htm>
 contulado a 19/02/2020



FiFigura B.16 - Mapa Topográfico de Andalucía.

Fonte - <https://www.juntadeandalucia.es/institutodeestadisticaycartografia/temas/index-car.htm>
consultado a 19/02/2020

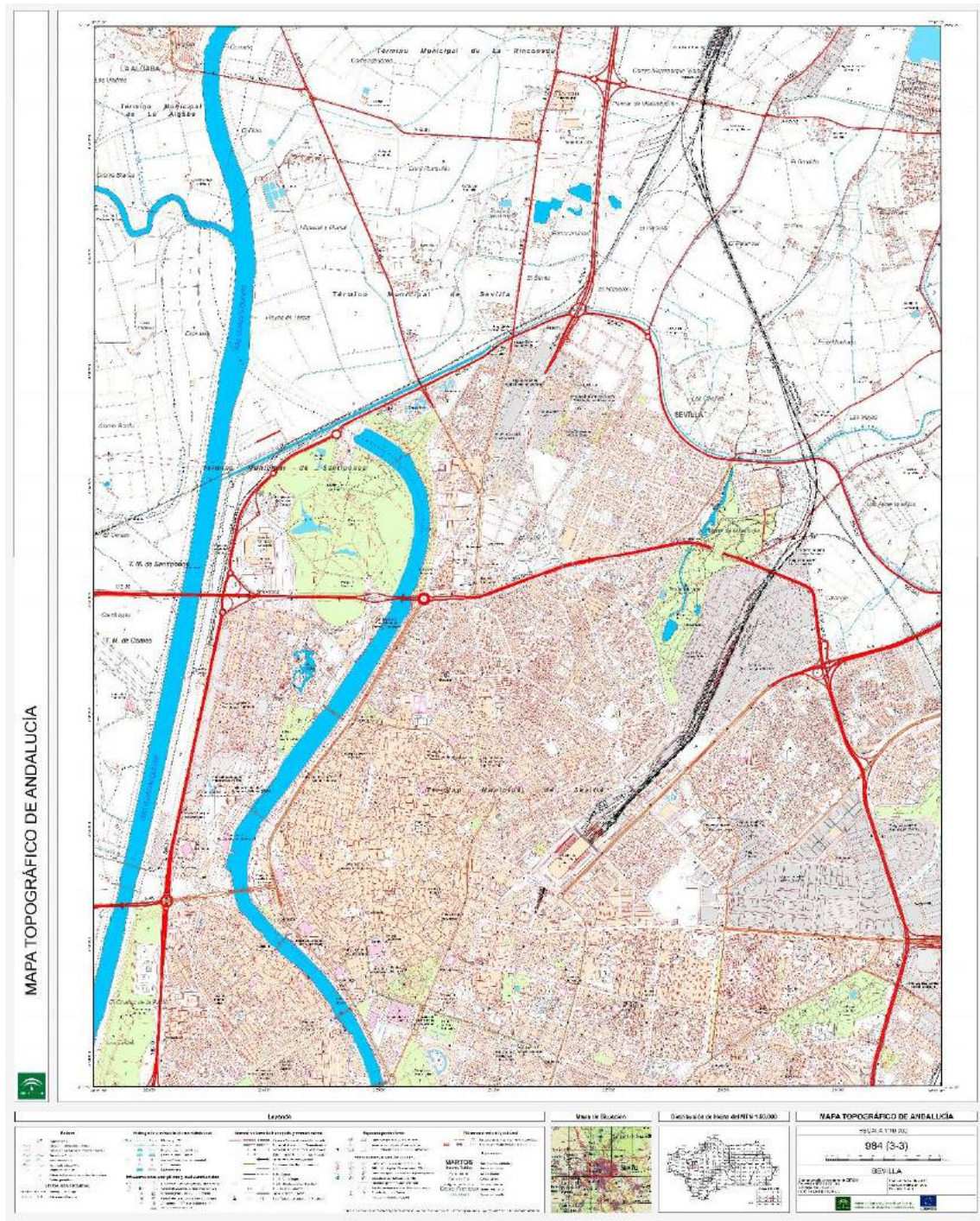


Figura B.16 - Mapa Topográfico de Andalucía.

Fonte - <https://www.juntadeandalucia.es/institutodeestadisticaycartografia/temas/index-car.htm>
consultado a 19/02/2020



Figura B.368 - Ortofotografía Isla de la Cartuja (2013).

Fonte - <https://www.juntadeandalucia.es/institutodeestadisticaycartografia/prodCartografia/ortofotografias/index.htm> consultado a 19/02/2020

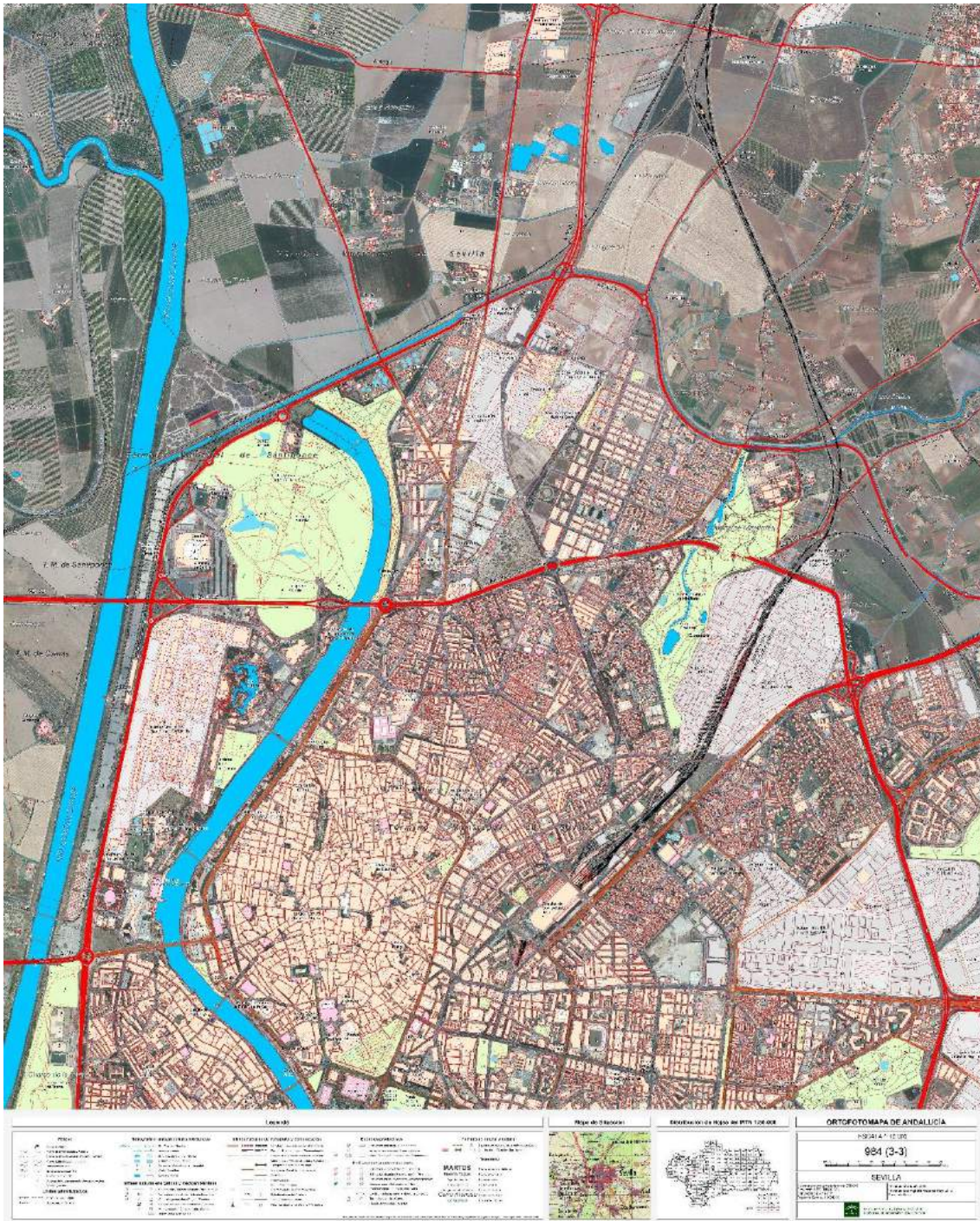


Figura B.19 - Ortofotografía Isla de la Cartuja (2016).
 Fuente - <https://www.juntadeandalucia.es/institutodeestadisticaycartografia/temas/index-car.htm> consultado a 19/02/2020



Figura B.379 - Ortofotografía Isla de la Cartuja (2016).

Fonte - <https://www.juntadeandalucia.es/institutodeestadisticaycartografia/prodCartografia/ortofotografias/index.htm> consultado a 17/07/2020

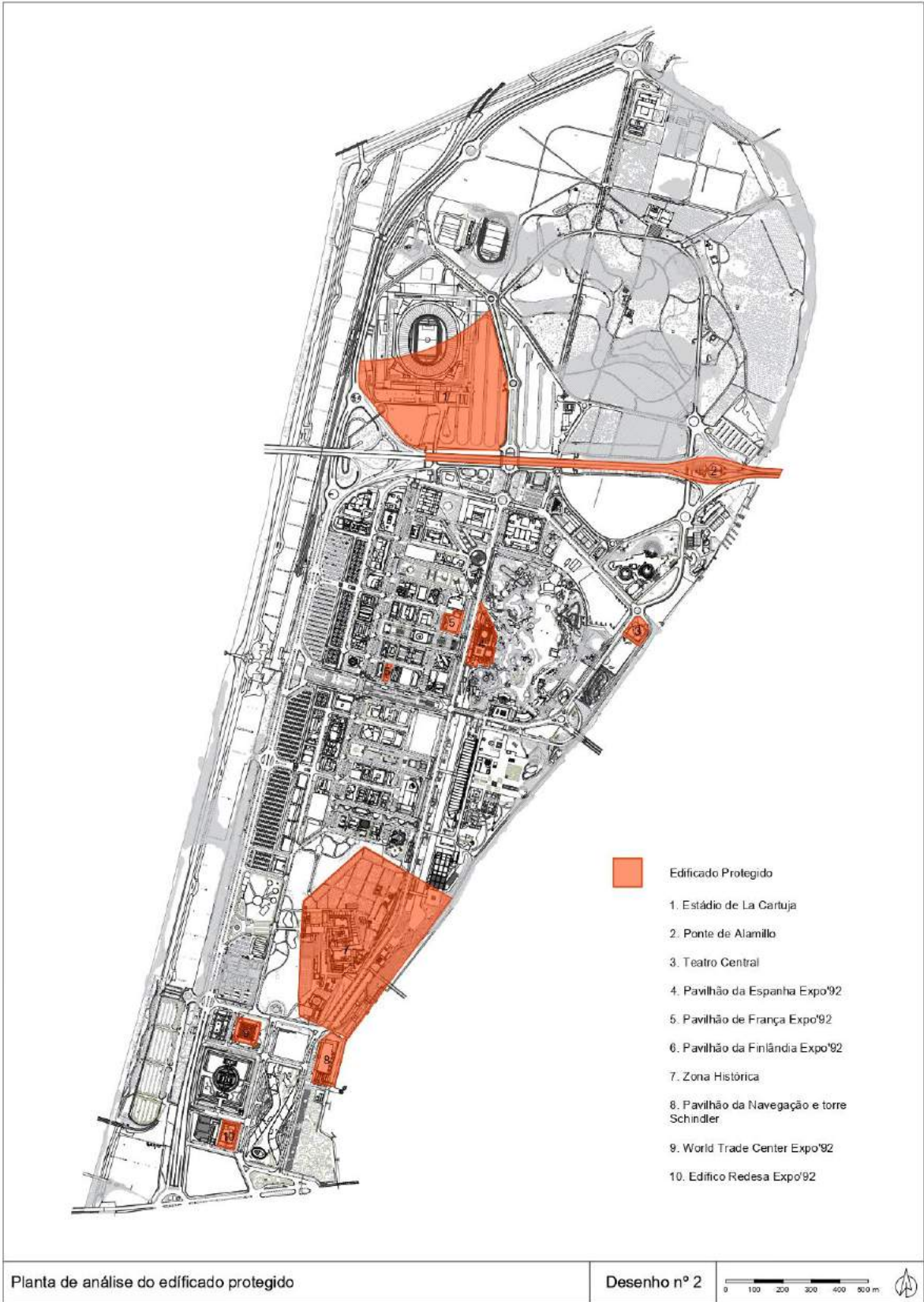
**ANEXO C -
PLANTAS PARA A PROPOSTA**

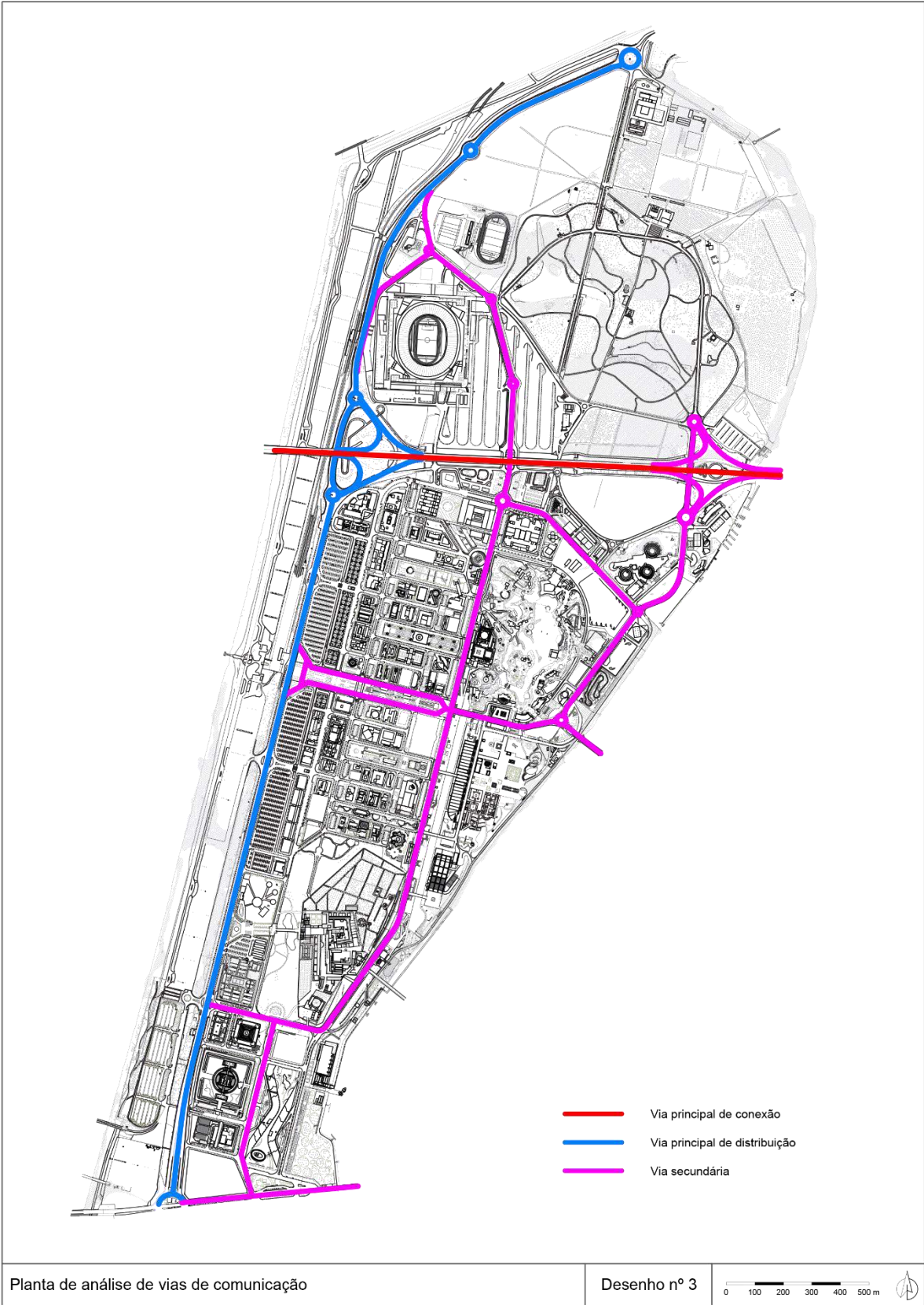


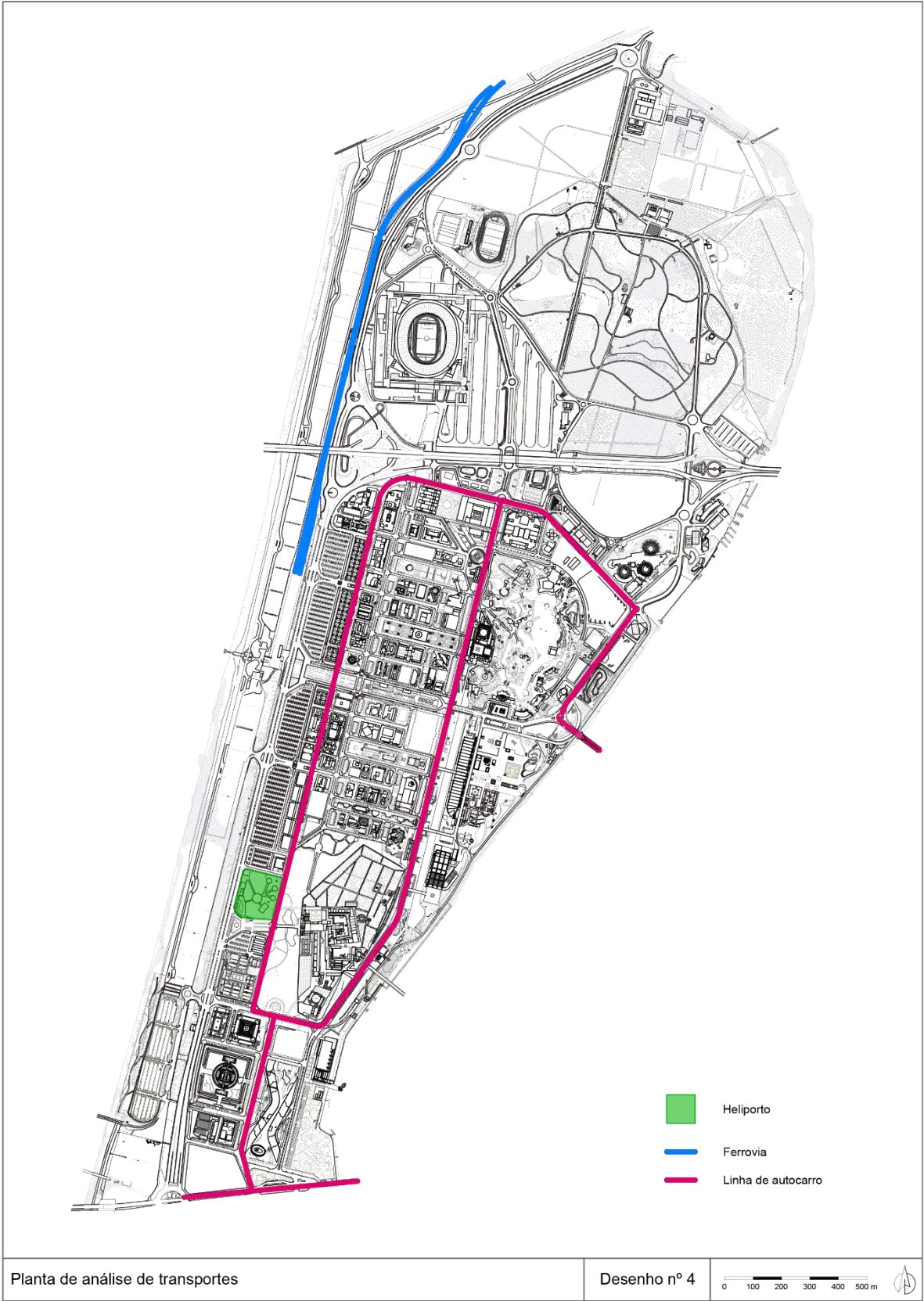
Planta base - Isla de la Cartuja

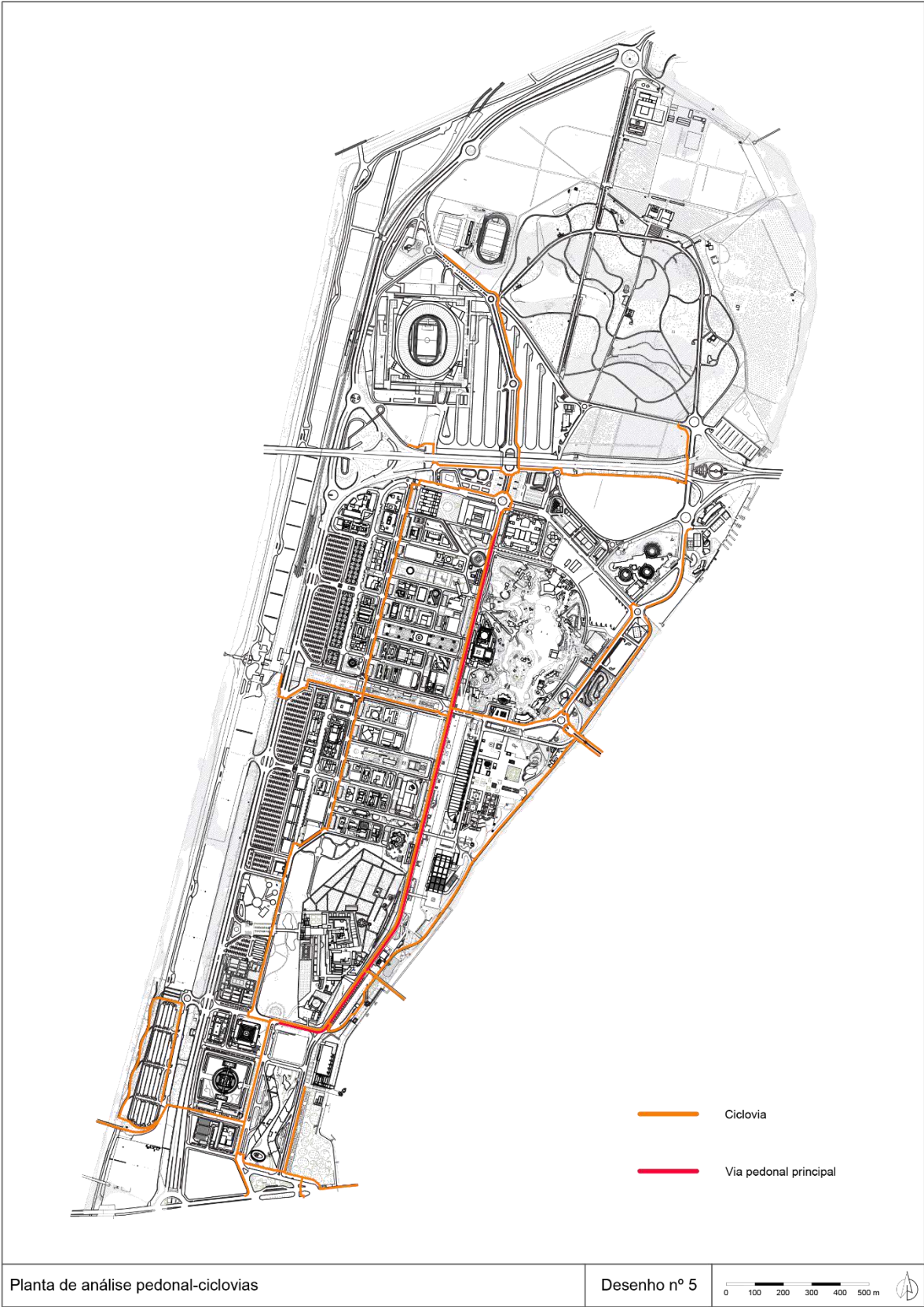
Desenho nº 1





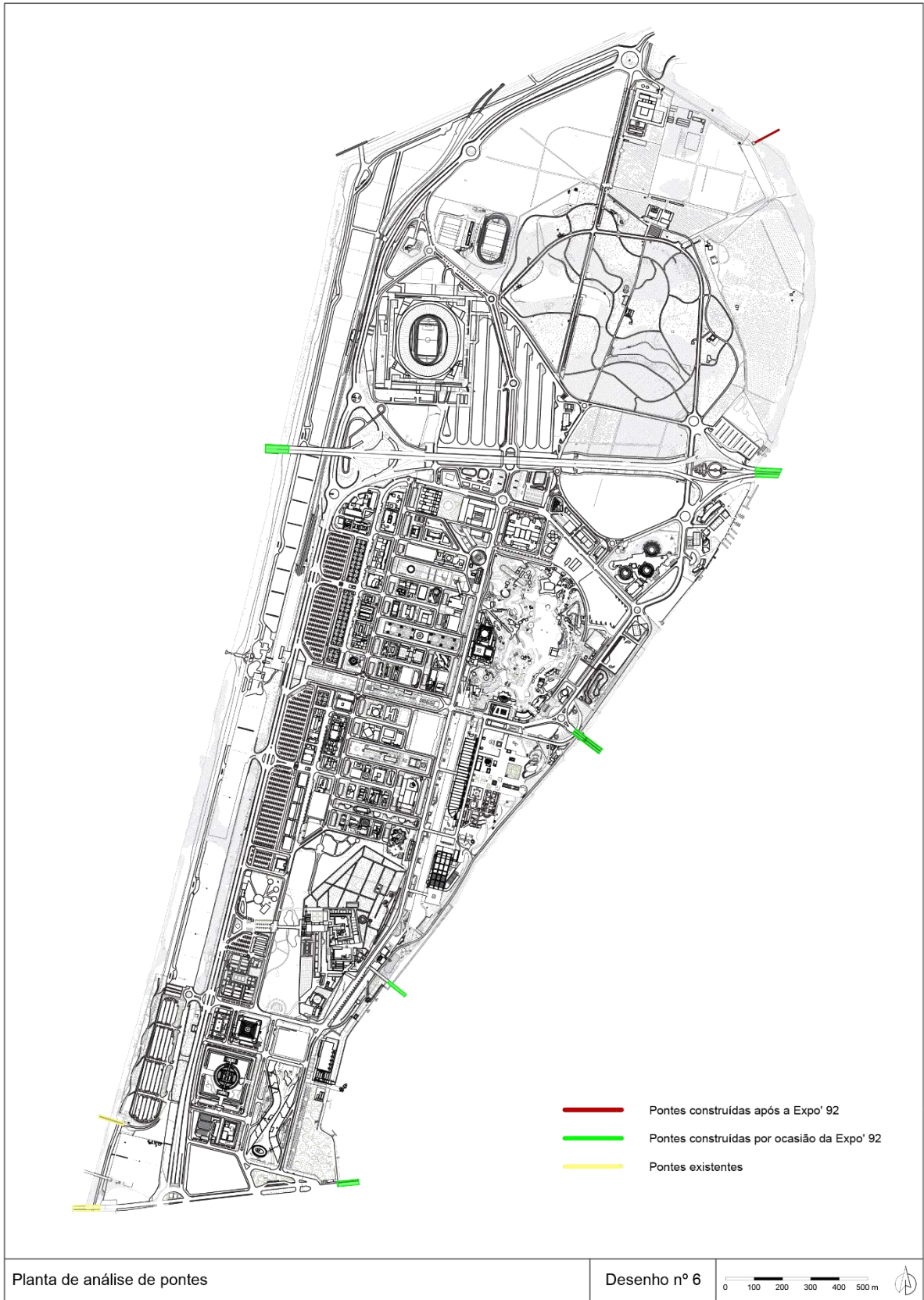






Planta de análise pedonal-ciclovias

Desenho nº 5





Planta de análise de espaços verdes

Desenho nº 7



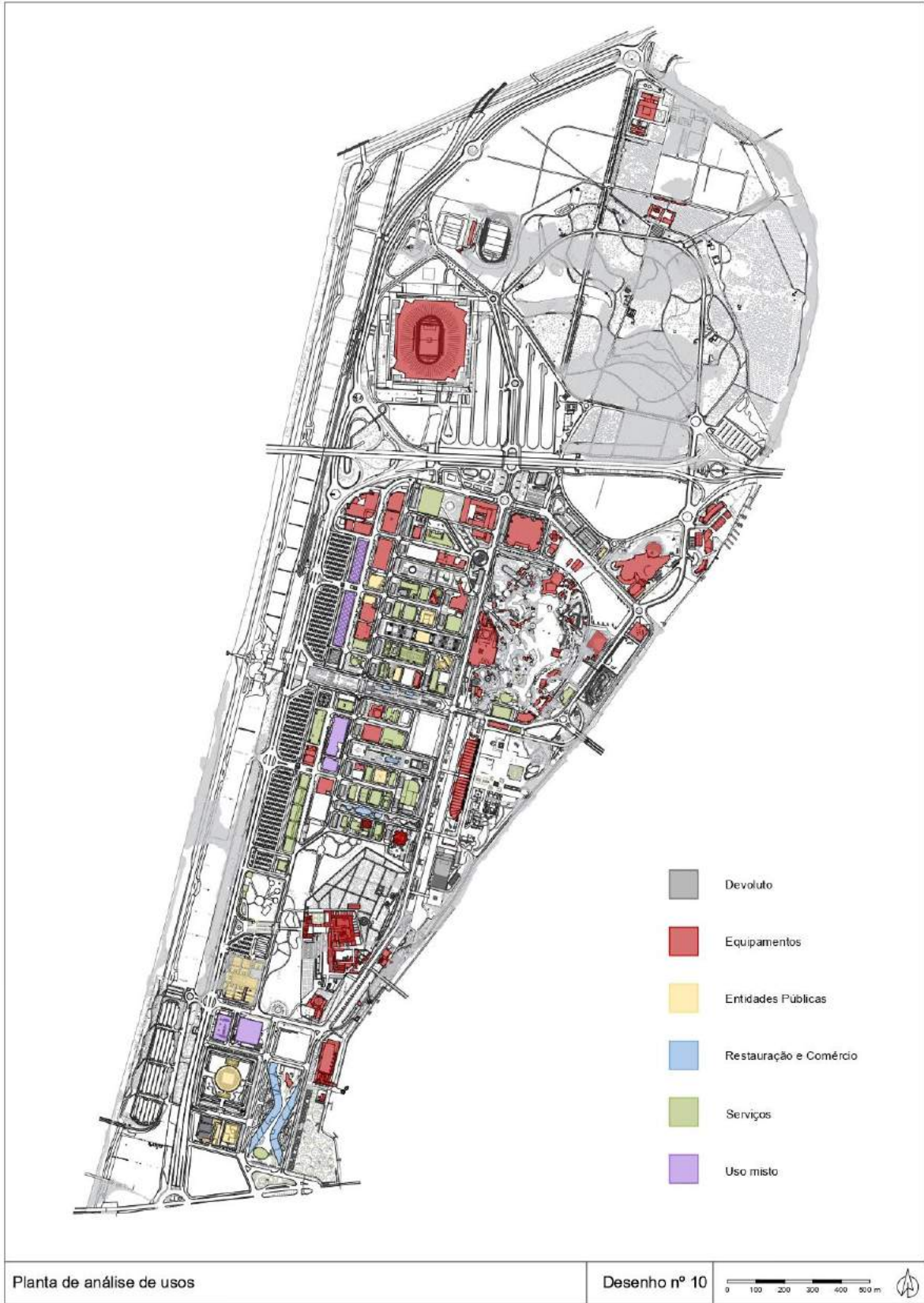


Planta de análise de cheios | vazios

Desenho nº 8



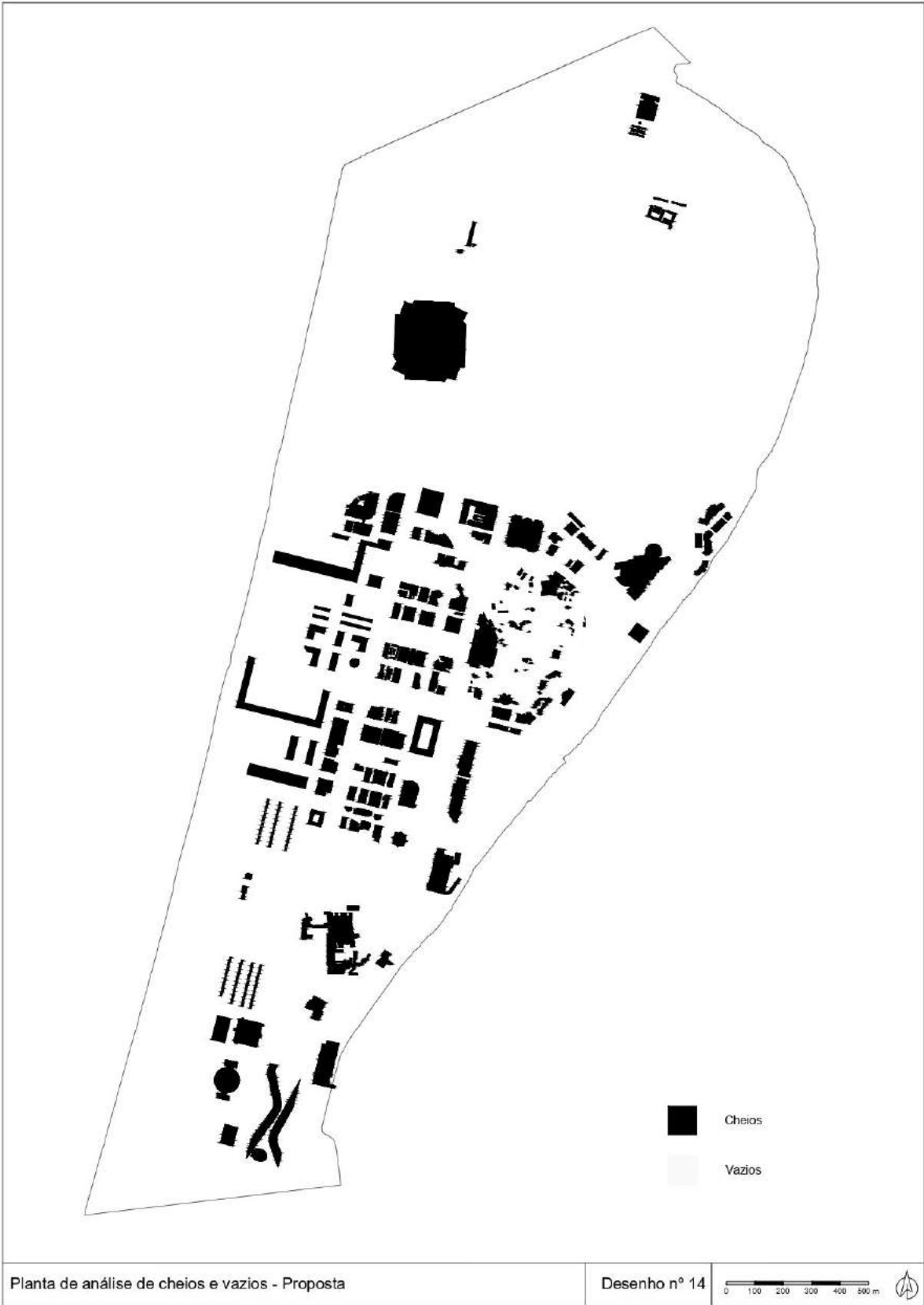








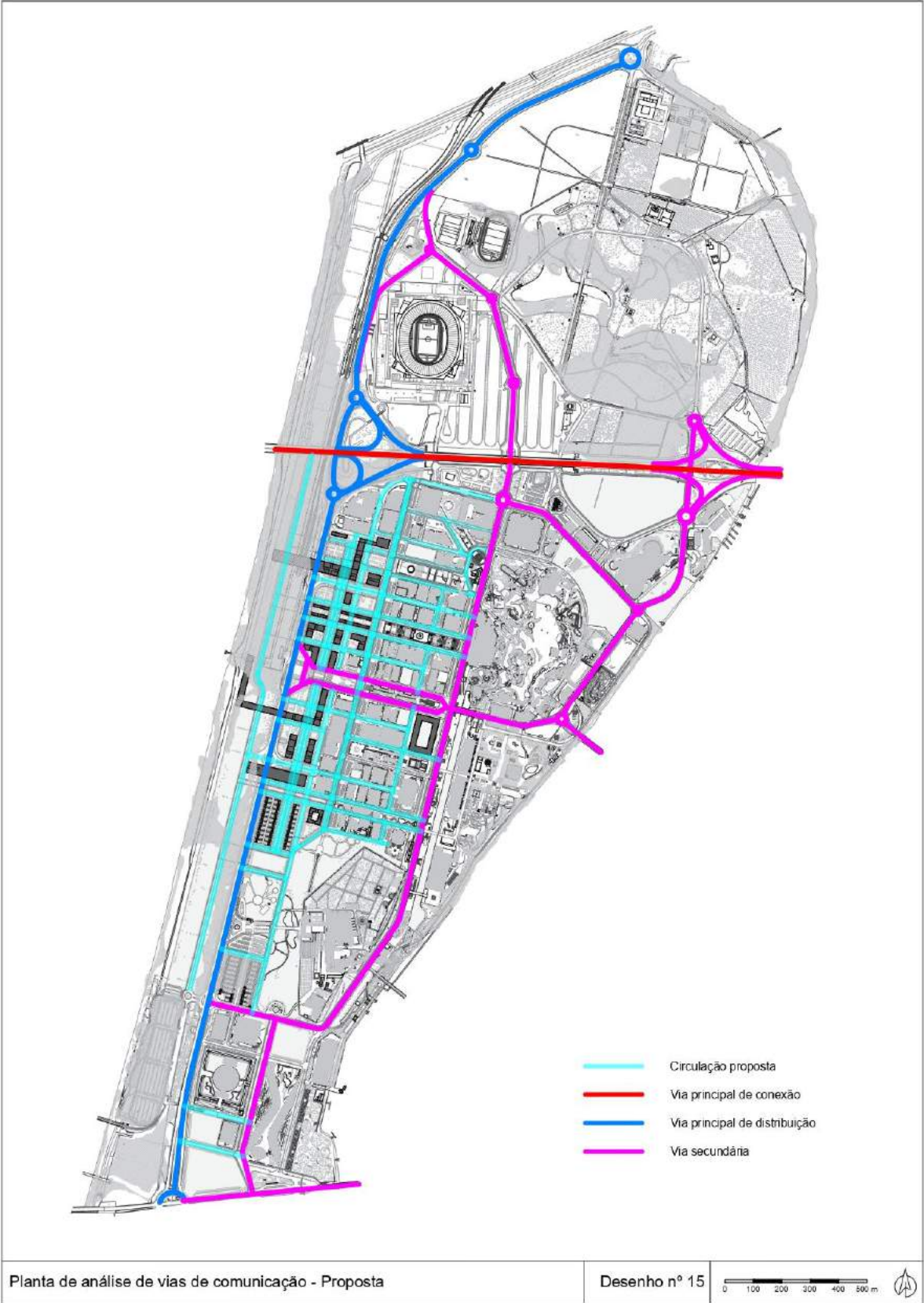




Planta de análise de cheios e vazios - Proposta

Desenho nº 14





Planta de análise de vias de comunicação - Proposta

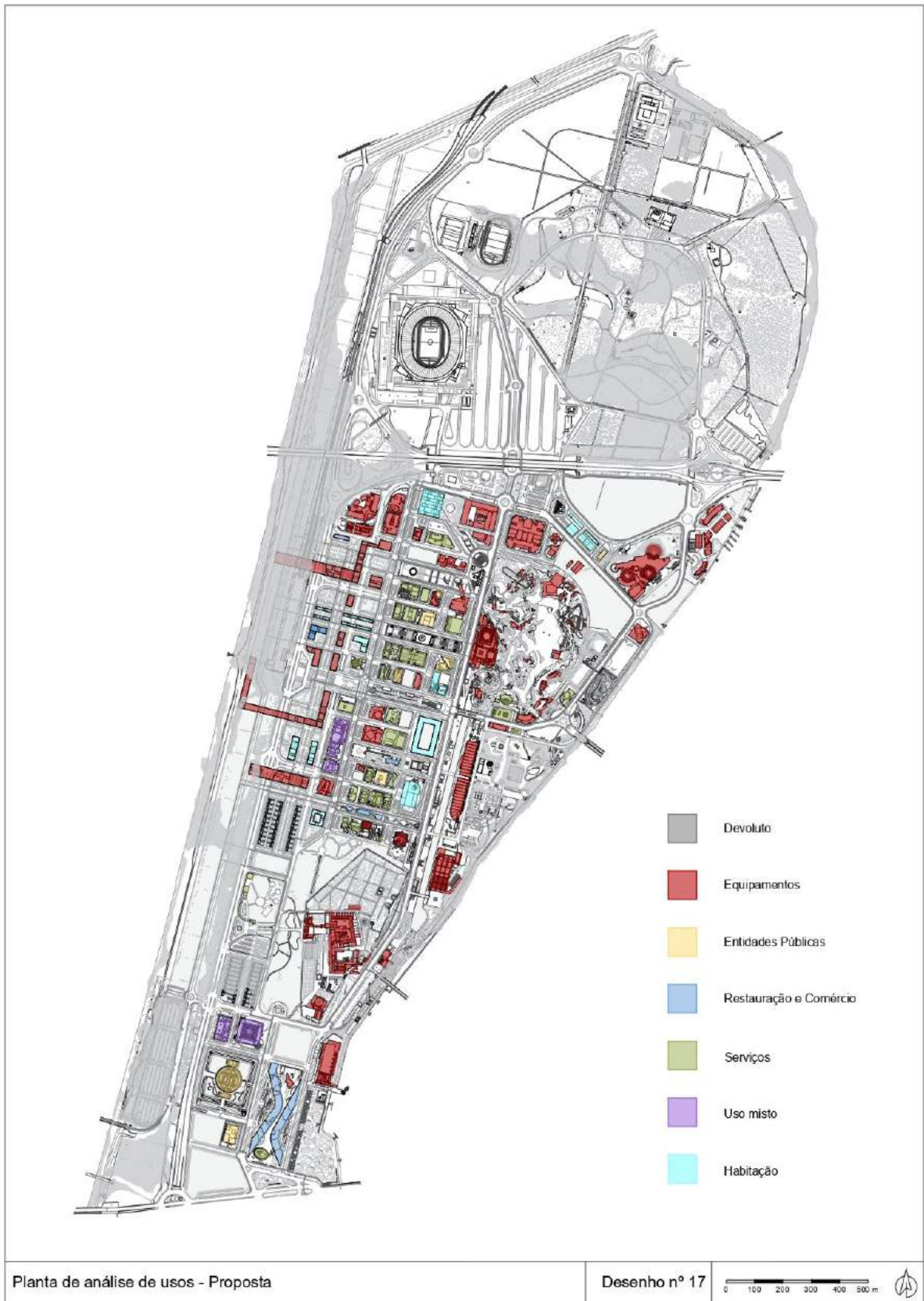
Desenho nº 15

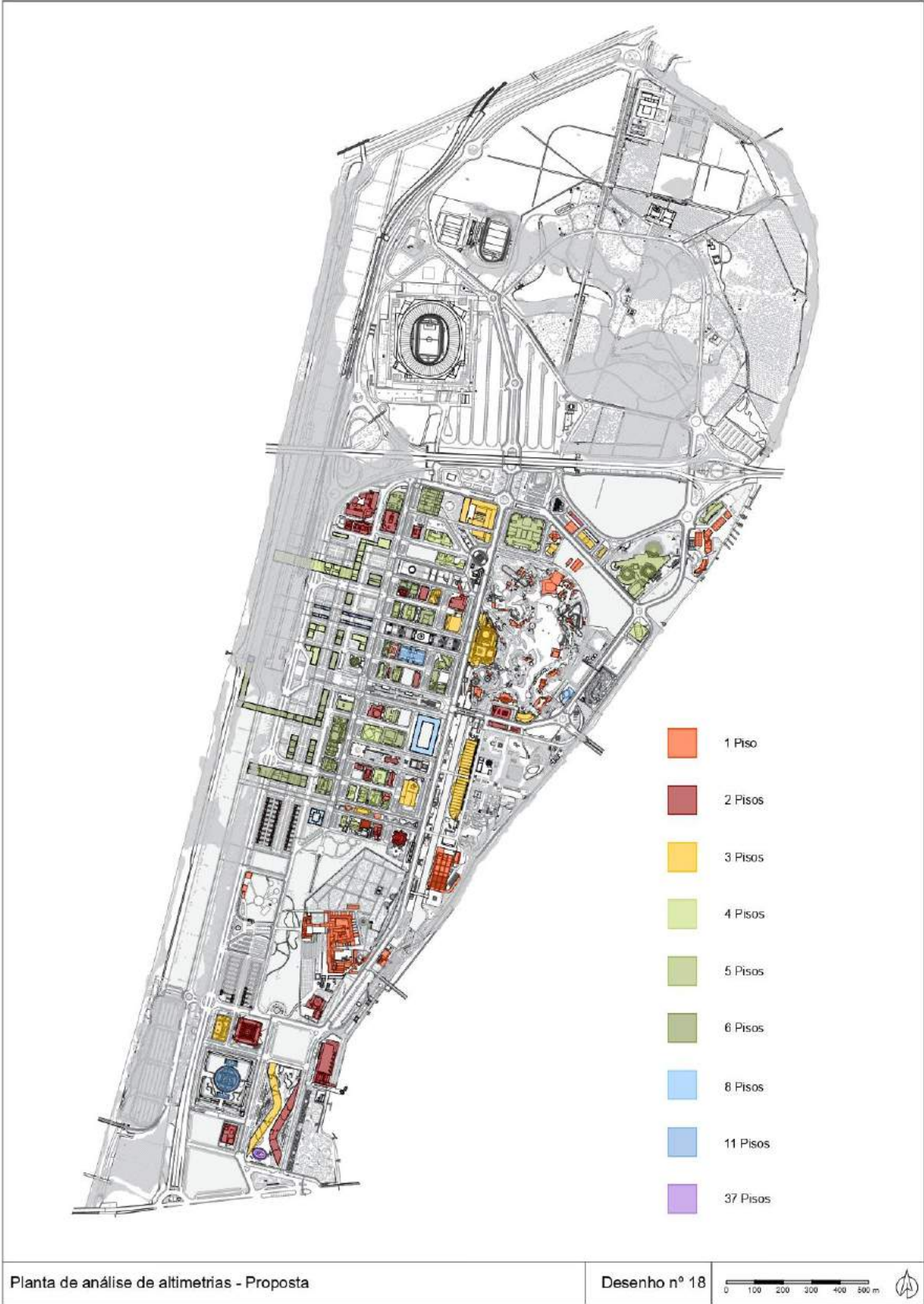


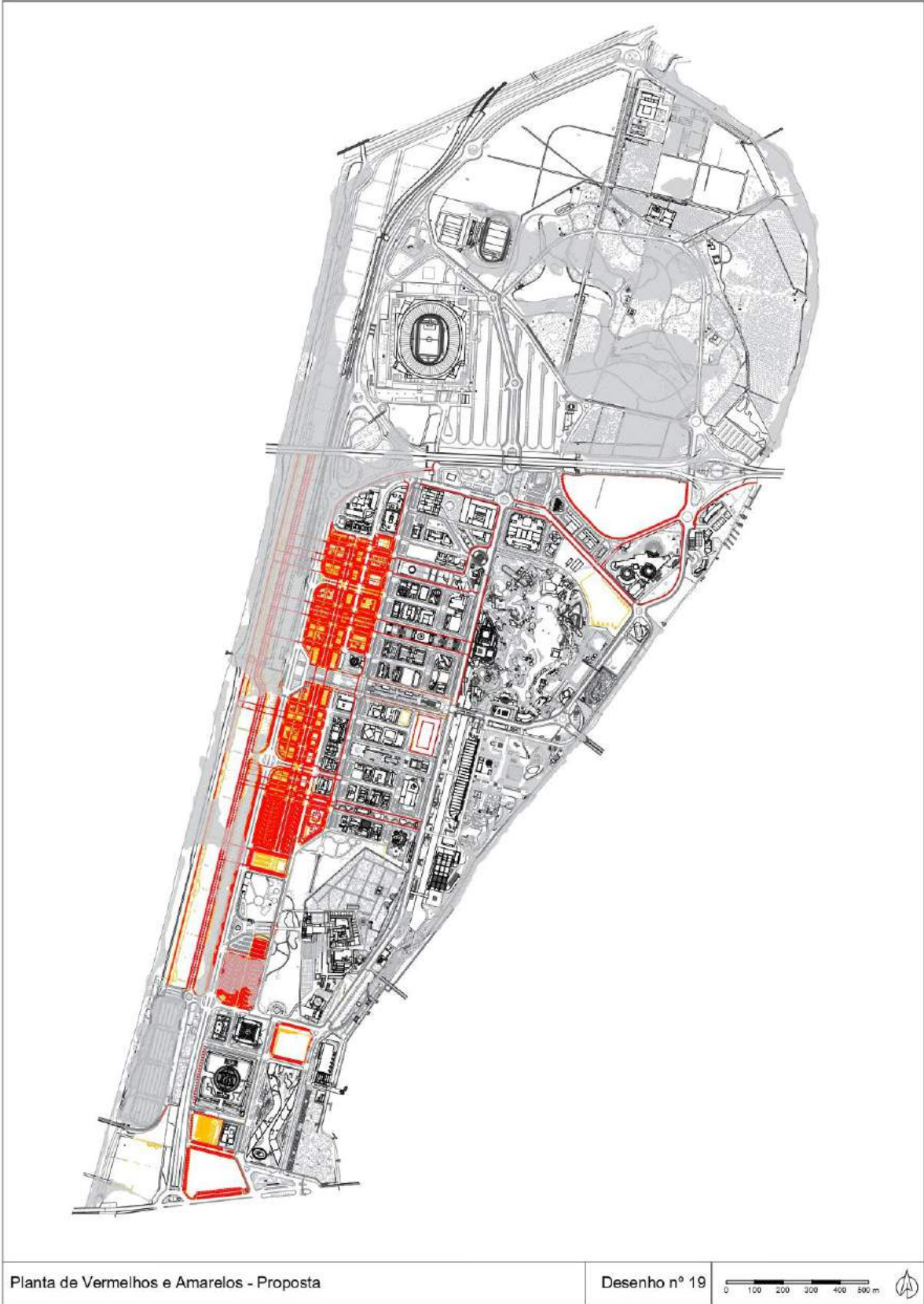
Planta de análise de ciclovias - Proposta

Desenho nº 16





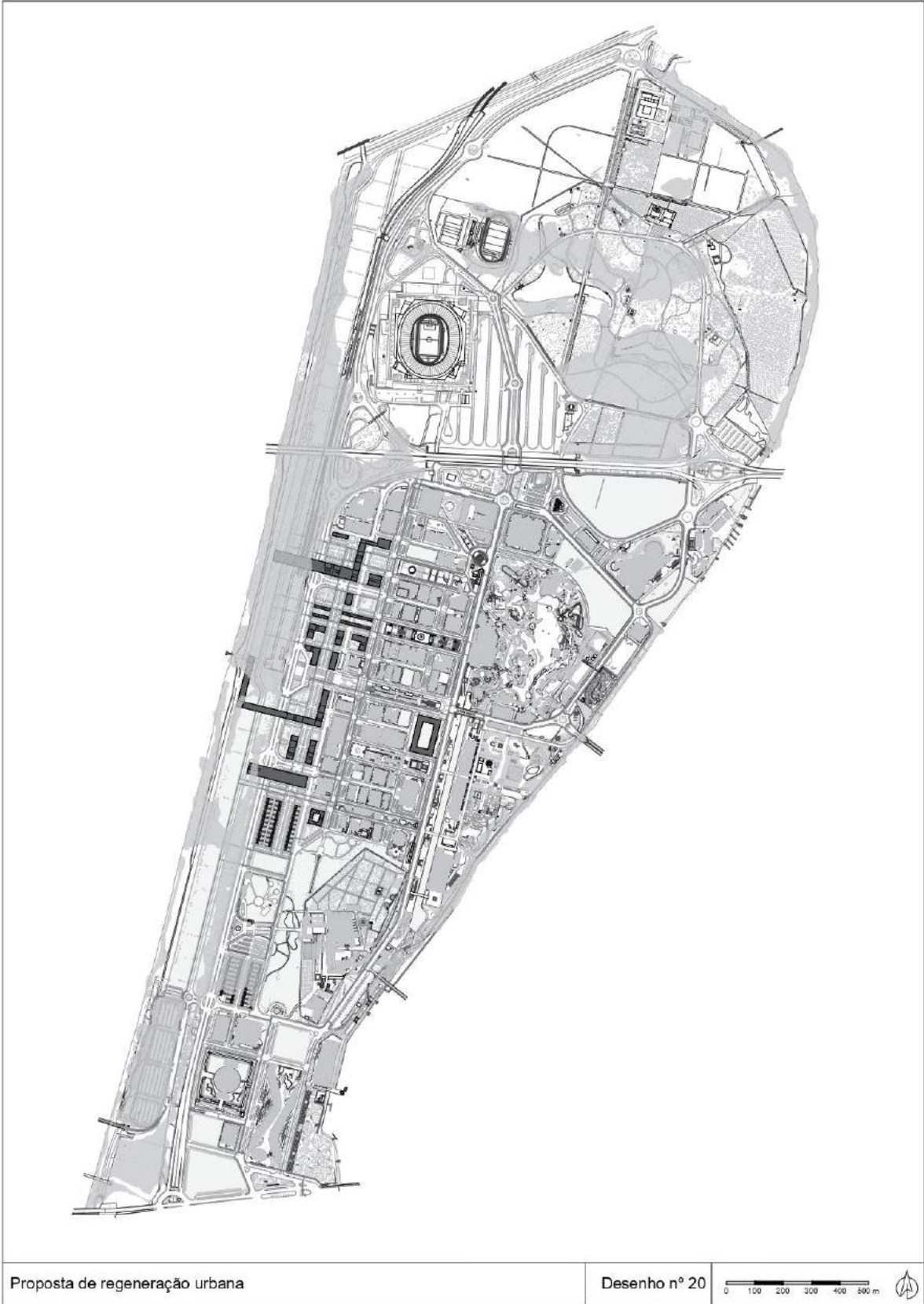




Planta de Vermelhos e Amarelos - Proposta

Desenho nº 19







2021

Gonçalo Simões Viegas

PROPOSTA DE REGENERAÇÃO URBANA -
ISLA DE LA CARTUJA, SEVILHA